

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNANBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ceuline Maria Medeiros Santiago

MULHER, CISGENERIDADE E DISCURSO:  
da naturalização à problematização?

Recife  
2018

CEULINE MARIA MEDEIROS SANTIAGO

MULHER, CISGENERIDADE E DISCURSO:  
da naturalização à problematização?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), para obtenção do grau de Mestra em Letras, sob orientação da Profa. Dra. Maria Virgínia Leal.

Área de Concentração: Linguística

Recife  
2018

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S235m Santiago, Ceuline Maria Medeiros  
Mulher, cisgeneridade e discurso: da naturalização à problematização? /  
Ceuline Maria Medeiros Santiago. – Recife, 2018.  
136 f.: il.

Orientadora: Maria Virgínia Leal.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro  
de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018.

Inclui referências.

1. Discurso da mulher. 2. Transgeneridade e cisgeneridade. 3. Mulher  
cisgênera. 4. Análise crítica do discurso. 5. Identidades sociais e metáforas.  
I. Leal, Maria Virgínia (Orientadora). II. Título.

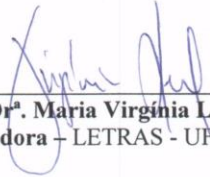
410 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2018-108)

**CEULINE MARIA MEDEIROS SANTIAGO**

**Mulher, Cisgeneridade e Discurso: da naturalização à problematização?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em LINGÜÍSTICA em 7/5/2018.

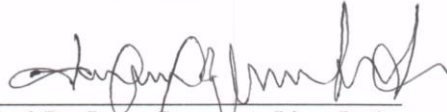
**DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:**



**Prof. Dr. Maria Virginia Leal**  
Orientadora - LETRAS - UFPE



**Prof. Dr. Karina Falcone de Azevedo**  
LETRAS - UFPE



**Prof. Dr. Jayme Benvenuto Lima Junior**  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO  
LATINO-AMERICANA - UNILA

Recife  
2018



À Mãe Divina, que vive na alma, nos guiando pelas andanças da vida.

Às minhas avós Maria Sebastiana e Maria do Carmo — a quem não cheguei a conhecer —, mulheres que me trouxeram pelo vão do tempo, conectando amor e desamor, (re)ligando fé, força e vida.

Retomar os estudos — dez anos após concluída a graduação e em meio a fundos processos de (re)elaboração pessoal — tem sido uma oportunidade fundamental para redimensionar a aprendizagem em perspectivas dialogantes na vida, em suas dimensões acadêmica, profissional e pessoal. Assim, a realização do curso de mestrado se tornou um momento singular de desafios e enfrentamentos que vêm trazendo aprendizados epistêmicos, teóricos e metodológicos, que não se restringem — de nenhum modo — à academia, mas a ultrapassa... Os aprendizados acadêmicos vêm sendo possíveis na medida da dimensão humana que os move, tanto do lado de dentro quanto do lado fora das paredes acadêmicas... nos livros e nos olhares, nos debates teóricos e nas conversas regadas a café (ou pelo o que mais se tenha sede), na abstração dos conceitos e na concretude das experiências cotidianas, nos limites do método e nas expansões do sorriso... Aprendo, assim, que aprender requer alegria e que esta se dá pelo contato afetivo com aquilo que se aprende e com as pessoas com quem se faz possível aprender... E isso, por si, evoca a intensa vontade de agradecer...

À minha mãe que é inspiração cotidiana e fortalecedora, capaz de ultrapassar distâncias e encontrar o jeito sempre amoroso de fazer-se presente...

Ao meu pai, irmão, irmãs, sobrinhas e sobrinhos com quem aprendo que a vida é muito profunda e requer o respeito constante por si mesma...

Às amigas Carol, Arlinda, Joana, Angela e Ana, com quem aprendo força e determinação como práticas que nos renovam nos enfrentamos do dia a dia...

Às amigas Kika, Mana, Lulu, Carmem e Carol com quem aprendo que não é preciso precisar de nada para estar-se junto, sorrir, abraçar e viver alegrias gratuitas...

Aos amigos Wallie, Mércio e Ed com quem aprendo a energia impulsionadora da amizade, sempre viva e ativa apesar de longas distâncias...

A Sirlene, pessoa que admiro e com quem tenho a alegria de aprender cotidianamente sobre companheirismo, confiança, apoio incondicional, dedicação, responsabilidade, “brabeza” e doçura... e com quem aprendo também que o óbvio e o aparente carecem sempre de um olhar muito atento...

A José, Natália, Duca, Duda, João Pedro, Ezaú e Kuke, com quem aprendo que encarar os desafios do dia a dia é algo mais prazeroso quando o dividimos com pessoas assim... com quem se pode compartilhar confiança, coragem, inventividade e umas doses de bom humor...

A Patrícia — pessoa que se traduz em força genuína, em coragem profunda e em inspiração constante —, em nome de quem agradeço todas as pessoas incríveis que fazem parte da PROPESQ/UFPE. Pessoas com as quais tenho a alegria de aprender que o compromisso, o respeito e o afeto são os melhores “instrumentos”

de trabalho que podemos compartilhar (momentos nos impede de compartilhar também lanchinhos e abraços)...

À equipe de técnicos e bolsistas da Secretaria do PPGL/UFPE com quem aprendo que eficiência técnico-acadêmica não é (nem deve ser) algo isolado de ingredientes humanos tão fundamentais como a atenção, a empatia e a gentileza...

A Gilmara, com quem aprendo imensamente sobre cuidado, carinho e respeito...

A Flávia, com quem aprendo pela escuta constante, atenta e afetuosa, que possibilita compreensões fortes e potentes, capazes de por-me a caminho do que há de mais vivo e fiel em mim...

A Virgínia, pessoa forte e vivaz com quem aprendo em sua escuta e em seu olhar ágil e arguto... agradeço por sua disposição em orientar este trabalho...

A cada uma das mulheres que se dispuseram, com alegria e coragem, a compartilhar suas vivências e compreensões de si mesmas, contribuindo de forma imensurável para a realização dessa pesquisa e a tecitura de compreensões sobre gênero, identidade e discurso...



Todas as vidas dentro de mim:  
Na minha vida –  
a vida mera das obscuras.

Cora Coralina

## RESUMO

Viver nos leva, consciente ou inconscientemente, a deparar com questões fundamentais relativas à existência humana, que se realizam socialmente por meio de práticas sociais e por meio do discurso — a um só tempo, elemento constitutivo e resultado da interação social. Fruto de profundas mudanças em todos os campos do saber e do fazer humanos, a atualidade convive com movimentos gestados e desenvolvidos, por meio de práticas sociais, que se configuram e se realizam através do discurso e das relações nele e por ele estabelecidas. No decorrer do processo histórico, as identidades sociais relacionadas à categoria de gênero vêm sendo vivenciadas de modo diverso, se reconfigurando e se reestruturando contiguamente com um processo de reconfiguração e reestruturação de discursos. No bojo das transformações sociais em curso, a categoria de gênero e a identidade social de mulher se afiguram como construções problemáticas, pois mobilizam faces e fronteiras que divergem entre si. Surgem, assim, categorias que marcam tal problematização, como as de “transgeneridade” e “cisgeneridade”, que se constituem como conceitos em construção. Mulheres transgênero e cisgênero se encontram ambas nos limites de duas categorias problemáticas, que abarcam relações de identidade/diferença entre mulher/homem e entre transgênero/cisgênero. Pela própria divergência em relação à norma de gênero, ou cismatividade, as mulheres transgênero percebem, questionam e problematizam seu gênero como construção social. E as mulheres cisgênero, estando “em conformidade” com a norma, se conformam discursivamente ao seu gênero como dado natural ou o problematizam como construção social? Dentro deste contexto, partimos da hipótese de que a mulher cisgênero problematiza sua identidade social de mulher e objetivamos investigar como ela faz isso do ponto de vista discursivo. Para essa investigação, consideramos perspectivas teóricas capazes de propiciar uma abordagem crítica e analítica do fenômeno. Assim, dialogamos teoricamente, sobretudo, com a concepção dialógica da linguagem (BAKHTIN, 2014 [1929]), a Análise Crítica do Discurso – ACD (FAIRCLOUGH, 2001; 2012) e os estudos pós-estruturalistas de gênero (SCOTT, 1994; 1995; 1998; 2008; BUTLER, 2002; 2003; 2007). Tendo em vista que partimos de uma hipótese geral, que pode se desenvolver ou levar à construção de novas hipóteses durante a pesquisa, o método abdução orienta os processos metodológicos adotados. O corpus foi constituído por dez entrevistas realizadas com mulheres cisgênero socialmente ativas, vinculadas à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e os dados foram transcritos e analisados com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso.

Palavras-chave: Discurso da mulher. Transgeneridade e cisgeneridade. Mulher cisgênera. Análise Crítica do Discurso. Identidades sociais e metáforas.

## ABSTRACT

Living leads us, consciously or unconsciously, to deal with fundamental questions regarding human existence, which are realized socially through social practices and through discourse - at the same time, a constitutive element and the outcome of social interaction. As a result of profound changes in all fields of human knowledge and deed, current life coexists with movements brought about and developed through social practices that are adjusted and performed through discourse and the relationships established within it and by it. In the course of the historical process, the social identities related to the category of gender have been experienced in different ways, which have been readjusted and restructured contiguously with a process by means of readjusted and restructured discourses. In the midst of ongoing social transformations, the category of gender and the social identity of women emerge shaped by problematic constructions, since they mobilize faces and borders that diverge among themselves. Thus, categories that mark such problematization, such as "transgenericity" and "cisgenerity", come out as concepts under construction. Transgender and cisgender women are both within the confines of two problematic categories, which include identity / difference relations between woman / man and between transgender / cisgender. By the very divergence in relation to the norm of gender, or cisnormativity, on the one hand, transgender women perceive, question and problematize their gender as social construction. On the other hand, cisgender women, being "in conformity" with the norm, conform discursively with their gender as a natural datum or problematize it as social construction? Within this context, we have the hypothesis that cisgender women problematize their social identity as women, so we aim to investigate how they do it from a discursive point of view. Within this investigation, we are based on theoretical perspectives capable of providing a critical and analytical approach of the phenomenon under focus. Thus, we converse mainly with the dialogic concept of language (BAKHTIN, 2014 [1929]), Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2001, 2012) and post-structuralist studies of gender (SCOTT, 1994; 1995; 1998; 2008; BUTLER, 2002; 2003; 2007). Considering that we start from a general hypothesis that can be developed or lead to the creation of new hypotheses throughout the research, the abductive method guides the methodological processes adopted. The corpus is composed by ten interviews with socially active cisgender women, linked to the Federal University of Pernambuco and the data were transcribed and analyzed based on the theoretical and methodological assumptions pertaining to Critical Discourse Analysis.

Keywords: Women's discourse. Transgenericity and cisgenerity. Cisgender woman. Critical Discourse Analysis. Social Identities and metaphors.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	População de estudantes, docentes e técnicos administrativos da UFPE.	25
Tabela 2:	Perfil pessoal das participantes.	26
Tabela 3:	Aspectos atribuídos ao gênero considerando-se os padrões sociais e a experiência concreta.	111

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
LC	Linguística Crítica
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	13
1.1	Feitas de Carimbos, Cimentos e Por quês .....	13
1.2	Linguagem, Discurso e Gênero: para iniciar uma conversa.....	15
1.3	Gênero, Mulher e Identidade: hipótese inicial e objetivos .....	19
1.4	Método, Espaço e Pessoas Envolvidas .....	22
1.5	Arquitetura e Construção do Texto .....	27
2	LINGUAGEM, DISCURSO E CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS.....	30
2.1	Linguagem, Língua, Signo e Discurso .....	30
2.2	“Eu/outro”: uma relação constitutiva do discurso e da identidade? .....	36
2.3	Análise Crítica do Discurso: perspectivas possíveis .....	44
2.4	Ideologia e Sujeito: uma relação constitutiva?.....	48
3	MULHER E CISGENERIDADE: iniciando uma reflexão.....	60
3.1	Gênero enquanto Categoria Sistemática.....	64
3.2	Gênero: efeito de processos de interação?.....	74
3.3	Gênero: processo reflexivo?.....	83
4	MULHER, CISGENERIDADE E DISCURSO: uma possibilidade crítica de análise.....	86
4.1	Metáfora: tópico analítico a partir de uma perspectiva crítica.....	86
4.2	Mulher e identidade em discurso .....	89
4.2.1	As compreensões básicas sobre o gênero e as metáforas .....	90
4.2.2	Aprofundando e problematizando as compreensões sobre “ser mulher” .....	106
4.3	Mulher Cisgênera: caminhos para uma compreensão? .....	116
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	126
	REFERÊNCIAS .....	131

## 1 INTRODUÇÃO

Mulher, cisgeneridade e discurso se revelam, desde já, como elementos integrantes do fenômeno<sup>1</sup> que nos propomos a observar neste estudo. A partir desse intento, nos orientamos em meio à busca por compreender movimentos discursivos que velem/desvelem posturas de naturalização e de problematização da identidade social de mulher na categoria cisgênera. Nos sentidos aqui propostos, naturalização e problematização se referem a possibilidades e processos dialéticos de ação por meio do discurso, suscitando tanto a manutenção quanto a mudança de práticas sociais e discursivas. Para os diálogos que, aqui, se entrevê, começemos por apresentar os traços gerais que contornam essa incursão analítica, a partir de sua perspectiva crítica.

### 1.1 Feitas de Carimbos, Cimentos e Por quês

Iniciamos esse nosso diálogo no espaço textual das apresentações. Ciente de que apresentar é um modo de tornar/tornar-se presente, assumo — por necessidade epistêmica — a tarefa de apresentar-me, de fazer-me presente como pessoa singular e coletiva, nesse discurso científico que estamos aqui enunciando. Pois nos apresentemos, então.

Sou uma mulher, dentre aquelas para quem foi carimbado em registro de nascimento: sexo feminino. Esse carimbo me antecede e me localiza de diversas formas e em diversas posições sociais e pessoais, com que venho tendo de lidar a gosto ou contragosto no decorrer do tempo. Quando vim a ter consciência de que estou neste mundo, já haviam declarado oficialmente que sou mulher. Dado posto em minhas mãos e nas mãos do mundo em que vivo. Por quem? Com que intenções? De poucas coisas posso ter certeza, mas me sei capaz de afirmar que ser mulher não se inicia nem se encerra por meio de constatação médica e jurídica oficializada em documento exigido/fornecido pelo estado. Ser mulher se constitui em uma rede de conhecimentos, ações, afetos e processos em diversas instâncias pessoais e sociais. E é emaranhada nessa rede — e nela me balançando, bem ao

---

<sup>1</sup>No âmbito deste estudo, entendo a palavra “fenômeno”, em sentido geral, como as coisas/eventos que se manifestam no mundo. Por uma questão de delimitação teórica, não entro no espaço filosófico da fenomenologia.

gosto cearense — que olho e encaro o mundo. Muitas (in-com-des-re)compreensões estão sendo chamadas e (re)vividas nessas redes, nos fios e vãos que as constituem. Neste momento, para apresentar-me, só posso dizer uma coisa. Considero-me uma mulher, dentre as muitas possíveis.

Nessa rede de compreensões que tecemos em torno de nós, retorno brevemente a uma presença que me acompanha desde a infância, para refletir questões que reverberam aqui e ecoam ali, sempre ondulando o modo como escuto reciprocamente o mundo, os outros e a mim. Volto, assim, a 1991 quando tinha ali uns onze anos de idade. Estudava em uma escola da rede pública, onde estudava também uma pessoa de uns treze anos talvez, de quem nunca cheguei a saber o nome. Seu pai — o porteiro da escola — e seus documentos escolares a chamavam por um nome feminino. Outras pessoas a chamavam, em tom de deboche, por um nome masculino. A própria pessoa, eu nunca soube como ela chamava a si mesma. Deboches, ironias e demais agressões (incluindo as físicas) lhe eram constantemente direcionadas por colegas e, mesmo, professores, pelo fato de ter nome e corpo ditos femininos e se vestir e comportar como supostamente fariam os meninos. Eu, escondida atrás da timidez e da ingenuidade infantil, não era capaz de compreender o porquê daquilo. Por que motivos despejavam insultos em cima daquela pessoa quando ela estava quieta e sozinha, deixando-a num misto visível de tristeza e revolta? Era capaz apenas de sentir uma vontade imensa de conversar e perguntar à própria pessoa: como você se chama? No entanto, a timidez era cimento e a pergunta ficou, então, cimentada em mim. Até que não vi mais aquela pessoa na escola. E o tempo passou.

Naquele início de década de 1990, já havia alguma considerável produção acadêmica sobre questões de gênero na Europa e nos Estados Unidos. Apesar disso, aquela pessoa de treze anos enfrentava, sozinha, afrontas constantes, numa escola da periferia de uma capital nordestina, brasileira, latino-americana. Terá sido ela posta ainda mais fora dessas linhas divisórias? A perfurante perspectiva de um “com certeza” ou de um “muito provavelmente” após esta interrogação me comprime e compele. Hoje — mais de vinte e cinco anos e extensa produção teórica depois —, muitas pessoas de treze anos (e menos e mais) continuam sendo rechaçadas dos espaços sociais por serem diferentes daquilo que as regras determinam. Embora carregando ainda alguns cimentos, sou uma mulher a quem



foi factível continuar na escola, a quem foi possível realizar o desejo de sair dela só depois de cumpri-la até o fim e que conseguiu chegar ainda em outros lugares de conhecimento. E por que para mim foi possível — entre muitos “poréns” e “senões” — seguir em frente nos espaços de formação escolar/acadêmica enquanto aquela pessoa de treze anos (e tantas outras) incompreensivelmente desapareceu dos corredores da escola?

É preciso voltar novamente e rever o carimbo que me deu passe para ficar na escola, para chegar até aqui, para acessar espaços pessoais e institucionais ao longo do tempo. É certo que esse carimbo não foi gratuito, ele tem seus preços e custos, muitas vezes altos demais... Desde aquelas cenas escolares, no entanto, aprendi que muitas pessoas não podem pagar tal preço, e tantas outras pagam, às vezes, sem mesmo saber... Tanto tempo decorrido, os carimbos, os cimentos e os por quês continuam presentes, (re)querendo nosso desafio de os (re)pensar.

Quem somos nós pessoas que nascemos com um corpo dito feminino, assim, consideradas mulheres? Quem nos considera e o que esperam/requerem de nós? Que instituições: a família, a escola, o mercado de trabalho? Nós mesmas? A partir de que vivências e perspectivas? Ou, outros? Talvez, um conjunto de aspectos tidos como femininos antes mesmo de termos consciência deles? Discursos que nos antecedem e acompanham? Determinações, normas e enunciados que não chegam a requer nossa compreensão a respeito de nós mesmas? Como nossos corpos e as determinações sobre eles nos acompanham em nossas experiências? O que pensamos e dizemos de nós e a nós mesmas? É o exercício das perguntas cimentadas que aqui ensaio e proponho, a partir de um caminho epistêmico em construção.

## 1.2 Linguagem, Discurso e Gênero: para iniciar uma conversa

Para as reflexões pelas quais aqui nos lançamos, tomamos como ponto base a concepção de que a linguagem é meio e condição pela qual o ser humano se constitui e toma conhecimento disto, o que nos defronta necessariamente com o outro e as relações sociais que se dão no âmbito de nossa vivência histórica no mundo (BAKHTIN, 2014 [1929]). Assim, as pessoas se constituem, no mundo concreto e histórico, a partir da interação com os outros num processo dialógico

crucial. Nessa perspectiva, os sujeitos se defrontam e se relacionam por meio da palavra, pois através dela nos definimos “em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros” (BAKHTIN, 2014 [1929], p. 117, *itálicos do autor*).

A partir dessa concepção dialógica de linguagem, chegamos a compreensões sobre o discurso no âmbito do que Foucault (2011; 2014a; 2014b) vem problematizar sobre seus modos de constituição — ou do discurso como constitutivo do saber — e sobre os dispositivos que acionam o discurso como produtivo do poder. Nesta perspectiva, analisar o discurso requer a atenção para suas regras de formação, para as modalidades que processam sua enunciação, para os objetos de que fala, para as estratégias que mobiliza. Além disso, carece compreender que os discursos socialmente manifestos não se originam no indivíduo unitariamente considerado, no sujeito como instância una e originária, mas põe em ação um sujeito disperso em diversos lugares e posições, na medida em que se move por meio do discurso. Os discursos, desse modo, não se originam de “um já-dito” irrecuperável que os anteceda para serem tão somente (re)proferidos pelos indivíduos, sem considerar-se a descontinuidade e a dispersão histórica de tais discursos e de tais sujeitos (FOUCAULT, 2014a). Assim, o filósofo-historiador francês adverte que “é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado (...)” (FOUCAULT, 2014a, p. 31).

No cerne dessas compreensões, se perpassam feixes de relações de caráter ideológico, cultural, social e político, imbricados numa ampla gama de relações discursivas e em espaços e dispositivos de poder (FOUCAULT, 2014b). Nessa perspectiva, reafirma-se a concepção de discurso como elemento constitutivo das relações sociais, dos saberes socialmente construídos e dos sujeitos, que agem, no mundo, através das práticas sociais e discursivas, para experimentá-lo, (re)significá-lo e transformá-lo. Nessa ação, ainda de acordo com Foucault (2014b), se engendra, por meio do discurso, dispositivos de poder que conectam (e desconectam) os sujeitos sociais singular e coletivamente considerados, regendo seus modos de ação.

Nessa vertente de compreensão dos discursos e dos sujeitos, o campo da Análise Crítica do Discurso (ACD), sobretudo na perspectiva faircloughiana, vem compreender que:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também as relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Fairclough (2001) propõe a noção de discurso compreendido, a um só tempo, como texto, prática discursiva e prática social. No cerne das práticas sociais, os sujeitos se constituem, se relacionam e se identificam, podendo produzir, reproduzir ou transformar os discursos já estabelecidos e os discursos próprios, mantendo-os, transformando-os e reconfigurando-os. Desse modo, o “discurso contribui [...] para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Nesse sentido, a noção de gênero como categoria (SCOTT, 1995) problemática se inscreve num espaço social e histórico em que as “identidades sociais” e as “posições de sujeito” são construídas, percebidas e vivenciadas num quadro que envolve “linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais” (LOURO in LOURO, 2000, p. 09). Ampliando essa concepção, a noção de gênero pode ser entendida, na esteira de Foucault (2014b), como “dispositivo histórico” envolto por relações ideológicas e por instâncias de poder, que se estabelecem e se mantêm através de processos sociais concretizados por meio do discurso.

A partir dessas compreensões — nos aproximamos aqui da vertente pós-estruturalista dos estudos de gênero — entendendo inicialmente essa categoria como forma de “organização social da diferença sexual” e percebendo-o como saber “que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1994, p. 13). Esses significados, no entanto, seriam produzidos “de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos [sic] aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será

definida” (SCOTT, 1994, p. 13). Nesse sentido, Scott (1998) considera o gênero como construção fundada nos discursos relativos à distinção entre os sexos, considerando o discurso como “instrumento de organização do mundo”.

No âmbito dos estudos pós-estruturalistas de gênero, se encontram outras tentativas de compreensão dessa categoria e das identidades que ela possa (ou não) engendrar, uma vez que se questiona:

Que significado pode ter então a “identidade” e qual é a base da pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, e que se mantêm através do tempo como iguais, unificadas e internamente coerentes? E, acima de tudo, como configuram estas suposições os discursos sobre “identidade de gênero”? (BUTLER, 2007, p. 70)<sup>2</sup>

No circuito dos estudos pós-estruturalistas, as teorias da performatividade percebem que os sujeitos não vivem o gênero a partir de características essenciais ou naturais, mas são atravessados corporalmente por ele, através de um conjunto de construções discursivas. Eckert e McConnell-Ginet (in OSTERMANN; FONTANA, 2010, p. 100) mostram que a diferenciação do que seja feminino e do que seja masculino a partir de “atributos tais como poder, ambição, coordenação física, afetividade, rebeldia ou docilidade” é capaz de ativar práticas e discursos que desempenham um papel decisivo e invisível “na criação e na tessitura de diferenças importantes entre identidades femininas e identidades masculinas”. Assim, as identidades são percebidas como formas ou “performances” construídas nas práticas sociais e discursivas, com base em atributos essencializados e supostamente exclusivos para homens e mulheres. A partir da observação, da reflexão e da compreensão prática e teórica de tais aspectos, a identidade e o gênero vêm sendo compreendidos não como pura essência ou característica inerente ao sujeito. Nesse sentido, vem-se percebendo que gênero e identidade são configurados por diversos fatores subjetivos e sociais, incluindo-se aí dispositivos históricos e de poder, bem como sua “performance” por meio do discurso (RUBIN, 1993; BUTLER, 2003).

---

<sup>2</sup> Trecho em livre tradução a partir do espanhol: “¿Qué significado puede tener entonces la «identidad» y cuál es la base de la presuposición de que las identidades son idénticas a sí mismas, y que se mantienen a través del tiempo como iguales, unificadas e internamente coherentes? Y, por encima de todo, ¿cómo configuran estas suposiciones los discursos sobre «identidad de género»?”

Nessa perspectiva, pode-se compreender que a identidade social “mulher” — como tantas outras identidades — é engendrada dentro ou a partir do discurso e, como este, produzida em espaços histórica e institucionalmente delimitados (HALL in SILVA, 2000), como a família, o mercado de trabalho, as instituições de educação formal, etc. E assim, construídas sobre o discurso, as identidades, como ressalta Hall (in SILVA, 2000), não são estáveis e acabadas, elas se processam no transcurso histórico com a possibilidade contínua de modificação e de transformação.

Podemos aqui refletir de que modo as identidades se processam no sujeito enquanto este se defronta constitutivamente com imbricações inconscientes, discursivas, sociais e políticas. Dito de outro modo, como as identidades se relacionam no percurso do sujeito entre seu espaço interior e o mundo que lhe circunda? Como esses espaços são estabelecidos? Como esse percurso é construído discursivamente pelo sujeito? Como a identidade social “mulher” é construída discursivamente nos sujeitos, considerando-se suas relações com o mundo, no qual já há uma imagem de mulher (ou várias) configurada por determinações sociais, políticas, discursivas?

### 1.3 Gênero, Mulher e Identidade: hipótese inicial e objetivos

Estamos hoje, a plenos pulmões, no século XXI. Viver essa atualidade nos leva, consciente ou inconscientemente, a deparar com questões fundamentais relativas à existência humana, que se realizam na e pela linguagem — a um só tempo, elemento constitutivo e resultado da interação social. Fruto de profundas mudanças em todos os campos do saber e do fazer humanos, a atualidade convive com movimentos gestados e desenvolvidos, por meio de práticas sociais, que se configuram e se realizam com o discurso e com as relações nele e por ele estabelecidas.

Dentre essas práticas sociais, destaco aqui as que se referem à forma como as pessoas se identificam socialmente através do discurso. A identificação, como fenômeno simbólico (POMIER, 1991) e social, pressupõe a diferença, pois “é na relação com o outro que me identifico com o não outro” (OLIVEIRA in CORACINI; GRIGOLETTO; MAGALHÃES, 2006, p. 27). Assim, as pessoas se aproximam ou

se distanciam, simbólica e socialmente, de diversas categorias, entendendo categoria aqui como construção social, portanto, ideológica e, por isso mesmo, uma construção discursiva. Diante desse quadro, torna-se primordial o ato de interrogar e refletir acerca dos “efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, pp. 31-32).

No contexto histórico atual, as identidades sociais relacionadas à categoria de gênero vêm sendo vivenciadas de modo diverso, se reconfigurando e se reestruturando contiguamente com um processo de reconfiguração e reestruturação de discursos. No bojo das transformações sociais em curso, a categoria de gênero e a identidade social de mulher afiguram-se como construções problemáticas (BUTLER, 2003; LIVIA; HALL in OSTERMANN; FONTANA, 2010), pois mobilizam faces e fronteiras que divergem entre si. Assim, testemunhamos cotidianamente diversas expressões do que é “ser mulher”, bem como o fato de que algumas dessas expressões são socialmente legitimadas e prestigiadas enquanto outras são refutadas, subalternizadas e silenciadas por meio do discurso (BUTLER, 2003).

No entanto, a partir da percepção de tais construções discursivas das identidades sociais, a suposta essencialidade do gênero vem sendo (re)pensada e questionada. Abre-se, assim, o espaço discursivo para categorias que marcam tal reflexão e sua agora pronunciável problematização, como as noções de “transgeneridade” e “cisgeneridade”. Podemos entender, a princípio, que essas categorias se constituem como conceitos em construção num momento em que se percebe que “o signo mulher não esgota a pluralidade de mulheres” (BENTO in COLLING, 2011, p. 80). Nessa perspectiva, o gênero vem sendo percebido não mais como algo essencialmente característico ou inerente aos corpos de homens e mulheres, mas como resultado dos processos de subjetivação que se dão no cerne de relações social e historicamente construídas, vividas através do corpo e materializadas em práticas discursivas e sociais (BUTLER, 2002; LOURO, 2008; BAGAGLI, 2016).

Nessa perspectiva, de acordo com os Princípios de Yogyakarta (ICJ, 2007), a “‘identidade de gênero’ se refere à vivência interna e individual do gênero tal

como cada pessoa a sente”, o que pode “corresponder ou não com o sexo designado no momento do nascimento”. Por outro lado, Jesus (2010, p. 23) compreende a identidade de gênero como “a forma pela qual os sujeitos se identificam com um gênero, nos seus mais diversos aspectos e implicações pessoais e sociais”.

Transgeneridade e cisgeneridade são, assim, compreendidas como categorias relacionadas às identidades de gênero. Como afirmam Jesus (2010) e Vergueiro (2015), as transgeneridades<sup>3</sup> se referem à identidade de pessoas que vivem seu gênero de modo inconforme ao sexo que lhes foi “atribuído” no nascimento. A cisgeneridade se relaciona, à identidade de pessoas que se percebem no e se adéquam ao gênero que lhes foi atribuído ao nascerem (JESUS, 2010; VERGUEIRO, 2015). Como categoria crítica e analítica, o conceito de transgeneridade precede e engendra o conceito de cisgeneridade, que “(...) surge como forma de se trabalhar as evidências constituídas em relação ao gênero tido como normal e saudável” (BAGAGLI, 2016, p. 88). Nessa perspectiva, a cisgeneridade é discursivizada como a identidade de gênero “normal e saudável” e, assim, como a única socialmente admitida, a despeito das que existem sem serem notadas, reconhecidas, admitidas ou legitimadas socialmente (CAVALCANTI, online). Como consequência não assimilada, nos termos do que seria a normalidade do gênero — ou a cisnormatividade —, há pessoas que estão nos espaços das transgeneridades, sendo então discursivizadas pela margem, pela negação, pela não conformidade ao discurso que sustenta relações de poder.

Mulheres transgênero e cisgênero se encontram e se distanciam nos limites de duas categorias problemáticas, que abarcam/rechaçam relações de identidade/diferença entre mulher/homem e transgênero/cisgênero. Nesse contexto, o gênero se apresenta como produção discursiva e como categoria que interroga a relação compulsória entre sexo e identidade, ambos nos limites do que seja entendido como biológico, subjetivo e social. Pela própria divergência em relação às normas de gênero, ou cisnormatividade, as mulheres transgênero percebem, questionam e problematizam seu gênero como construção social/discursiva, enfrentando lutas cotidianas para viver seus diversos

---

<sup>3</sup> Uso o termo no plural, considerando que ele abrange uma diversidade de expressões de gênero (mulheres e homens trans, travestis, transexuais, dentre outras). (VERGUEIRO, 2015)

atravessamentos interseccionais fora da norma, ou seja, fora do espaço social e discursivo do gênero compulsório, ou, da cisnormatividade (JESUS, 2010; VERGUEIRO, 2015; CAVALCANTI, 2016).

Mas, e quando há uma presumida conformidade de gênero, como no caso das mulheres cisgênero? Estando “em conformidade” com as normas e papéis de gênero, as mulheres cis se “conformam” discursivamente ao seu gênero como essência ou dado natural ou o problematizam, em alguma medida, como efeito de um processo de constituição social/discursiva? Nesse sentido, surgem os questionamentos que nortearam a pesquisa aqui proposta e desenvolvida: mulheres cisgênero problematizam discursivamente sua identidade social de mulher? De que formas o fazem?

Em busca de reflexões e possíveis respostas para nossas perguntas de pesquisa, parto da hipótese inicial de que: mesmo estando em um espaço de “conformidade”, mulheres cisgênero percebem discursivamente sua identidade de “mulher” como construção social. Diante dessa hipótese inicial, esse estudo busca investigar como a mulher cisgênero percebe discursivamente a construção de sua identidade social de mulher. De modo específico, o estudo objetiva também: analisar “metáforas” enquanto marcas discursivas de problematização da identidade social de mulher; identificar elementos discursivos que relacionem (ou não) a identidade “mulher” a características atribuídas à identidade de homem; e reconhecer aspectos discursivos que apresentem (ou não) características atribuídas à identidade “mulher” como elementos naturalizados/essencializados ou problematizados.

#### 1.4 Método, Espaço e Pessoas Envolvidas

Em direção aos objetivos que aqui delineamos, faz-se necessário pensar processos metodológicos que dialoguem com esta proposta de abordagem qualitativa do fenômeno em estudo. Tendo em vista que partimos de uma hipótese inicial — inferida a partir da vivência efetiva com o fenômeno em análise — com possibilidade de ser desenvolvida ou de levar à construção de novas hipóteses durante a pesquisa, o método abdução nos orienta em relação às posturas metodológicas, que permitam a escuta de nosso fenômeno. A abdução, como



forma de raciocínio e como método científico, se relaciona ao “(...) ato criativo de levantar uma hipótese explicativa para um fato surpreendente” (SANTAELLA, 2001, p. 120). De acordo com Santaella (2001), nesse método “o processo de construção e seleção da hipótese é consciente, deliberado e controlado, estando aberto à crítica e autocrítica” (p. 121). Assim, o método abduutivo expressa “(...) um tipo de raciocínio que, sem deixar de ter forma lógica, tem um caráter instintivo e é, antes de tudo, um processo vivo de pensamento” (SANTAELLA, 2001, p. 121).

Partindo então da hipótese inicial enunciada no tópico anterior, como acessar o discurso de mulheres cisgênero sobre a própria identidade? A questão se faz necessária vista a grande quantidade de conteúdos e discursos que circulam socialmente a respeito da mulher, especificamente, da mulher cis. Recorrer a tais discursos, no entanto, nos parecia abordar lateralmente o que queremos visualizar de frente. Desse modo, para chegar ao discurso de mulheres cisgênero sobre a própria identidade, nada mais direto do que ouvir o que elas dizem a respeito de si mesmas. Assim, conversamos com dez mulheres cis, por meio de entrevista semi-estruturada gravada em vídeo, a partir da qual desenvolvemos as questões levantadas. Antes da entrevista, cada uma das participantes respondeu a um questionário sócio-cultural para, assim, conhecermos o perfil pessoal e coletivo das pessoas com as quais dialogamos. Sinalizamos, no entanto, que o número de dez participantes é aleatório, tendo sido considerada a capacidade de análise dos dados.

Visto que os sujeitos desta pesquisa são mulheres cisgênero, foi necessário definir critérios para encontrá-las. Uma vez que investigamos, aqui, modos pelos quais mulheres cis discursivizam sua identidade social de mulher, consideramos como critério necessário ouvir mulheres cis maiores de dezoito anos e socialmente ativas. Como, no entanto, definir quem são e onde se localizam mulheres cis socialmente ativas? Para situar este critério, compreendemos como “socialmente ativa” a mulher cis em exercício efetivo de suas atividades sociais. Ao pensar em atividade social, nos remetemos a relações entre sujeitos em diferentes posições e aos prováveis espaços institucionais em que tais atividades e tais relações são desenvolvidas ou desempenhadas, como na família, no trabalho, na educação formal, etc. Dentre esses espaços, consideramos singularmente significativo o espaço da educação superior, instância social onde se produz (e reproduz)

conhecimentos, teorias, métodos, tecnologias e relações de poder. Se estamos já inseridas acadêmica e profissionalmente no espaço social da universidade, encontramos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), um ambiente em que mulheres exercem atividades sociais, nos termos acima referidos, se tornando um espaço representativo para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Visto que a UFPE integra uma população de mais 60.000 pessoas — entre estudantes, docentes e técnicos administrativos, em seus três campi<sup>4</sup> —, sendo 53% (ver Tabela 1) do gênero feminino e considerando ainda que estamos diante de um fenômeno a ser analisado de modo qualitativo, foi necessário restringir a participação das mulheres ao número de dez. Como nosso universo é vasto, essa se mostrou uma tarefa desafiadora, considerando que, de acordo com os dados registrados na UFPE, menos de 1% do total de pessoas que aí estudam e/ou trabalham, são transgêneras — número que revela a disparidade de acesso ao ensino e ao trabalho formal entre pessoas trans e pessoas cis. Diante disso, como estabelecer a priori, antes de ouvi-las, que esta ou aquela mulher pode ser considerada cisgênero? E mesmo as ouvindo previamente, elas conhecem o conceito de cisgeneridade e se considerariam nesta categoria? Então, nos deparamos com um embate entre o que se pode presumir em relação ao gênero de alguém com base em como “esse alguém” se expressa corporal e socialmente e o que “o próprio alguém” pode expressar verbalmente sobre si mesmo. Eis, afinal, o “X” da nossa questão.

Diante deste “X” e para seguirmos na direção da hipótese inicial de que mesmo estando em um espaço de “conformidade”, mulheres cisgênero percebem discursivamente sua identidade de “mulher” como construção social, foi necessário então, e fundamental, o desenvolvimento de outras hipóteses associadas a esta. Dessa maneira, ao considerar o universo de mulheres, nos direcionamos com base em duas novas hipóteses: a) no geral, as pessoas do gênero feminino, que podem ser socialmente identificáveis como do “sexo feminino”, não conhecem o conceito de “cisgeneridade”; b) o fato de essas pessoas não conhecerem o conceito “cisgênero” não anula a possibilidade de perceberem discursivamente sua identidade de “mulher” como construção social. Orientada por estas hipóteses,

---

<sup>4</sup> A UFPE funciona em três campi, a saber: Campus Recife, Campus do Agreste (Caruaru) e Campus de Vitória de Santo Antão.

tomamos a decisão metodológica de convidar, para participar da pesquisa, dez mulheres a partir do critério de presumivelmente haver concordância entre seu sexo e seu gênero.

Grupos		Gênero Feminino	Total	Gênero Masculino	Total	Total por Grupo	
Estudantes	Graduação	25.492	29.784	21.750	26.057	47.442	56.041
	Mestrado	2.340		2.340		4.680	
	Doutorado	1.952		1.967		3.919	
Servidores	Técnicos Administrativos	2.276	3.488	1.864	3.190	4.140	6.678
	Docentes	1.212		1.326		2.538	
Total por Gênero		33.272		29.247		TOTAL GERAL 62.699	
		53%		47%			

Tabela 1: População de estudantes docentes e técnicos administrativos da UFPE.<sup>5</sup>

Dessa maneira, o corpus dessa pesquisa foi constituído por dez entrevistas, que geraram um total de 278'28" de discurso registrado em vídeo. Todo o material coletado foi transcrito pela pesquisadora. Desse conjunto, foram retirados os dados a serem analisados, a partir das orientações contidas nos objetivos aqui propostos.

Com base nas considerações que vimos tecendo, as participantes foram convidadas, pela pesquisadora, a partir de duas informações significativas: saber da existência de vínculo, de cada uma delas, com a UFPE; e presumir sua cisgeneridade, nos termos aqui já mencionados. Desse modo, participaram da pesquisa dez mulheres cis vinculadas à UFPE, sendo três alunas de graduação, duas professoras, quatro técnicas administrativas e uma funcionária terceirizada<sup>6</sup>. Dentre as professoras e as técnicas administrativas, uma em cada grupo exerce cargo de gestão. Dentre as alunas, professoras e técnicas administrativas, elas se encontram nas seguintes áreas do conhecimento: ciências exatas, ciências da saúde, ciências sociais aplicadas e ciências humanas. Conforme citamos anteriormente, solicitamos que cada uma das pessoas participantes respondesse a um questionário sócio-cultural a fim de desenharmos o perfil do grupo de mulheres cis envolvido nesse estudo. No questionário, foram feitas dezesseis perguntas, sendo na primeira delas solicitado que cada participante respondesse textualmente a questão “qual o seu gênero?”. Todas elas deram como resposta a palavra

<sup>5</sup> Dados solicitados à UFPE e fornecidos por meio das unidades institucionais responsáveis, no mês de agosto de 2017.

<sup>6</sup> Solicitamos, à unidade institucional responsável, dados referentes ao número geral e por gênero de funcionários terceirizados na UFPE, mas não obtivemos resposta.

“feminino”. Tal resposta já aponta para aspectos relativos às hipóteses acima levantadas, os quais debateremos no decorrer desta dissertação.

A partir do questionário, podemos observar o perfil das mulheres participantes. Elas têm idades que variam entre 19 e 55 anos, estando 50% delas com idade inferior a 40 anos e 50%, com idade superior a esta. Quanto ao nível de instrução formal: 10% têm ensino fundamental; 30% cursam graduação; 20% têm curso de especialização; 10% têm curso de mestrado; 20% têm doutorado e 10% têm doutorado com pós-doutorado. Quanto à origem e procedência: 10% nasceram no interior da Bahia; 20%, no interior de Pernambuco e 70%, na capital pernambucana; 10% procedem da zona rural e 90% são procedentes de espaços urbanos. Todas residem na cidade de Recife. Em relação à raça/etnia: 40% se declararam brancas e 60%, pardas. Quanto a vínculo religioso, político e social: 20% declararam não estar ligadas a nenhuma religião; 20% declararam estar ligadas à religião evangélica e 60%, à religião católica; 90% declararam não estar vinculadas a nenhum partido político ou movimento social e 10% declararam ter tais vínculos. Quanto à orientação afetivo-sexual: 30% se consideraram lésbicas e 70% se consideraram héteros. Em relação ao estado civil: 10% afirmaram estar casadas (uma hétero); 30% afirmaram estar em união estável (uma lésbica e duas héteros) e 60% se declararam solteiras (duas lésbicas e quatro héteros). Em relação a filhos: 20% têm filhos (dois filhos cada uma delas) e 80% não os têm; dentre as que têm vínculo conjugal civil (no total de uma casada e três em união estável), 25% (uma) têm filhos e 75% (três) não os têm; dentre as que têm filhos, 50% estão solteiras e 50% estão em união estável. Para fins de citação, cada uma das participantes foi identificada com as letras A a J e apresentam perfil pessoal, conforme mostra a Tabela 2.

	Idade	NÍVEL DE INSTRUÇÃO	ORIGEM	PROCEDÊNCIA	COR/ ETNIA	RELIGIÃO	ORIENTAÇÃO AFETIVO-SEXUAL	FILHOS	ESTADO CIVIL
Mulher A	< 40	Superior Incompleto	Capital de Pernambuco	Zona Urbana	Parda	Não	Lésbica	Não	Solteira
Mulher B	< 40	Superior Incompleto	Capital de Pernambuco	Zona Urbana	Parda	Católica	Hétero	Não	Solteira
Mulher C	< 40	Superior Incompleto	Capital de Pernambuco	Zona Urbana	Branca	Católica	Hétero	Não	Solteira
Mulher D	< 40	Doutorado com Pós-doutorado	Interior da Bahia	Zona Urbana	Parda	Católica	Hétero	Não	União Estável
Mulher E	< 40	Fundamental	Capital de Pernambuco	Zona Urbana	Branca	Evangélica	Hétero	Sim (dois)	Solteira
Mulher F	> 40	Especialização	Capital de Pernambuco	Zona Urbana	Parda	Não	Lésbica	Não	Solteira
Mulher G	> 40	Doutorado	Capital de Pernambuco	Zona Urbana	Branca	Evangélica	Hétero	Não	Solteira
Mulher H	> 40	Doutorado	Interior de Pernambuco	Zona Rural	Branca	Católica	Lésbica	Não	União Estável
Mulher I	> 40	Especialização	Interior de Pernambuco	Zona Urbana	Parda	Católica	Hétero	Não	Casada
Mulher J	> 40	Mestrado	Capital de Pernambuco	Zona Urbana	Parda	Católica	Hétero	Sim (dois)	União Estável

Tabela 2 - Perfil pessoal das participantes.

Vemos, assim, o perfil pessoal e coletivo das mulheres cis que participaram da pesquisa e destacamos a disposição e o interesse de todas em falar sobre sua percepção de si mesmas e das mulheres, de modo geral. Salientamos, no entanto, que os números desempenham aqui um papel puramente visual, nos auxiliando a desenhar o perfil coletivo de nosso estudo, considerando-se que estamos diante de um fenômeno a ser abordado de modo qualitativo. Dessa maneira, as variáveis mencionadas acima se configuram apenas como referências para localização sócio-cultural das participantes. O estudo se desenvolve com base em conceitos e categorias de análise que mencionaremos e discutiremos ao longo do texto.

Desde sua concepção, essa pesquisa se baseia nos parâmetros éticos pertinentes aos estudos científicos, primando pela segurança e integridade das pessoas envolvidas. Nesse sentido, o estudo foi pensado e desenvolvido com base nas recomendações e disposições do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFPE), que aprovou o respectivo projeto.

### 1.5 Arquitetura e Construção do Texto

Diante dos apontamentos e reflexões, iniciados nesta primeira seção, bem como dos questionamentos, objetivos e hipóteses aqui apresentados — no intuito de caracterizar o estudo em seus fundamentos e orientações epistêmicas, teóricas e metodológicas — nos encontramos agora no espaço da construção textual dessa dissertação. Ela se configura como conjunção de processos e resultados analíticos (sempre abertos) que envolvem conhecimentos teóricos e práticos, concepções sobre os fenômenos abordados e experiências prévias de sujeitos potencial e efetivamente envolvidos. Nesse compasso, o texto vai sendo desenhado, a partir do que a ele se propõe, na tentativa de abordar conceitos e concepções necessárias à observação do fenômeno que aqui compartilhamos. Para esse fim, contaremos com um ambiente textual, composto pelos espaços de cinco seções, nas quais poderemos adentrar para observar teoria e realidade relatada e pensarmos possíveis compreensões e interpretações. Nesta Seção Introdutória, como mencionado, estamos apresentando as bases sobre as quais se desenvolveram a pesquisa e se fundaram o trabalho que ora compartilhamos.

Na segunda seção, intitulada Linguagem, Discurso e Constituição dos Sujeitos, direcionamos o olhar para possíveis modos de compreensão de “linguagem”, “língua”, “signo”, “discurso” e “sujeito”, bem como de orientações epistemológicas e categorias analíticas que com eles se relacionam no âmbito teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD), na vertente faircloughiana. A seção é integrada por quatro subseções. A primeira delas se dedica a reflexões mais gerais sobre Linguagem, língua, signo e discurso; a segunda está atenta ao questionamento “Eu/outro”: uma relação constitutiva do discurso e da identidade?; a terceira estabelece o diálogo com a Análise Crítica do Discurso: perspectivas possíveis...; e, a quarta busca mobilizar categorias fundamentais à ACD, a partir do questionamento Ideologia e Sujeito: uma relação constitutiva?.

Já a terceira seção, intitulada Mulher e Cisgeneridade: iniciando uma reflexão, propõe uma aproximação teórica sobre conceitos relacionados ao gênero. Para tanto, aborda as categorias “sistema sexo/gênero”, “gênero”, “mulher”, “transgeneridade” e “cisgeneridade”, examinando-as com base nas considerações epistemológicas e teóricas desenvolvidas no campo dos estudos feministas a partir do século XX. Com esse intuito, são propostos diálogos em três subseções, que buscam observar e questionar Gênero enquanto categoria sistemática; Gênero: efeito de processos de interação? e Gênero: processo reflexivo?.

Na quarta seção, chamada Mulher, cisgeneridade e discurso: uma possibilidade crítica de análise, buscamos traçar um espaço para o desenrolar do movimento analítico aqui proposto. Nela, abordamos o discurso de mulheres cisgêneras a cerca dessa identidade, buscando articular os fundamentos epistemológicos e teórico-metodológicos dialogados nas seções anteriores. Com esse horizonte, a seção é interligada por três subseções. Na primeira delas, denominada de Metáfora: tópico analítico a partir de uma perspectiva crítica, conferimos um contorno teórico à metáfora, primeiro tópico analítico, já estabelecido nos objetivos deste estudo. Em Mulher e identidade em discurso e Mulher Cisgênera: caminhos para uma compreensão? vamos identificando e reconhecendo as categorias e tópicos presentes no discurso das mulheres cisgêneras de modo articulado aos nossos objetivos (geral e específicos).

Por fim, na quinta seção, condensamos nossas Considerações Finais. A este título, buscamos sintetizar e integrar as observações realizadas ao longo das análises, a partir dos fundamentos epistêmicos, teóricos e metodológicos, que possibilitam a abordagem crítica a qual nos propomos. A seção final desta dissertação se reconhece como uma proposta de sistematização dos aspectos assinalados, observados e dialogados ao longo do estudo, numa perspectiva crítica e reflexiva, portanto aberta a outras possíveis miradas e aos diálogos que possa suscitar.

## 2 LINGUAGEM, DISCURSO E CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS

No conjunto das concepções que podem dialogar para uma compreensão do fenômeno que estamos analisando, a concepção dialógica da linguagem, a Análise Crítica do Discurso (ACD), na vertente faircloughiana, e os estudos pós-estruturalistas de gênero se inscrevem num quadro teórico e epistemológico com possibilidades distintas de compreensão da linguagem, do discurso e do sujeito. No entanto, caminham todos na direção de sua construção social e discursiva, compreendendo o sujeito — sob distintas perspectivas — como agente que se constitui e se identifica, a partir das relações sociais no âmbito de sua vivência concreta e histórica no mundo. No sentido das abordagens que aqui se relacionam, procuraremos aprofundá-las, debatê-las e as colocar em diálogo com a historicidade e a especificidade do fenômeno que se levanta em nosso horizonte de análise.

### 2.1 Linguagem, Língua, Signo e Discurso

Mulher, cisgeneridade e discurso são três categorias que se perpassam, de modo constitutivo, no âmbito da linguagem, ou, mais especificamente, da linguagem verbal. Na busca de tecer reflexões e entendimentos sobre tais categorias, é necessário partirmos aqui da compreensão de linguagem<sup>7</sup> e língua como fenômenos complexos, visto que se estabelecem na interação entre o “eu” e “os outros” por meio do signo linguístico e de sua capacidade para simbolizar.

Nesse sentido, através da interação verbal, em termos bakhtinianos, temos um movimento perene, complexo e dialógico de criação de signos, sujeitos, sociedades, culturas. Enquanto construções conjuntas, essas entidades se vinculam na linguagem, pois é na e pela palavra que se elaboram e concretizam a realidade e as dinâmicas sociais (BAKHTIN, 2014 [1929]). Partimos, assim, da concepção de que a linguagem é meio e condição pela qual o ser humano se constitui e se percebe enquanto tal, o que o defronta necessariamente com o outro, com as relações sociais que se dão nesse processo dialógico, visto que a interação

---

<sup>7</sup> Para os fins deste trabalho, tomaremos o termo “linguagem” no sentido de “linguagem verbal”, não nos escapando, contudo, que a linguagem verbal se associa a outras modalidades de linguagem para a construção de sentidos.



verbal se configura como realidade fundante dos indivíduos e da língua (BAKHTIN, 2014 [1929]). Nessa perspectiva, o “eu” e o “outro”, se confrontam por meio da palavra — do signo linguístico — e de sua constituição de caráter social, pois “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico [sic] abstrato das formas da língua nem do psiquismo individual dos falantes” (BAKHTIN, 2014 [1929], p. 117, *itálicos do autor*).

Mesmo que sumariamente, cabe-nos aqui refletir sobre nossa compreensão de signo linguístico. Nesse movimento reflexivo, remontamos brevemente a Saussure (2012 [1916]), que compreende o signo como elemento que “une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (p. 106). Dito de outro modo pelo linguista suíço, o signo seria uma unidade de dupla face, formada pela união entre significante e significado. Seria, na concepção saussuriana, uma unidade linguística capaz de unir a matéria sonora da língua aos conceitos que se referem às coisas postas no mundo. Em si mesma considerada, seria a unidade fundamental da análise linguística, bem como a unidade representativa dos objetos, das coisas, da realidade entendida como prévia e já dada aos indivíduos. Corroborando e, ao mesmo tempo, alargando a visão saussuriana, Benveniste (1976, p. 54) vem dizer que “o papel do signo é representar, ocupar o posto de outra coisa, evocando-a a título de substituto”<sup>8</sup>. Quando afirma que o signo “ocupa o lugar de outra coisa” para evocá-la, substituí-la e representá-la, o linguista entrevê espaços vazios de significação e “ocupáveis” pelo signo, percebe que este assume sempre o lugar de algo externo a si mesmo e que não representa por si mesmo. Ao estudar a categoria de pessoa e os pronomes pessoais “eu/tu”, Benveniste (1976; 1999) vê o signo linguístico como espaço não só preenchível, mas também reversível, em que aqueles que assumem a enunciação nele se instalam alternadamente para com ele enunciar e se enunciar, num aqui e agora renováveis a cada enunciação. Ao evocar “eu/tu” e “aqui/agora” como categorias vazias da língua, sempre (re)significáveis a cada enunciação, Benveniste vem talvez entreabrir um espaço no modo estruturalista de ver o signo. No entanto, as compreensões não são lineares e assim Bakhtin já entendia que os signos, como espaços preenchíveis, não se preenchem a si

---

<sup>8</sup> Em livre tradução a partir do espanhol: “el papel del signo es representar, ocupar el posto de otra cosa, evocándola a título de sustituto.”

mesmos, mas “só podem aparecer em um terreno interindividual” (BAKHTIN, 2014 [1929], p. 35, *itálicos do autor*), dito de outro modo, se constituem no âmbito das relações entre as pessoas, ou seja, no espaço das interações sociais dialógicas. Para Bakhtin (2014 [1929], p. 35), “não basta colocar face a face dois homo sapiens quaisquer para que os signos se constituam”, só há signo, ou um sistema de signos, na medida em que essas pessoas formam um grupo, uma unidade social concreta e histórica. Assim, Bakhtin (2014 [1929], p. 111) compreende que “toda enunciação efetiva, seja qual for a sua forma, contém sempre com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou de um desacordo com alguma coisa”, e aí está o signo.

Diante dessas possibilidades teóricas, entendemos o signo não como espaço de mera representação da realidade, mas de ação recíproca dos sujeitos que o enunciam constituindo a realidade e, ao mesmo tempo, constituindo a si mesmos e ao próprio signo, ou no dizer bakhtiniano, entendemos o signo como espaço de (inter)ação. Encarado desta maneira, o signo se constitui como espaço plenificável pela ação dos sujeitos no seu percurso constante de criar e atribuir sentidos. Essa plenificação, no entanto, é processo inesgotável, visto que os sentidos são múltiplos e mutáveis.

Nesta vertente de compreensão, o signo não possui um conteúdo fatalmente dado em si mesmo e anterior aos sujeitos que o enunciam. Ele carece da interação entre eu/outro em dado lugar (social) e em dado tempo (histórico), se constituindo, assim, como espaço sempre (re)significável, com múltiplas possibilidades de sentido, a partir das relações que nele e com ele se estabelecem (BAKHTIN, 2014 [1929]). Desse modo, os signos são materialidade não apenas como entidades concretas, “palpáveis”, limitadas dentro do sistema linguístico, mas também porque se investem da possibilidade dialógica de se transformarem constantemente, de acordo com as relações (sócio-culturais, políticas e históricas) que os instauram e com os sujeitos que os enunciam. Objeto de análise como forma no sistema da língua, o signo se torna também fenômeno problemático quanto à sua infinita capacidade de significação, ou como bem percebe Benveniste (1999, pp. 27-28) “no fundamento de tudo está a simbólica da língua como poder de significação”<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Em livre tradução a partir do espanhol: “(...) en el fundamento de todo está la simbólica de la lengua como poder de significación”.

ou, de outro modo, “todo mecanismo da cultura é um mecanismo de caráter simbólico”<sup>10</sup>, porque instaurado pelo signo — lugar aberto para a interação entre “eu” e “tu”, entre “mesmos” e “outros” (BAKHTIN, 2014 [1929]).

Uma vez delineada nossa compreensão de signo — que acompanhará o olhar investigativo sobre as categorias em análise —, é preciso pensar no fato de ele abarcar um espaço não preenchido em si, mas permanentemente preenchível pela ação vivenciada entre os sujeitos. Nesse sentido, podemos entender o próprio signo como entidade de caráter ideológico (BAKHTIN, 2014 [1929]), pelo fato mesmo de que ele “reflete e refrata” uma realidade que lhe é exterior, estabelecendo e ao mesmo tempo suscitando um acordo/desacordo entre os sujeitos que o enunciam. De outro modo, mas na mesma direção, cabe-nos considerar que a “língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis — um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos” (FOUCAULT, 2014a, p. 33). Se o sistema da língua possibilita a enunciação de um número infinito de enunciados e se o signo é um espaço sempre preenchível, o que faz com que certos enunciados se realizem e outros não, ou como indagou Foucault (2014a, p. 33), “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”. Desse modo, a possibilidade de compreensão do signo como entidade de caráter ideológico abre, também, um espaço profícuo para as construções teóricas, no campo da linguagem e do discurso, desenvolvidas no cerne dos estudos pós-estruturalistas, como veremos ainda adiante.

Considerando, assim, a ação enunciativa dos sujeitos ao dizer a palavra — em última instância, o signo linguístico — não nos parece possível compreender a língua e os enunciados, com ela formulados, apenas no “plano dos significantes ou da expressão” (BARROS in FIORIN, 2012, p. 43), porque a enunciação realizada com a língua vai muito além de seu plano puramente sistemático, abarcando os sujeitos no cerne de seu agir no mundo e aí constituindo o discurso. Ora, a própria interação cria significados, o próprio ato de enunciação opera sentidos. Nos atos enunciativos, agem sujeitos perpassados por diferentes vozes, crenças, valores, identidades, conhecimentos e instâncias de poder (FOUCAULT, 2014b). Tal dinâmica faz da enunciação “um puro produto da interação social, quer se trate de

---

<sup>10</sup> Em livre tradução a partir do espanhol: “(...) todo mecanismo de la cultura es un mecanismo de carácter simbólico”.

um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística” (BAKHTIN, 2014 [1929], p. 126).

Dialogando com essas compreensões, torna-nos inevitável entender a (inter)ação como o *modus operandi* e o *modus vivendi* da linguagem verbal e da língua — esta como configuração material em que aquela se realiza. É perceptível — pelo que a própria palavra sinaliza, e pela leitura que dela fazemos — que “interação” requer “ação entre”, não apenas dois, mas diversos elementos mutuamente constitutivos. Dizendo de outra maneira, para que haja interação é preciso haver tempo (histórico), espaço (sócio-cultural), signo (ideológico), eu/outros (sujeitos biopsicossociais). Dentre esses elementos, o par constitutivo eu/outros (re)experimenta constantemente a possibilidade de ação concreta, no tempo e no espaço, por meio do signo. No caminho desse pensamento, cabe-nos então refletir sobre a relação eu/outros como elemento nodal no processo de interação verbal vivenciado por sujeitos inescapavelmente situados no mundo e na história.

É com este signo que “eu” e “outros” nos movimentamos na sistemática da língua e, com ela, produzimos a língua e o discurso, ou antes, os discursos que constituem o mundo do qual fazemos parte. Esta ação conjunta não se limita, como estamos aqui compreendendo, a acessar e selecionar palavras, a manipular formas linguísticas, a ordenar sintaxes de modo nítido e cristalino. Em sua arqueologia<sup>11</sup>, Foucault (2014a) remonta ao discurso como materialidade composta de camadas que não se encerram na “estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua” (p. 59), tampouco no “intrincamento entre um léxico e uma experiência” (p. 59). Para o autor:

(...) analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico, de um vocabulário, mas o regime dos objetos. (FOUCAULT, 2014a, pp. 59-60)

<sup>11</sup> O método arqueológico de Michel Foucault compreende o discurso como constitutivo do saber e dos “regimes de verdade” que por meio dele se estabelecem e instauram a realidade (ou as realidades em que os sujeitos se inserem/são inseridos). Partindo do princípio de que a realidade se instaura no momento em que o discurso lhe traz à existência, o método busca chegar às “camadas” que compõem os acontecimentos discursivos em sua descontinuidade e em sua dispersão, descrevendo-se suas regras de formação, suas modalidades, os objetos de que falam, as estratégias que mobilizam (FOUCAULT, 2014a; GREGOLIN, online).

Ao mobilizar os instrumentos formais da língua, o discurso os ultrapassa instaurando uma prática e demonstrando que os enunciados não estão previamente catalogados no sistema linguístico para serem meramente pinçados e (re)proferidos pelos “falantes” da língua. O discurso (re)quer sujeitos, ele reivindica ação e capacidade de (re)criação permanente na e da língua em suas formas e em suas possíveis significações. Esse processo se dá permeado por fatores linguísticos, assim como por relações sociais e ideológicas que perpassam a realização da língua.

Tal construção é perceptível quando nos movimentamos no sentido de não só realizar o discurso (falando, escrevendo, lendo e ouvindo), mas também de olhar para seus modos de constituição e mobilizar os instrumentos necessários para analisá-los. Nesse sentido, trago para aquecermos nosso movimento analítico — de acordo com os objetivos deste estudo —, um trecho de relato de uma das mulheres participantes:

TRECHO 1

Mulher J: eu como mulher era aquela mulher que também chamava o pedreiro dizia... oh faz isso tira aquilo... de chegar o final do trabalho... o marido entra sai... eu fazendo as coisas... e o pedreiro olhar pra mim e dizer “parece até que o homem da casa é a senhora”... ((risos))

Como língua e discurso aqui se relacionam? Os substantivos, os pronomes, os conectivos, os verbos, o léxico, a sintaxe dão conta, por si, de criar significações possíveis a este discurso? Ou, para além da língua e sob ela se cruzam outras categorias, outras formas, outros princípios de formação? “Mulher” e “homem”, neste discurso, são signos que ultrapassam o léxico cristalizado e se (re)significam a partir de um contraste entre o conceito e a experiência, entre o signo como mera representação e o signo como lugar de interação, de permanente (re)interpretação e constituição da realidade. O choque é inevitável: a mulher concreta que enuncia esse discurso não se move apenas no espaço conceitual e abstrato que lhe é atribuído pelos significados padronizados, sistematicamente, na língua e, ideologicamente, nos discursos. Essa mulher se move no espaço concreto das

relações que vivencia, o que requer seu (re)posicionamento e sua ação<sup>12</sup> como sujeito culturalmente situado.

Neste exemplo inicial, já podemos constatar que o discurso se constitui e se (re)configura na interação, no espaço dialógico compartilhado entre eu/outro e nas relações que se emaranham sob a superfície do enunciado. Se há uma superfície, há possibilidades de chegar ao que corre abaixo dela. Desse modo, a relação discursiva entre eu/outro é perceptível não apenas no exato momento em que eu/outros compartilham a ação de enunciar o signo. O outro com o qual se compartilha essa complexa empreitada não se faz presente apenas por meio do sujeito empírico com o qual se interage em dado momento e em determinado lugar. O “outro” é uma categoria fundante do discurso e, como tal, está presente em todos os discursos que circulam histórica e socialmente (BAKHTIN, 2014 [1929]; FOUCAULT, 2014a). Desse modo, o “outro” já está — embora “eu” não saiba — nos discursos que atravessam e constituem o “meu” próprio discurso.

Essas reflexões nos levam ao que Foucault (2014a) vem problematizar sobre a constituição dos discursos, partindo da compreensão de que o discurso manifesto pelo sujeito não surge tão somente de si mesmo como sua origem primeira, mas se elabora como acontecimento, no feixe de relações que condicionam sua instância e sua dispersão. A singularidade de um discurso estaria, portanto, vinculada às regras que caracterizam sua formação, ao conjunto de discursos que o modalizam, transmitem, reverberam e ecoam. Nesse sentido e na busca de compreender como os discursos se constituem e se relacionam, é importante perceber o que pode vir a se pronunciar entre sua formação e sua dispersão. Nessa perspectiva — observando a especificidade de nosso fenômeno —, consideramos a “relação eu/outro” como um aspecto fundante do discurso e fundamental para a compreensão de sua formação/dispersão. Sobre este aspecto, tentaremos refletir no próximo tópico.

## 2.2 “Eu/outro”: uma relação constitutiva do discurso e da identidade?

---

<sup>12</sup> Para uma compreensão a respeito do posicionamento e da ação do sujeito, numa perspectiva ética, sugiro a leitura de Para uma filosofia do ato ético, de Bakhtin (BAJTIN, 1997).

Como vimos aqui compreendendo — a partir dos caminhos teóricos que evocamos — o discurso se constitui como materialidade fundada na ação entre sujeitos sócio-históricos, por meio da língua. Desse modo, nele e por ele se atravessam diversas perspectivas teóricas vinculadas à linguística, à psicanálise à história, à antropologia, à sociologia, dentre outros campos do conhecimento. Estamos voltando o olhar para uma materialidade na qual se interligam vários elementos, que, por sua vez, se constituem reciprocamente. Isso requer o esforço de estabelecimento de um diálogo entre campos específicos do conhecimento em diversas áreas envolvidas, a fim de alargar as possibilidades de mirada para este fenômeno complexo, multifacetado e fronteiro, que é o discurso. Dentre as diversas categorias que nele coexistem, tentaremos observar, ao longo desse estudo, aquelas mais diretamente relacionadas à compreensão de nosso fenômeno.

Como uma dessas categorias discursivas, o par “eu/outro” — de acordo com o que iniciamos a discutir no tópico anterior — nos acena reflexões necessárias para a compreensão dos sujeitos e das identidades sociais. Assim, seguimos pensando esse par interativo “eu/outro” como aquele que, pelos mais diversos meios discursivos, atua proficuamente na “constituição das identidades, dos sujeitos e das formas de manifestá-los e constituí-los na e pela linguagem” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 10). O “outro” não se afigura apenas naquele “outro” externo com quem “eu” falo frente a frente, mas, como constitutivo do discurso, ele já se encontra “falando por dentro”, no interior de “meu” próprio discurso, “me” pregando, talvez, uma peça, “me” levando a acreditar que o discurso que “eu” enuncio é originária e exclusivamente “meu” (FOUCAULT, 2014a). O discurso que o sujeito enuncia, no entanto, é perpassado por outros discursos que nele se instalam, levando-o a falar precisamente “isto” e não “aquilo”, deste modo específico e não daquele (FOUCAULT, 2014a), com maior ou menor grau de percepção e reflexão crítica/dialética em relação às práticas discursivas às quais se relaciona (FAIRCLOUGH, 2001). Tal percepção poderá ocorrer quando há um conjunto de condições que possibilitem um olhar crítico sobre o próprio discurso, como discutiremos mais especificamente nos próximos tópicos.

Esse “outro” que está dentro do “meu” discurso está também inevitavelmente fora, levando o “eu” a com ele interagir numa “via de mão dupla”, por uma “porta”, a

um só tempo, de entrada e de saída. Essa interação “eu/outro” emerge no trecho de relato, que trazemos para visualizar, como abaixo transcrito:

TRECHO 2

MJ: eu fui criada por uma mãe que tinha idade pra ser vó... mais conservadora... e assim... ela era daquelas que depositava que a mulher só seria feliz se fosse mãe nê... a gente pra se completar tem que ter a casinha da gente... as coisas... então a gente é criada um pouco... ouvindo essas coisas... eu pelo menos fui criada ouvindo isso neh... como se a realização completa precisasse viver tudo isso... a maternidade... a casa... sua casa... seu lar... e e tem um pouco... ela também foi muito forjada dentro de uma religião neh... judaico-cristã... a base católica... que... que também a mulher edifica seu lar... essas coisas... por mais que a gente neh... se desprenda das amarras e com os estudos... com o que você vai avançando intelectualmente... vai se distanciando um pouco dessa coisa mais primitiva... mas tem uma raizinha lá que vira e mexe, neh... quando você vê tá se traindo... dizendo coisas... “oxe... eu falei igual a minha mãe agora?”... num sei o quê... ((risos)) baixou a mãe... se vê fazendo essas coisas...

Ao olhar criticamente para esse relato, observamos uma percepção reflexiva/crítica do “eu” de que o “outro” aparece de dentro de seu próprio discurso, de que ele se manifesta “pegando o sujeito de surpresa”, se fazendo presente e ressoando o conjunto dos discursos que lhe atravessam mútua e constitutivamente. Esse “outro” é visto não apenas como um indivíduo, mas um indivíduo forjado (palavra usada no próprio relato) por seus “outros”, forjado socialmente por uma instituição ou por um conjunto de crenças e vivências que se “enraízam” nos sujeitos.

Esse exemplo, em particular, remete a uma força que se instala dentro do discurso dos sujeitos singulares por um fio, que deixa vestígios, mas que não se pode recuperar desde a origem, senão em seu próprio acontecimento no discurso. Em termos da genealogia<sup>13</sup> foucaultiana, essa força exerce poder sobre o discurso. Nesse sentido, os sujeitos estão relacionados, imbricados, ligados, enraizados por uma “presença” que dita, por dentro, o que os sujeitos dizem. Ou, de acordo com Foucault (2014b, p. 101), haveria aí uma “onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro.” Vale considerar, no entanto, que essa “presença” poderosa — do “outro” no discurso — não se resume a uma sentença eterna e imutável, agindo

<sup>13</sup> Em seu método genealógico, Michel Foucault compreende o discurso (que constitui o saber) em sua relação produtiva com o poder. Nesse sentido, para o filósofo-historiador francês o discurso produz poder e este produz discurso. Esse método analítico compreende que, por meio do discurso, são produzidos “dispositivos”, que instauram e exercem poder de forma dispersa e descontínua. Assim, o discurso é ativo e produtivo, requerendo a ação dos sujeitos nas diversas instâncias e posições em que estes se situam/são situados (FOUCAULT, 2014b; GREGOLIN, online).



inexoravelmente sobre os sujeitos, pois estes têm potência para se movimentar num espaço crítico e dialético que possibilite a (re)significação desses discursos (FAIRCLOUGH, 2001) “outros” que dialogam dentro (e fora) dos discursos. O “outro” tem, assim, diversas faces e se afigura em diversas manifestações de poder: o outro com quem “falo”, o Outro que fala “comigo”, os outros que “me” acompanham nas diversas instâncias e instituições por que “passo” ao longo da vida (família, religião, profissão, consumo, etc).

Continuemos agora, no entanto, a pensar na tentativa de compreender os modos pelos quais os “sujeitos” se identificam no ato de enunciação considerando a relação “eu/outro” e, nesse sentido, a heterogeneidade que constitui o e se marca no discurso, como vimos aqui observando e refletindo. Vislumbramos então um ponto de tensão que coloca “em confronto a alteridade/identidade do sujeito” (BRANDÃO in BRAIT, 2001, p. 68). Ao se apresentar no discurso, essa tensão passa necessariamente pelo aspecto ideológico também constitutivo da linguagem, pelas relações sociais aí envolvidas e pelas categorias em que as pessoas se põem a si e são postas pelos outros (pessoas, instituições, instâncias de poder) por meio do discurso. Os discursos outros estariam, assim, na base que forma não somente o que se diz, mas também o que não se diz no discurso, o que se omite, o que se apaga, o que se esquece. Desse modo, podemos compreender que:

O discurso, assim concebido, não é a manifestação majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto, em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (FOUCAULT, 2014a, p. 66)

O sujeito se movimenta nessa “rede de lugares distintos” não como entidade subjetiva uniforme e anterior ao discurso, mas ele se constitui no discurso, enquanto o enuncia e a partir de posições diversas, permeadas por relações ideológicas/relações de poder. Assim, o “outro” interage com o sujeito, no interior do discurso, sem que este tenha necessariamente consciência de sua presença, ou não chegue propriamente a refletir sobre ela, uma vez que esta é uma presença não personificada, mas fluida e dispersa. Essa presença de discursos “outros” dentro do discurso “mesmo” configuraria uma rede de discursos, ou o

“interdiscurso”, as “formações discursivas”, as “ordens de discurso” que permeiam o discurso dos sujeitos, “singular” e coletivamente considerados (FOUCAULT, 2014a). Essas noções<sup>14</sup> vêm evidenciar que o discurso, enunciado pelo sujeito, surge da relação — de conflito, concordância e até indiferença — com outros discursos que antecedem seu próprio discurso, não se originando, assim, do sujeito de forma unitária e inequívoca. Nessa perspectiva, poderíamos dizer, de acordo com Foucault (2014a), que essa rede de discurso — tecida no campo social, político, ideológico — se investiria do poder de estabelecer o que pode e deve ser dito a partir de uma dada conjuntura, em dada posição assumida pelos sujeitos.

Numa perspectiva distinta da de Foucault, mas também atenta aos “discursos outros” que constituem o “discurso mesmo”, a relação com o “outro” seria, de acordo com Authier-Revuz (2004), uma espécie de “fronteira interior” que se instaura na “lei do discurso” e se manifesta através de uma rede de palavras, de enunciados e dos múltiplos sentidos que mobilizam. A partir da perspectiva bakhtiniana, Authier-Revuz (2004) vem reforçar a relevância do outro no discurso, “um outro que não é nem o duplo de um frente a frente, nem mesmo o ‘diferente’, mas um outro que atravessa constitutivamente o um” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 25, negritos da autora).

Nesse espaço — sem escapar de nossa perspectiva teórica, mas buscando mesmo apreendê-la em diálogo com outras perspectivas e com a especificidade de nosso fenômeno — torna-se relevante lançar um breve olhar para “eu” e “outro”, a partir de uma concepção psicanalítica, ou, mais especificamente da abordagem lacaniana em O estágio do espelho como formador da função do eu. Para Lacan (1998), o “eu” não é uma instância psíquica inata, é uma função formada a partir do processo de identificação com o “outro”, nas relações que o indivíduo vivencia, mediado pela linguagem. Nesse sentido, é importante compreender, a partir da proposta lacaniana, que:

O “eu”, ele não se constitui a partir de um amadurecimento biológico. Tudo bem, o “eu” há de ser constituído. Mas como? Lacan começa a nos mostrar que não é a partir de um amadurecimento biológico, não é a biologia que magicamente produz um “eu” e essa sensação de identidade em nós próprios, mas o que Lacan vai dizer é que o “eu” se estabelece, o “eu” se apresenta como por intermédio de uma relação. (SIMÕES, 2015, 04’15”, em transcrição nossa)

<sup>14</sup> Não discutimos aqui essas noções, de forma um tanto mais detida, por uma questão de foco teórico.

Lacan (1998) percebe que no estágio inicial da vida, a criança (por volta dos seis meses) começa a se deparar com o espelho e ver sua imagem nele refletida. Esse momento, chamado de estágio do espelho, demarca, de acordo com Simões (2015), o campo em se passa a experiência da identificação. Nesse campo, principia a se produzir a identificação da criança com uma imagem de si, que ela percebe inicialmente como um “outro” externo a si. Assim, a imagem desenvolveria a relação do “mundo interior” (Innenwelt) ao sujeito com seu “mundo circundante” (Umwelt)<sup>15</sup>, fazendo-o transitar entre o “outro” e o “eu”, até estabelecer a imagem como um símbolo do “eu” aí constituído em interação com o “outro”. Nesse processo especular — nessa confusão fundadora e constitutiva, no dizer de Simões (2015) — atua primordialmente a linguagem, como campo simbólico de constituição do “eu”. O “outro”, através da linguagem, afirma o conhecimento de “mim” que “eu” acabo de desenvolver, ou seja, a linguagem produz “o reconhecimento que sustenta o conhecimento” (SIMÕES, 2015, 16’07’’) do “eu” sobre si e sua identificação a partir do e com o “outro”.

Vale considerar o estágio do espelho, nos termos postos pelo psicanalista francês, como a “matriz simbólica em que o Eu se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito” (LACAN, 1998, p. 98, *itálico do autor*). Nesse aspecto, o espelho seria a fonte simbólica da identificação e da formação do “eu”, mediada pela linguagem, no processo amplo de constituição do sujeito. Desse modo:

O espelho dessa experiência não é simplesmente o espelho, o objeto chamado espelho. O espelho é tudo aquilo que é capaz de devolver para você a sua imagem. O espelho é essa superfície que possibilita que você se reconheça, que você se distinga do outro. Então nesse sentido o espelho é também o grupo, o espelho é o olhar do outro. Toda superfície que te devolve, por assim dizer, que te apresenta, é um espelho. (SIMÕES, 2015, 20’30’’, em transcrição nossa)

---

<sup>15</sup> Essa distinção entre mundo interior e mundo exterior, assim como entre consciente e inconsciente, remetem a um sujeito cindido, dividido entre possibilidades duais e dicotômicas. No entanto, vale notar, desde já, que a noção de sujeito cindido será posta em perspectiva por compreensões pós-estruturalistas, que passam a vê-lo como múltiplo e multiforme e não apenas cindido entre duas possibilidades, como vemos no tópico 3.2.

No espaço dessa compreensão, vemos sob um olhar psicanalítico, a dinâmica de constituição do “eu” a partir do “outro”. É necessário que “eu” me veja como “outro” para que possa me ver como “eu”, dizendo de outro modo, o “eu” é “produto de uma identificação com o outro, de um reconhecimento, de uma posição que antes era a posição do outro” (SIMÕES, 2015, 19’06’). Assim, a identidade “eu” se forma da relação especular e problemática com o “outro”, com os “outros” que atravessam constitutivamente a experiência, situada entre o mundo interior e o mundo exterior e mediada pela linguagem.

Desse modo, de acordo com Castro (2009), a alteridade é ponto fulcral dessa compreensão analítica, uma vez que só há “eu” na interação com o “outro” e, também, com o “Outro”. Até aqui, compreendemos o “outro” em minúscula, como aquele que se relaciona diretamente “comigo”, o “meu” semelhante, que a despeito de ser “meu” igual, rivaliza “comigo”, na medida em que nele “me” espelho. Já o segundo, o “Outro” grande, fala “comigo” através do discurso do inconsciente, que por ser da ordem do simbólico se estrutura como linguagem. Nesse “Outro”, se instalam as demandas inconscientes e nele se inscreve o sujeito do desejo, que é perpassado também pelos discursos outros fincados nas relações intersubjetivas, ou, em última instância, na interação verbal/nas relações sociais (CASTRO, 2009). O par outro/Outro assume, a um só tempo, distintas posições, pois se apresenta para “mim” como o que “me” é radicalmente diferente, imprevisível e surpreendente. Nessa perspectiva, o sujeito se questiona: “quem é o outro diante de mim?”; “quem sou eu em relação a ele?”; “como me identifico e me reconheço em mim e não no outro?”; “posso reconhecer o outro em mim?”. Diante dessas compreensões e questionamentos, percebemos que a psicanálise pode trazer um aporte bem mais vasto para os pontos aqui levantados. Por ora, no entanto, nos atentamos especificamente a esse aspecto de constituição do “eu” em sua mirada para o “outro”, no campo simbólico do espelho.

De acordo com o que vimos aqui considerando, a interação eu/outro tem caráter constitutivo em termos subjetivos e intersubjetivos, estando assim envolvida na constituição de sujeitos (pessoas e grupos), identidades (singulares e coletivas) e discursos (hegemônicos e contra-hegemônicos). Nesse sentido, o discurso é aqui compreendido como prática, como ação social e histórica realizada por sujeitos que se (re)conhecem no campo das identidades.

Se, na perspectiva discursiva que estamos aqui assumindo, o outro é elemento constitutivo do discurso, ele o atravessa em diversas instâncias, se insere nele por meio de muitas camadas. O outro se investe no discurso por um espaço subjetivo — como vimos acima —, por uma vertente ideológica, no jogo das relações hierárquicas e hegemônicas de poder e pela constituição de identidades sociais que essas relações estabelecem. O discurso, assim considerado, se constitui como materialidade que guarda, esconde e também revela — em sua ação sobre o mundo — saberes, conhecimentos, relações e identidades sociais, inscritas num embate constante entre as forças que as sustentam e as justificam (FAIRCLOUGH, 2001; FOUCAULT, 2014a, 2014b).

É importante notar que a noção constitutiva do discurso — em termos foucaultianos —, é compartilhada, na visão crítica de Fairclough (2001), com a ressalva de que ela deve ser compreendida de forma dialética. Nesse sentido, o linguista inglês atenta para a relevância de se considerar que há uma realidade pré-constituída com a qual os sujeitos interagem de diferentes modos, fazendo referência a ela e, ao mesmo tempo, a criando e constituindo por meio das infinitas possibilidades de significação envolvidas nesse processo.

Voltando ainda a Foucault (2014a), ele propõe que se questionem e investiguem, em relação aos discursos, os “fenômenos tendenciais que culminam e se invertem após continuidades seculares” (FOUCAULT, 2014a, p. 03). Pensando no fenômeno para o qual estamos aqui lançando nosso olhar, poderíamos refletir: o que as continuidades seculares dizem a respeito do gênero, quais os fenômenos e tendências que apontam? Como a imagem, ou as identidades relacionadas ao feminino se “acumularam” ao longo dos processos históricos (“lentos” e “mudos”)? O que o discurso apresenta, a partir de um olhar analítico, sobre a identidade social “mulher”?

Pensar sobre essa identidade nos leva a ouvir diferentes compreensões teóricas para traçarmos um possível caminho de análise, que dialogue com as singularidades envolvidas nesse fenômeno múltiplo e multiforme que é o gênero em suas possíveis aparências “femininas” ou na chamada identidade social “mulher”. Essas singularidades se engendram no discurso, nele aparecendo e sumindo em relances não apreensíveis aos primeiros olhares. Diante dessa configuração tão própria, encontramos a Análise Crítica do Discurso (ACD), de

vertente faircloughiana, como abordagem teórica e metodológica que apresenta possibilidades concretas de compreensão do fenômeno no campo discursivo como abordaremos nos próximos tópicos e seções.

### 2.3 Análise Crítica do Discurso: perspectivas possíveis

A partir dos pressupostos da Linguística Crítica (LC)<sup>16</sup>, ganham corpo, na última década do século XX, novas abordagens teórico-metodológicas sobre linguagem e discurso — em suas relações com a sociedade — desenvolvidas por pesquisadores de diferentes origens (nacionais e teóricas) e divulgadas, inicialmente, pela revista *Discourse and Society*, lançada em 1990 (WODAK, 2004).

Tais abordagens compartilham a concepção de que os textos (orais e escritos) expressam e refletem as relações sociais, ao mesmo tempo em que, enquanto discurso, se configuram como práticas que instauram, mantêm e transformam tais relações (RESENDE, RAMALHO, 2004; SANTOS FILHO, 2017). Desenvolvidas com base em múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas — como as que se debruçam sobre as relações de poder, a cognição, as identidades sociais etc. — essas compreensões se reúnem configurando o campo de estudos denominado de Análise Crítica do Discurso, ao qual nos referiremos a partir daqui pela sigla ACD<sup>17</sup>.

Essa proposta de estudos compreende o discurso no conjunto das relações estabelecidas entre ele e as práticas sociais e, ao mesmo tempo, como prática social, ou, como um momento desta (VIEIRA; RESENDE, 2016). De acordo com essa compreensão, as práticas sociais estão situadas “entre as estruturas sociais mais fixas e as ações individuais mais flexíveis” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 16) e se constituem em modos pelos quais (inter)agimos com os outros (pessoas e instituições) no mundo histórico e social. Isso equivaleria a dizer que a prática social é parte do “fluxo de nossa vida diária” e “sempre envolve ação e interação,

---

<sup>16</sup> A Linguística Crítica (LC) surge na década de 1970, propondo a análise linguística de textos associada à teoria social da linguagem e considerando os processos políticos e ideológicos envolvidos em sua produção (FAIRCLOUGH, 2001; WODAK, 2004).

<sup>17</sup> Vale ressaltar que alguns autores preferem adotar a expressão “Análise de Discurso Crítica (ADC)”, tradução do inglês *Critical Discourse Analysis*. Nós optamos pelo uso do termo mais corrente “Análise Crítica do Discurso (ACD)”.

relações sociais, pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias etc), mundo material e discurso” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 17, *itálicos das autoras*).

Considerando o discurso como um modo de ação dos sujeitos no mundo, os estudos desenvolvidos pela ACD investigam aspectos relacionados à linguagem e ao poder, com o objetivo de “analisar as relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação [sic], poder e controle manifestas na linguagem” (WODAK, 2004, p. 225). A ACD se volta, então, para a análise dos textos (orais e escritos), socialmente produzidos e entendidos não como resultados estanques da realização sistemática da língua, mas como processos de materialização da linguagem no cerne das práticas sociais. Nessa direção, a ACD busca compreender, teórica e analiticamente, quais os aspectos, fatores, processos e estruturas sociais envolvidas na produção, circulação e processamento de textos pelos sujeitos sócio-históricos (pessoas e grupos) nos processos de interação e criação conjunta de significados (WODAK, 2004).

No seio dessa proposta, encontram-se tentativas teóricas e descritivas de compreender os modos pelos quais os processos e estruturas sociais participam na produção de textos (orais e escritos) e na criação e processamento de significados a partir da interação dos sujeitos sócio-históricos com os textos e com as próprias estruturas sociais. Nessa perspectiva, a ACD condensa diferentes abordagens de temas e diferentes metodologias que investigam as relações do discurso com o poder, a ideologia, as hierarquias sociais, o gênero social, etc. (WODAK, 2004). Nesse intento, diversos estudiosos — como Gunter Kress, Theo van Leeuwen, Ruth Wodak, John B. Thompson, Teun van Dijk, Norman Fairclough, etc. — realizam estudos relativos ao discurso e suas interconexões no âmbito social e aos modos de tornar visíveis os aspectos ideológicos e as relações de poder subjacentes aos mesmos. Dentre as diversas perspectivas e abordagens, Norman Fairclough, segundo Wodak (2004, p. 230), “estabelece as teorias sociais que sustentam a ACD”. Realizando a análise de diversos textos, o linguista inglês demonstra que a ACD fornece elementos teórico-metodológicos capazes de “revelar a natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturais contemporâneas” (WODAK, 2004, p. 230-231). Nesse sentido, a proposta teórico-metodológica faircloughiana apresenta possibilidades de mirada crítica para o fenômeno que aqui observamos,

se constituindo como base, no âmbito da ACD, para as análises que nos propomos realizar.

Como essas próprias compreensões podem nos indicar, a ACD é um campo heterogêneo que se vincula, do ponto de vista epistemológico, ao entendimento de que a realidade é histórica, social, política e discursivamente construída. Dentre as bases conceituais que fomentam as concepções da ACD, tocam particularmente ao olhar que aqui lançamos sobre o fenômeno em estudo: i) a visão constitutiva do discurso<sup>18</sup> e seu caráter interdiscursivo, de base foucaultiana, sobre os quais falamos nos tópicos anteriores; ii) a noção de “reflexividade” elaborada pelo sociólogo Anthony Giddens, como veremos agora.

Recusando uma pretensa preponderância, de fundo estruturalista, das estruturas ou do “todo social” sobre as ações dos sujeitos e se opondo também à percepção inversa de preponderância das ações e práticas dos sujeitos sobre as estruturas sociais, importa para Giddens (2003) que as atividades humanas “são criadas por atores<sup>19</sup> sociais [sic] mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam como atores” (GIDDENS, 2003, p. 03, *itálico do autor*). Nesse sentido, a teoria da estruturação, de Giddens (2003), propõe uma espécie de integração entre o todo “social” e as ações dos sujeitos por meio de “práticas sociais ordenadas no tempo e no espaço” (GIDDENS, 2003, p. 02). O que, de outro modo, Fairclough (2001) vem também perceber quando aponta para uma “relação dialética” entre a prática social e a estrutura social, entendendo que as estruturas são tanto a condição quanto o efeito das práticas.

De acordo com o que percebe Giddens (2003), o ser humano realiza suas atividades sociais a partir de intenções e propósitos que os instam a fazê-lo, sendo assim considerado um “agente intencional” capaz, inclusive, de formular no discurso as razões e os motivos de suas ações (GIDDENS, 2003). Contudo, o autor argumenta que “termos tais como ‘propósito’ ou ‘intenção’, ‘razão’, ‘motivo’ etc. têm de ser tratados com cautela” (GIDDENS, 2003, p. 03), uma vez que há uma tendência filosófica a relacioná-los a um “voluntarismo hermenêutico, e porque

---

<sup>18</sup> É importante notar que embora a concepção constitutiva do discurso seja basilar para a ACD, ela é compreendida de formas diversas por seus pesquisadores, que lhes aportam suas compreensões e também suas reservas, como as pontuadas por Fairclough (2001), considerando que à visão constitutiva deve se associar uma perspectiva dialética.

<sup>19</sup> Giddens (2003) usa os termos “agentes” e “atores” de modo equivalente.



eles retiram a ação humana da contextualidade de espaço-tempo” (GIDDENS, 2003, p. 03). Assim, os seres humanos — numa concepção geral, e estes enquanto “atores sociais” — agem em diferentes contextos sociais e históricos, sendo capazes de pensar a ação enquanto agem. A reflexividade é entendida, desse modo, não como pura “autoconsciência” dos agentes, mas como possibilidade permanente de “monitoração” reflexiva de suas ações no “fluxo contínuo da vida social”.

Para o sociólogo britânico, “agência” se relaciona à capacidade humana para realizar coisas, para agir, e, nesse sentido, envolve uma noção de poder. Agindo em dada “contextualidade de espaço-tempo”, os seres humanos criam e recriam a própria ação, de forma contínua, produzindo, reproduzindo e transformando as condições de existência da ação. Nessa perspectiva, ela [a ação] é considerada como um “processo contínuo, um fluxo” que requer sua própria “monitoração reflexiva”, por parte dos seres humanos enquanto estes agem, ou seja, por parte dos agentes, dos atores sociais. No curso da ação, os agentes têm a potencialidade reflexiva de pensá-la e de explicitar discursivamente o que a motiva e constitui. De acordo com essa visão, os agentes desenvolvem, por meio da ação, a capacidade e a potencialidade de criar novas perspectivas, compreensões e intervenções concretas “em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente” (GIDDENS, 2003, p. 17). Ou como elaborado pelo próprio Giddens (2003, p. 17), “ser capaz de ‘atuar de outro modo’ significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas”.

De acordo com o que vimos aqui observando, nos é fundamental neste ponto entender que o discurso constitui ativamente as várias dimensões da vida social, ou, dito de modo explícito por Fairclough (2001, p. 64), “o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos, e as formas sociais do ‘eu’, as relações sociais e as estruturas conceituais”. Assim, constituindo os sujeitos e a sociedade — bem como a si mesmo, numa dinâmica recíproca —, o discurso é realizado por sujeitos (singulares e coletivos) potencialmente reflexivos, capazes de processar criticamente as práticas sociais, no momento mesmo em que estas acontecem. Não é supérfluo, no entanto, ressaltar que essa constituição discursiva da sociedade, carece ser dialeticamente compreendida, concordando aqui com

Fairclough (2001), pois “ela não emana de um livre jogo de idéias [sic] nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93).

Com base nessas perspectivas, é importante considerarmos que a reflexividade ou essa potencialidade reflexiva não se traduz em mera escolha individual dos sujeitos. Vimos já que os sujeitos são histórica e socialmente situados, que se movimentam entre o mundo interior e subjetivo e o mundo exterior, social, repleto de configurações culturais, institucionais e relações hierárquicas de poder que lhes são prévias. Nesse sentido, as próprias intenções, razões — tomando emprestadas as palavras de Giddens (2003) — e escolhas individuais dos sujeitos ocorrem num campo de embate de muitas forças. Que forças são essas? Qual o seu caráter? Que impacto podem exercer sobre os sujeitos, tanto do ponto de vista singular quanto coletivo? Temos a consciência de que respostas a essas questões podem estar muito além dos limites do nosso olhar investigativo, o que não nos impede, todavia, de tentar perscrutá-las a partir de instrumentos teóricos com os quais a ACD opera. Nesse sentido, entendido como prática social, consideremos que:

(...) o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva (...). (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Se o discurso é moldado e restringido, de forma ampla e em diversos níveis, pela estrutura social, o que atua para o moldar e restringir? O que estaria — do ponto de vista social, político, econômico, etc. — na base de constituição do discurso a ponto de lhe traçar limites e delimitar espaços? Sob muitas vertentes, o conceito de ideologia e a categoria de sujeito são cruciais para a ACD. Lancemos sobre eles nosso, mesmo que breve, olhar.

#### 2.4 Ideologia e Sujeito: uma relação constitutiva?

Ponto fulcral aos estudos no campo da análise de discurso, a “ideologia” é compreendida, de modo geral, como “um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade” (GREGOLIN, 1995, p. 17). Uma vez que o todo social é segmentado em classes distintas — com visões de mundo, demandas e interesses distintos, fundados em acessos sócio-econômicos discrepantes — há um embate constante entre as várias ideologias que interpretam e representam, cada uma a seu modo, a ordem social dominante (GREGOLIN, 1995). Tal concepção de ideologia tem suas raízes no marxismo, que a remete às relações de dominação de classe e aos conflitos entre dominadores e dominados, assim como à compreensão de que as ideias não são formas abstratas, mas são representações da realidade materializadas e condicionadas por aspectos históricos e sociais (THOMPSON, 2002).

A partir de concepções marxistas, Althusser (s/d) desenvolve sua perspectiva de ideologia a caracterizando como uma representação da “relação imaginária dos indivíduos com o sistema das relações reais que governam sua existência” (p. 77), sendo sustentada e reproduzida socialmente por meio de um aparato ideológico, composto por aparelhos de estado e representado por instituições de caráter político, religioso, educacional, midiático, etc. No âmbito das relações reais de existência, se encontram as relações de produção — que sustentam a acumulação do capital e fornecem meios de subsistência dos indivíduos, na condição de força de trabalho necessária à própria acumulação — e as relações dos indivíduos com o conjunto de estruturas sociais que mantém e reproduzem tais relações. Por meio dos aparelhos ideológicos do estado, as ideologias dominantes condicionariam os indivíduos às estruturas e convenções sociais assim mantidas e reproduzidas pelas próprias ideologias representantes do poder vigente. Ao mesmo tempo, a ideologia teria a função de interpelar esses indivíduos concretos e os constituir como sujeitos, dado que “a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia” (ALTHUSSER, s/d, p. 94). Aliás, na concepção althusseriana, a ideologia só existiria exatamente por isso, por ser capaz de constituir o indivíduo em sua função de sujeito. Ou, dito de outro modo, no cerne dessa compreensão, a ideologia e a categoria de sujeito se elaboram e se constituem mutuamente.

Nesse sentido, a compreensão foucaultiana da categoria de sujeito, como posição que é ocupada e exercida pelos indivíduos nas diferentes situações sociais de que participam (FOUCAULT, 2014a) pode dialogar, de certo modo, com essa concepção de ideologia. A constituição ideológica dos sujeitos — se a entendemos como fator de localização dos mesmos em determinados espaços e funções dentro da ordem social e das relações de poder dominantes —, remete aos embates que atravessam as diversas posições nas quais um único indivíduo pode se localizar/ser localizado. Quando consideramos as diversas “posições” e as múltiplas localizações do sujeito e relacionamos estes aspectos ao conceito de ideologia como constitutivo do próprio sujeito, defrontamos com a visão marxista que a situa, segundo Thompson (2002), apenas no campo da dominação de classe, não tocando em outros modos de dominação e em outras formas de localização dos indivíduos. No entanto, o sujeito ideologicamente interpelado se defronta consigo mesmo, com os outros e com as situações sócio-históricas em que se situam, atravessados por diversas posições que se intercambiam em relação a localizações de classe, de gênero, de raça, de etnia, de religião, de papéis sociais (trabalhadora, mãe, esposa, etc) etc. E é no cerne desses embates que o indivíduo se constitui enquanto sujeito, passível de ser interpretado e representado em posições ideológicas distintas e divergentes, para além de sua posição de classe, como podemos ver no relato, apresentado no tópico 2.1, que retomaremos a seguir, o inserindo no conjunto das compreensões aqui dialogadas.

No referido relato, vemos duas posições, ou, duas categorias distintas — homem e mulher —, situadas num espaço social que determina lugares, atributos, práticas e comportamentos específicos para cada uma delas, nas quais podem vir a se relacionar outras posições ligadas à classe, à raça, à religião, etc. No que toca às categorias homem e mulher, há determinações que as posicionam de forma específica. De acordo com essas determinações, tarefas relacionadas à construção e à administração são de domínio restrito aos indivíduos que ocupam a categoria de “homem”, enquanto tarefas relacionadas à manutenção e à preservação (sobretudo do lar) são atributos imanentes aos indivíduos que se encontram na posição de “mulher”. Porém, a experiência comprova largamente que tanto homens quanto mulheres são concretamente capazes de construir, administrar, manter e preservar. No entanto, uma vez que um indivíduo localizado como sujeito “mulher”

assume, como consta no relato, a tarefa de lidar pessoalmente com a construção e a administração — dado que é física e cognitivamente apta para isto —, ocorre uma confrontação com os papéis que lhe são definidos pelas ideologias vigentes. Assim, sua posição no espaço atribuído para o sujeito “mulher” é ideologicamente questionada (“parece até que o homem da casa é a senhora”), porque não só não confirma, mas contradiz o que é ideologicamente pré-definido para a pessoa singular e concreta que assume essa posição de sujeito. O indivíduo, constituído como sujeito pela ideologia, se move em diversas posições no mundo concreto em que age, sendo essa mobilidade factível, apreendida pela experiência e potencialmente conflitante com as ideologias vigentes.

Seguindo na tentativa de compreender a ideologia e sua ação no discurso, vale aqui pontuar que Fairclough (2001) — considerando as concepções althusserianas e se posicionando em relação a elas — entende as ideologias como:

(...) significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117)

Nessa perspectiva, o linguista inglês compreende a ideologia como modo de produção e reprodução das relações de dominação, através do discurso, não deixando de perceber sua potencialidade para também modificar essas relações por meio das múltiplas dimensões de formas e sentidos construídos com as práticas sociais e discursivas. Para Fairclough (2001), as ideologias se investem nas práticas discursivas, naturalizando-as e se tornando naturalizadas. Ao mesmo tempo, no entanto, por se inserirem no terreno social estão suscetíveis a serem dialeticamente confrontadas no conjunto das relações de dominação por “investimentos ideológicos” diversos e divergentes.

Uma vez que a “ideologia investe a linguagem de várias maneiras, em vários níveis” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 118), ela estaria associada às estruturas e às convenções sociais que subjazem à formação e à produção de práticas discursivas, bem como aos eventos que atualizam essas estruturas e convenções, tanto na perspectiva de sua reprodução quanto de sua transformação. Para

Fairclough (2001), os eventos em que se realizam as práticas discursivas não são simples reprodução das estruturas e convenções sociais, embora possam ser (e efetivamente sejam) ideologicamente delimitadas por elas. Dessa maneira, a ideologia está nas estruturas e convenções que condicionam o discurso numa sequência naturalizada de eventos discursivos, assim como nas possibilidades dialéticas de atualização e desnaturalização das orientações ideológicas de tais eventos.

É fundamental, neste ponto, considerar que a ideologia atravessa as estruturas sociais, as instituições, os sujeitos e as relações entre esses elementos, como algo prévio, por isso, naturalizado e irrefletido. Em geral, portanto, as pessoas não têm “consciência das dimensões ideológicas de sua própria prática” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 120), tendo a impressão de que seu discurso é originariamente seu, enquanto este se constitui a partir de discursos outros — como vimos em tópicos anteriores —, que entram em seu próprio discurso através de processos ideológicos. É nesse aspecto que os indivíduos são “interpelados” pelas ideologias e que estas, “construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 120).

Se os indivíduos são interpelados pela ideologia sendo constituídos como sujeitos — uma vez que assumem aí posições ideologicamente situadas no âmbito das relações sociais — eles o são, de acordo com Fairclough (2001), a partir de uma perspectiva dialética. De modo geral, os próprios processos de constituição ideológica dos sujeitos atuam para “apagar-se”, “esquecer-se” ou “afastar-se” da consciência, fazendo-os agir sob efeito da suposição de que sejam sujeitos autônomos e detentores de seus posicionamentos. No entanto, apesar de assim constituído, cada sujeito se move também num espaço de singularidades e coletividades (sociais, políticas, econômicas, religiosas, institucionais, raciais, de gênero, etc) que se interseccionam, podendo levá-lo — sob diversas medidas e perspectivas —, a problematizar as estruturas e convenções em que está ideologicamente inserido. É nessa vertente, que entendemos a categoria de sujeito, assumindo que:

Os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também são capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121)

A partir dessas compreensões — presentes no campo teórico da ACD na vertente faircloughiana —, temos aqui uma perspectiva de sujeito que o apreende, não apenas como indivíduo interpelado pelo mundo e pela ideologia, mas na ambivalência de pessoa interpelada que responde à interpelação. De minha parte, considero que o caráter dessa resposta é aberto, desde a concordância plena e a reprodução daquilo que interpela o sujeito até seu questionamento e sua transformação. Esse sujeito, portanto, tem a possibilidade de agência ou de ser “agente” potencialmente capaz de problematizar os processos ideológicos que o constituem e restringem. Nesse sentido, o sujeito é capaz tanto de manter as estruturas e convenções que atuam para inseri-lo em localizações sociais pré-estabelecidas e pretensamente naturais e imutáveis, quanto é capaz de agir para modificá-las. Esse sujeito atua através de práticas sociais e práticas discursivas, de modo singular e coletivo, movendo-se entre ideologias e relações de poder, bem como entre as demandas conscientes e inconscientes que o situam como sujeito de gênero, de desejo, de conhecimento, de raça, de classe, dentre diversas outras categorizações possíveis. Nesse sentido, o relato abaixo é ilustrativo do sujeito que se vê <sup>entre</sup> as estruturas e convenções sociais e as ideologias que as perpassam através do discurso, sendo capaz de pô-las em perspectiva e de problematizar conscientemente sua própria posição de sujeito:

#### TRECHO 3

Mulher G: eu pensava em justamente ser exatamente o que eu sou hoje neh... não sei se a profissão... não era... porque naquela época eu pensava em executiva... secretária//nada a ver comigo... mas na época... eu pensava isso neh... assim... eu pensava que era ter meu trabalho... ter minha independência... fazer o que quero... sair quando quisesse... o carro que eu quisesse... se eu quisesse estar eu estava... se eu quisesse não estar não estava... por outro lado... era uma briga porque... era filha única neh... então minha mãe... ela dizia... mas você vai ficar só minha filha... como é que vai ser... pra ela... a solidão... articulada ao não casamento... mais paradoxal que possa parecer... o casamento dela nunca foi um casamento... nunca deu certo... nunca foi de companheirismo... no entanto... ela... aquela ideia de que... o homem pra tomar conta da mulher... e eu... a mulher que toma conta de si mesma... certo... e aih isso era uma questão de... que eu... levava isso como prioridade... foi tanto que realmente... foi isso que aconteceu... eu me firmei... eu... eu olhava pra ela e achava... eu não preciso de um homem para me... me sustentar... um homem para eh... ter a figura do homem... mesmo que ele não susten//que era o caso dela neh... ela não tinha um marido que... era aquilo que ela queria pra mim... neh... pra mulher... e eu olhava e fazia assim... bem... eu nem quero isso... e nem acho que é por aih... que era justamente... eu primava muito pela liberdade... certo... então ser mulher que não casa... ((inaudível)) era o meu imaginário... com o tempo eu percebendo que a liberdade tá dentro de nós... não... ser casada ou não... que eu posso ser casada e ter minha liberdade... só que isso bemm depois neh... que eu vou entendendo isso... mas o foco é... ser mulher é ser dona de si... certo... sou propriedade de si mesma...

A ação dos sujeitos, através de práticas sociais e discursivas, envolve, de acordo com Fairclough (2012), o relacionamento dialético de diferentes instâncias da estrutura social, que neles se entrecruzam. Assim, o sujeito se encontra no interior de uma estrutura social multiforme e heterodoxa, onde age através de práticas perpassadas por: meios de produção; relações sociais; identidades sociais; valores culturais; consciência; e semiose (FAIRCLOUGH, 2012). Embora em permanente defrontação com esses elementos diferentes e conjuntos — e por isso também —, a categoria de sujeito é potencialmente apta a pensar a ação no momento em que age — como vimos em Giddens (2003), no tópico 2.3. Desse modo, o sujeito age seja para produzir, reproduzir ou modificar as relações ideológicas e as práticas sociais e discursivas que interligam tais elementos, o constituindo como sujeito.

Ainda no âmbito da compreensão do que seja ideologia, Thompson (2002) realiza um estudo em que historiciza diversas concepções desse conceito, percorrendo-as e caracterizando-as em: concepções neutras (nas quais situa, por exemplo, a concepção althusseriana) e concepções críticas (onde situa a concepção marxista). Esses dois grupos de concepções considerariam as ideologias como sistemas de representação do mundo sócio-histórico, sob perspectivas distintas.

As concepções neutras seriam aquelas que consideram a ideologia como um “aspecto da vida social”, podendo fazer-se presente em qualquer atividade social e política, sem que se entre no mérito de contribuir ou não para a manutenção ou a transformação da ordem social, e sem implicar que seja necessariamente “enganosa ou ilusória”. Nessa perspectiva, “a ideologia pode ser tão necessária para os grupos subordinados em sua luta contra a ordem social como o é para os grupos dominantes em sua defesa do status quo”<sup>20</sup> (THOMPSON, 2002, p. 82). Por outro lado, as concepções críticas expressariam um “sentido negativo, crítico ou pejorativo”. Aqui, a ideologia teria sempre um caráter enganoso ou ilusório, uma vez que só seria ideológico aquilo que servisse para estabelecer e manter relações de dominação. A própria caracterização de determinado fenômeno como “ideológico” já demonstraria, assim, uma crítica mais

---

<sup>20</sup> Em livre tradução a partir do espanhol: “la ideologia puede ser tan necesaria para los grupos subordinados en su lucha contra el orden social como lo es para los grupos dominantes en su defensa do statu quo” (THOMPSON, 2002, p. 82).



ou menos implícita em relação a este seu aspecto. O fato de a ideologia servir para sustentar relações de dominação e não o fato de seu conteúdo ser verdadeiro ou falso, conter erro ou ilusão, caracteriza, para Thompson (2002), o “critério da negatividade”, que seria o critério distintivo entre as concepções neutras e as concepções críticas de ideologia.

A partir de tal distinção, Thompson (2002) propõe uma concepção alternativa de ideologia, concebendo-a essencialmente dentro do que ele considera uma concepção crítica. Para o autor, analisar a ideologia é uma atividade que “se associa principalmente com as maneiras pelas quais as formas simbólicas se interseccionam com as relações de poder”<sup>21</sup> (THOMPSON, 2002, p. 85), dizendo respeito aos modos de mobilização dos significados, em determinados contextos sócio-históricos e servindo aos interesses de “indivíduos e grupos que ocupam posições de poder”.

Thompson (2002) compreende os fenômenos ideológicos como formas de representação que mobilizam o significado no intento de estabelecer e sustentar relações de poder e dominação. É necessário notar que as relações de dominação pensadas por Thompson (2002) não se restringem à dominação de classe, como ele sinaliza em Karl Marx, mas se estendem a outras formas de dominação como aquelas relacionadas ao gênero, às etnias, às relações entre Estados e blocos de Estados, etc. Para o autor, o marxismo considera a dominação de classe como o núcleo das desigualdades, a serem superadas por via da supressão das relações de exploração e subjugação de classe. Thompson (2002), por sua vez, assinala as relações de classe como uma das possíveis formas de domínio, que convivem contingencialmente com outros modos de dominação entre grupos sociais em contextos sócio-históricos específicos. Após essa ressalva, note-se que, ao atentar para a mobilização do significado, a concepção thompsoniana ressalta que:

Os fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos na medida em que servem, em circunstâncias sócio-históricas particulares, para estabelecer e sustentar as relações de dominação. (...) Não podemos interpretar em separado o caráter ideológico dos fenômenos simbólicos dos fenômenos simbólicos mesmos. Podemos captar os fenômenos simbólicos como ideológicos, e podemos analisar a ideologia, somente ao situar os fenômenos simbólicos nos contextos sócio-históricos onde tais fenômenos podem servir, ou não, para estabelecer e sustentar as relações

---

<sup>21</sup> Em livre tradução a partir do espanhol: “(...) el analisis de la ideología se asocia principalmente con las maneras donde las formas simbólicas se intersectan con las relaciones de poder” (THOMPSON, 2002, p. 85).

de dominação. Se os fenômenos simbólicos servem ou não para estabelecer e sustentar as relações de dominação é uma pergunta que se pode responder somente ao examinar a interação entre significado e poder em circunstâncias particulares, somente ao examinar as maneiras com que os indivíduos situados em contextos sociais estruturados empregam, fazem circular e compreendem as formas simbólicas. (THOMPSON, 2002, pp. 85-86, *itálicos do autor*)<sup>22</sup>

Ao compreender com Thompson (2002) que podemos captar os fenômenos simbólicos como fenômenos ideológicos, nos remetemos às compreensões sobre linguagem que vimos articulando. Ressalve-se, obviamente, que os fenômenos simbólicos não se restringem à linguagem, mas a abarcam. Diante disso, compreendemos que para os estudos da linguagem aqui evocados — como também para a psicanálise —, ela [a linguagem] está no plano do “simbólico”, uma vez que se dá não numa relação direta com o mundo, mas numa relação entre sujeitos mediada pelo signo e por seus espaços sempre “(re)significáveis”. Não podemos, neste ponto, nos abster de refletir que isso já imprime à própria linguagem um caráter ideológico (BAKHTIN, 2014 [1929]).

Continuemos, porém, considerando que, se a relação simbólica da linguagem com o mundo não é direta, ela não se esquivava jamais de ser situada em determinadas porções, se podemos assim dizer, do mundo, ou seja, em dadas situações sociais, históricas, culturais, como percebe Thompson (2002). Assim, para analisar os fenômenos ideológicos, é necessário situar os fenômenos simbólicos. Elaborando de outro modo, carece que se localizem os fenômenos de linguagem, a enunciação, a produção de discursos nos contextos onde os significados se intersectam com formas de poder. Ou, onde os fenômenos ideológicos, se convertendo em fenômenos simbólicos significativos segundo Thompson (2002), podem servir para estabelecer e sustentar relações de

---

<sup>22</sup> Em livre tradução a partir do espanhol: “Los fenómenos ideológicos son fenómenos simbólicos significativos en la medida en que sirven, en circunstancias sociohistóricas particulares, para establecer y sostener las relaciones de dominación. No podemos interpretar por separado el carácter ideológico de los fenómenos simbólicos de los fenómenos simbólicos mismos. Podemos captar los fenómenos simbólicos como ideológicos, y podemos analizar la ideología, sólo al situar los fenómenos simbólicos en los contextos sociohistóricos donde tales fenómenos pueden servir, o no, para establecer y sostener las relaciones de dominación. Si los fenómenos simbólicos sirven o no para establecer y sostener las relaciones de dominación es una pregunta que se puede responder sólo al examinar la interacción entre significado y poder en circunstancias particulares, sólo al examinar las maneras en que los individuos situados en contextos sociales estructurados emplean, hacen circular y comprenden las formas simbólicas.” (THOMPSON, 2002, pp. 85-86, *itálicos do autor*)

dominação, sejam elas relações vinculadas à classe, à raça, ao gênero, ou a diferentes combinações e interseções entre as diversas categorias sociais.

Nessa perspectiva, para dizer se efetivamente os fenômenos simbólicos servem para estabelecer e sustentar as relações de dominação é necessário interrogar, de forma crítica, como o poder se relaciona com os significados produzidos socialmente em circunstâncias específicas (THOMPSON, 2002). É necessário, para isso, verificar de que maneiras os sujeitos e os grupos sociais, em seus contextos e localizações sócio-históricas particulares — no caso aqui proposto, nas relações de gênero —, usam, processam e difundem as formas simbólicas, ou, poderíamos dizer aqui mais especificamente, o discurso. Nessa perspectiva, o que Thompson (2002) denomina de “formas simbólicas” está no campo da linguagem falada ou escrita (e mesmo imagética), se manifestando no que podemos chamar de práticas sociais e discursivas, em “enunciados e expressões linguísticas” que os sujeitos produzem entre si. A produção dessas formas simbólicas gera e faz reconhecer, pelos próprios sujeitos, significados ou construções significativas em contextos específicos.

A compreensão thompiana de ideologia suscita muitas reflexões e interseções desse conceito, no campo da linguagem, demandando aprofundamentos e instigando diálogos com outras compreensões teóricas. No entanto, nos limites do que aqui nos propomos, vale confrontar tal compreensão com a noção de “sujeito” na perspectiva que o vimos aqui compreendendo. Se, como entendemos, o sujeito age para produzir, reproduzir ou modificar as relações ideológicas e as práticas sociais e discursivas — ou seja, as formas simbólicas — e se essa ação (compartilhada com outros sujeitos) o constitui como sujeito, nos defrontamos com a perspectiva de que as formas simbólicas só são ideológicas quando atuam para estabelecer as relações de dominação. É inegável que os sujeitos se valem de formas simbólicas — com a configuração aqui caracterizada — não só para estabelecer e manter, mas também para questionar, contestar e modificar as relações de dominação, o que aponta para uma “fresta” — dentre outras — na compreensão thompiana. Contudo, o próprio Thompson (2002) agiu de forma reflexiva em relação ao seu pensamento e previu tal confrontação contra-argumentando, de antemão, que essas possíveis “formas simbólicas contestatórias” não seriam ideológicas, porque a ideologia não poderia ser

indiferente ao caráter assimétrico das relações de poder estabelecidas e fortalecidas pelas formas simbólicas. Embora reconhecendo nossos próprios limites teóricos, não podemos nos abster de considerar que a ação de questionar e contestar as relações de dominação, por meio de formas simbólicas — em última instância de práticas sociais e discursivas —, não equivale a ser indiferente em relação a seu caráter assimétrico, muito pelo contrário, aliás. As assimetrias nas relações sociais — sejam elas de classe, de raça, de gênero, etc. — envolvem os sujeitos e as formas simbólicas em diferentes posições e circunstâncias. Nesse sentido, ponderamos que as próprias relações sociais instigam os sujeitos a interagir com as desigualdades e com as formas simbólicas, não de modo indiferente, mas as aderindo ou as contestando, no caminho aberto da possibilidade de refletir sobre sua própria ação mantendo-a em certa perspectiva ou modificando-a e transformando-a.

Diante das compreensões acerca da ideologia e das demais considerações teóricas aqui já compartilhadas, torna-se inevitável trazer para o debate, nesse momento, a própria concepção bakhtiniana de signo ideológico (BAKHTIN, 2014 [1929]) — como exercício de instigação do pensamento. Se a ideologia tenta operar, nos modos aqui apreendidos, para estabelecer e manter relações de dominação ou para fundir as estruturas e concepções sociais aos indivíduos concretos, constituindo-os em sujeitos, estaria ela [a ideologia] “preenchendo” esses sujeitos de “conteúdos/significados” a partir dos quais eles atuam em práticas sociais e discursivas? Estaria essa operação, de algum modo, relacionada ao próprio signo ideológico, espaço preenchível e reversível, espaço em que se estabelecem acordos e desacordos no cerne da interação dialógica entre os sujeitos? Uma vez que há, na linguagem, a possibilidade de acordos e desacordos como ponto fundante do próprio signo, seu caráter ideológico não segue e se estende nas enunciações formuladas com ele e através dele, nos textos, nas práticas discursivas e nas práticas sociais? Seria, então, a perspectiva ideológica um atributo da própria linguagem — dado que constitutiva do próprio signo — e, assim, das interações verbais (e seus desdobramentos, articulações e estruturações sociais) que são constituídas por meio dela? Se o signo estabelece acordos e desacordos de caráter ideológico, o que situa os sujeitos que interagem entre uma possibilidade e outra? O que leva à adesão, ao condicionamento ou à

refutação a esta ou aquela ideologia, a estar de acordo com isto e em desacordo com aquilo? As indagações remetem a questões como: a relação da ideologia com o poder dominante; o aparato ideológico do qual a ideologia (ou poder instituído?) dispõe (ou possa dispor); os níveis de naturalização ou de desnaturalização em que as ideologias se encontram; a relação dialética entre as ideologias que coexistem em dado contexto social; as localizações axiológicas dos indivíduos nos processos de constituição subjetiva e institucional; etc. Considerando as teorias como caminhos que apontam para novas reflexões, essas questões se constituem, aqui neste momento, tão somente como pontos de indagação que se levantam a partir das teorias apresentadas buscando com elas estabelecer possíveis espaços para novos diálogos.

### 3 MULHER E CISGENERIDADE: INICIANDO UMA REFLEXÃO

Diante das reflexões tecidas na seção anterior, chegamos aqui às concepções sobre gênero no âmbito dos debates desenvolvidos, sobretudo, no decorrer do século XX e nestas quase duas décadas de século XXI. Pensar nessas concepções nos põe inescapavelmente no âmbito das perspectivas feministas que vêm se fazendo presentes, nas mais diversas práticas sociais — como na família, no trabalho, na educação formal, na política, na organização social, no campo científico/epistemológico etc. Para os debates e encontros — dos quais se constituem como espaço de investigação —, foi indispensável aos estudos feministas tecer relações entre diversos campos do conhecimento e elaborar novos modos de abordagem científica, se constituindo a si mesmo como um campo epistemológico em desenvolvimento (OLESEN in DENZIN; LINCOLN, 2006).

Nessa perspectiva, dialogamos com modos de investigação que passam a olhar — do ponto de vista histórico, antropológico, linguístico etc. —, para as relações sociais generificadas, ou dizendo de outro modo, para as relações estabelecidas entre pessoas biológica e/ou socialmente compreendidas como homem e/ou mulher. No centro dessas reflexões, constatamos, com Scott (2008 p. 36), o desenvolvimento de uma história humana “profundamente dividida em gêneros”. Homem e mulher foram categorizados, ao longo de processos sócio-históricos, a partir de diferenças consideradas naturais, em virtude das quais se estabeleceram diferenças simbólicas e sociais (BEAUVOIR, s/d; RUBIN, 1993; SCOTT, 2008; FOUCAULT, 2014b). Desse modo, as relações generificadas desenvolveram-se numa “lógica da oposição binária hierárquica” (RAGO in ROCHA, 2016, p. 13), que engendra relações de poder/dominação, nas quais as mulheres foram historicamente consideradas inferiores/submissas.

Dentro dessa lógica, certos conjuntos de características, hábitos, emoções e comportamentos humanos foram, ao longo de séculos, marcados e representados socialmente, como exclusivos do feminino. De modo sistemático, isso atuou para restringir aquelas pessoas consideradas (pelo critério biológico) mulheres a uma única esfera de circulação social — se é que podemos assim chamar o espaço privado do lar —, enquanto o homem universalizado dominava concretamente este e os demais espaços sociais (BEAUVOIR, s/d; RUBIN, 1993; SCOTT, 2008;

FOUCAULT, 2014b). Essas representações da mulher lhe atribuíam (e impunham) — de forma exclusiva e imanente — traços humanos como a passividade, a docilidade e tantos outros vinculados aos modos de pensar e aos comportamentos e atitudes físicas e sociais. Como par binário/dicotômico, as representações masculinas estabeleciam para o homem o oposto desses traços, interditando a reciprocidade de sua manifestação em mulheres<sup>23</sup> e homens: eles não deveriam demonstrar afetividade e elas não deveriam desenvolver o raciocínio, a despeito de existirem concretamente homens afetuosos e mulheres inteligentes (LOURO, 1994; ECKERT, McCONNELL-GINET in OSTERMANN, FONTANA, 2010).

Essa patente redução, no entanto, não estaria revestida de “capas” de imanência, como se cada mulher (e cada homem) fosse, em essência, um exemplar das representações sobre ela formuladas e a ela direcionadas? É nesse sentido que é possível a existência de concepções como: se uma mulher pode gerar filhos, logo ser mãe é a essência de todas as mulheres e se esta é sua essência, logo todas as mulheres devem obrigatória e exclusivamente ser mães<sup>24</sup>. Tal concepção parte de uma generalização, uma vez que há mulheres biologicamente não aptas a gerar filhos. Além disso, desconsidera as especificidades de cada mulher: mesmo sendo biologicamente apta, uma mulher pode não querer ser mãe por uma diversidade de fatores afetivos, psíquicos, profissionais, econômicos, relacionais, etc. No entanto, sabemos disto hoje — a partir de percepções, compreensões e enfrentamentos tecidos em meio a longos processos sociais, culturais, econômicos, científicos, tecnológicos etc. —, mas tal possibilidade não foi sequer aventada durante séculos. Desse modo, do que se constata no exame de concepções que generalizam e essencializam aspectos pré-definidos como masculinos e femininos, é possível refletir que cada mulher (e cada homem) pode desenvolver e manifestar, ou não, pensamentos, emoções e

---

<sup>23</sup> Durante séculos se difundiu a ideia de que a mulher era, física e cognitivamente, incapaz de realizar atividades que exigissem destreza, força e raciocínio, devendo assim ficar restritas às atividades relativas à preservação do lar. No entanto, ao longo da história, sobretudo no século XX, as mulheres demonstraram que tal ideia não tem sustentação do ponto de vista biológico, cognitivo e social. As mulheres estão desempenhando, de modo eficiente, atividades em campos que antes lhes foram negados e atribuídos exclusivamente aos homens. Temos, assim, mulheres engenheiras, médicas, policiais, cientistas, astronautas, etc, realizando com êxito suas atividades nas esferas pública e privada (LOURO, 1994; DEL PRIORI, 2015).

<sup>24</sup> Ressalte-se que essa compreensão não é reciprocamente aplicada aos homens, considerando a parte que lhes cabe na geração de filhos.

comportamentos diferentes dos que lhe são definidos pelas representações formuladas com base em seu gênero.

Rubin (1993) propõe que se considerarmos mulheres e homens, do ponto de vista biológico, constataremos que são muito mais semelhantes do que diferentes entre si, quando comparados a outras espécies de seres vivos. Afora as ressalvas que podem ser feitas às considerações da autora, como veremos mais adiante, esse exemplo nos leva a refletir que as diferenças sejam mais relacionadas a processos de interação social entre homens e mulheres e aos modos de compreensão e interpretação dessas interações do que a características físicas e comportamentais em si mesmas consideradas. Nesse ponto, é possível compreender que a configuração das relações estabelecidas entre ambos remete não a um dado a priori e universal — a uma declarada natureza feminina ou masculina —, mas a conjuntos socialmente localizados de ações e práticas estabelecidas sob o crivo de relações desiguais de poder entre homens e mulheres, reiteradas sistematicamente por práticas sociais e discursivas — produzidas e reproduzidas por diversos meios, dispositivos e mecanismos (RUBIN, 1993; LOURO, 1994; BUTLER, 2003; SCOTT, 2008; FOUCAULT, 2014b). Dentre os modos de estabelecimento e reiteração de “diferenças” entre homens e mulheres, passamos por traços sociais característicos como: a manutenção pública e privada de relações sociais desiguais e hierárquicas; a divisão sexual do trabalho; as relações de parentesco; as construções simbólicas e as representações naturalizadas das relações desiguais; as proibições e restrições subjetivas e sociais exclusivas a um dos gêneros e a permissão e o encorajamento das mesmas práticas a outro; a produção e a reprodução discursiva de normas e padrões de gênero, etc (RUBIN, 1993; LOURO, 1994; BUTLER, 2003; SCOTT, 2008).

Nessa perspectiva, de acordo com Louro (2008), pensar a diferença remete a amplos e complexos processos em que os seres humanos foram, de modo sistemático, ensinados e aprenderam a se portar de modo hierarquicamente diferente, com base em pressupostas diferenças corporais/sexuais e em significações sociais atribuídas a tais diferenças. Sob essa ótica, faz-se necessário desenvolver meios de compreender como “esse sistema de imagens, representações e signos compõe o pensamento da lógica discursiva da identidade social dominante” (RAGO, 2013, p. 31).



No exercício de pensar empiricamente, podemos trazer para análise uma atividade qualquer da vida cotidiana — por trivial que seja —, que esteja sob efeito das diferenças de gênero socialmente definidas. Pensemos: se homens e mulheres têm, a princípio, a mesma disposição física e cognitiva que lhes permite lavar louças e consertar vazamentos na pia, por que a primeira atividade seria tida como própria da esfera “feminina” e a segunda seria considerada “masculina”? Ora, já constatamos inúmeras vezes que se um homem lava louças e uma mulher conserta vazamentos, continuam sendo física e socialmente as mesmas pessoas que são, embora as regras estabeleçam que estariam realizando atividades “do outro gênero” e, por isso, contrariando o próprio gênero.

Aparente e propositalmente simples (e até banal), o exemplo do parágrafo anterior pode ganhar reforços se pensarmos no fato de que, durante séculos, as mulheres não podiam escolher com quem casar, a escolha era feita por homens (pais, irmãos, etc.) e de que hoje — pelo menos em boa parte das sociedades ocidentais — essa não é mais uma prática dominante. O próprio fato de, na atualidade e em algumas sociedades, as mulheres poderem decidir com quem e quando casar, enquanto em outras, isso ainda não lhes é acessível, aponta para a compreensão de que essa prática (e tantas outras) não é universal, atemporal ou inerente ao gênero, mas social, cultural e historicamente definida e localizada. Se estendermos a lista de exemplos, encontraremos diversas práticas sociais historicamente interditas às mulheres, por “não serem próprias” de seu gênero: falar por si mesmas, ser ouvidas em decisões coletivas, estudar, votar e ser votadas, ter direito a herança, possuir e administrar os próprios recursos materiais, decidir ter ou não ter filhos, dirigir (carros e instituições), etc, etc, etc. A partir de transformações (de caráter material, cultural, tecnológico, etc.) nas estruturas e convenções sociais, bem como nas compreensões sobre o gênero, tais práticas são atualmente realizadas por mulheres de modo mais comum, demonstrando que o que as impedia de realizá-las estava em outro lugar, que não em sua suposta essência. É importante ressaltar, contudo, que essas compreensões são pensadas aqui de forma dialética e não generalizante. Diferentes mulheres em diferentes condições sócio-culturais, étnico-raciais e econômicas — e em suas possíveis interseções —, têm acessos distintos e problematizáveis às práticas que, em períodos históricos anteriores, eram negadas a todas as mulheres. Portanto, se as

próprias estruturas e práticas sociais demonstram que mulheres podem realizar atividades antes compreendidas para além de sua “imanência”, indagamos se o que supostamente lhe é atribuído como imanente, não se constitui, na realidade, de representações convencionadas como próprias ou naturais à mulher (LOURO, 1994; 2008).

Os exemplos discutidos nos parágrafos anteriores — e tantos outros que se podem acrescentar — corroboram a concepção de que as diferenças entre homens e mulheres são socialmente convencionadas e de que é no âmbito da cultura e não — apenas — da natureza que “aprendemos a viver o gênero” (LOURO, 2008, p. 22). Podemos aqui nos perguntar de que formas e com que objetivos as práticas generificadas foram (e são) ensinadas e aprendidas. Ao tentarmos relacionar esse conjunto de práticas sociais atribuídas aos gêneros, poderemos perceber que elas não são vivenciadas de forma isolada e simples, como atos soltos realizados pelos sujeitos. Elas são “ensinadas” no âmbito de processos sociais estabelecidos de forma prévia à nossa própria compreensão de nós mesmos enquanto sujeitos “masculinos” ou “femininos” (LOURO, 2008). Se atributos, características, ações e emoções de homens e mulheres lhes são inerentes e distintivos, por que então nos ensinam reiteradamente: “comporte-se como um homem”, “uma mulher não deve fazer isso”, “ficar assim é coisa de mulherzinha, seja macho”. Seria necessário ensinar-nos a ser e viver o que inerentemente já estaria em nós como determinante de nossa identidade? Isso não soa supérfluo? Ou somos ensinados a ser o que ainda não somos efetivamente, o que só podemos ser no momento em que nos percebemos a nós mesmos em interação com os outros? Como podemos ser homens e mulheres antes de assim nos sabermos?

### 3.1 Gênero enquanto Categoria Sistemática

As reflexões iniciais desta terceira seção nos colocam, mesmo de passagem, em meio a concepções que buscaram, ao longo do tempo, definir e classificar as pessoas a partir de seu gênero, a partir do “ser homem” e do “ser mulher”, como posições de um par binário, hierarquizado e inalterável. Essa definição e classificação, no entanto, não era compreendida enquanto tal, uma vez que as diferenças socialmente marcadas entre homens e mulheres eram tidas

como naturais (RUBIN, 1993; SCOTT, 2008). Diante desse cenário, surgiu o “movimento” que se articulava no sentido de ver, pensar e agir de forma diferente em relação à posição da mulher como parte submissa no par binário homem/mulher. Vai, assim, surgindo e ganhando diferentes formas e contornos o feminismo, enquanto “movimento” social, político, científico e epistemológico.

No final do século XIX e início do século XX, as mulheres vão se articulando — inicialmente na Europa, e, em seguida em outras regiões — em torno de reivindicações relacionadas a direitos iguais à cidadania. Ainda eminentemente restrita à esfera doméstica, mas já participando da vida social em alguma medida — sobretudo com o trabalho em lavouras e fábricas —, elas não tinham acesso aos direitos civis dos quais os homens dispunham, estando sujeitas às suas decisões tanto no espaço privado quanto no espaço público. Naquele primeiro momento, as “mulheres conseguiram em vários lugares, romper com algumas das expressões mais agudas de sua desigualdade em termos formais ou legais, particularmente, no que se refere o direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação” (PISCITELLI in ALGRANTI, 2002, p. 02). Contudo, essa busca de direitos pelas e para as mulheres, refletia, sobretudo, um padrão universalizado de mulher, a partir da mulher anglo-europeia, branca, de classe média. Naquele contexto, necessidades específicas de mulheres de outras origens e localizações étnico-raciais, geográficas e econômicas ainda não eram consistentemente percebidas e articuladas na teoria e na prática. Assim, “a mulher” se configurava, naquele momento, como uma noção universalizada a partir de um grupo específico de mulheres, com necessidades e demandas específicas (PISCITELLI in ALGRANTI, 2002).

Entre as décadas de 1960 e 1970, nota-se uma inflexão no “movimento” a partir das articulações e desenvolvimentos teóricos sobre a mulher. As análises e compreensões presentes na obra da filósofa francesa Simone de Beauvoir — sobretudo em *O Segundo Sexo* (1949) —, assim como de outras estudiosas e de outros construtos<sup>25</sup> desenvolvidos durante a primeira metade do século XX ecoaram e impulsionaram novas compreensões empreendidas por pesquisadoras e intelectuais. Nesse sentido, passam a se consolidar pesquisas e análises

---

<sup>25</sup> Esses construtos estão relacionados ao pensamento desenvolvido, na primeira metade do século XX, em diversas áreas do conhecimento como a antropologia, a psicologia, a psicanálise, a filosofia, a história, a linguística, etc.

acadêmicas sobre a mulher, no campo de estudos chamado Women's Studies, desenvolvido, naquele momento, nos Estados Unidos e na Europa e difundido em outras regiões como os países da América Latina, por exemplo. Nesse momento, surgem e se delineiam categorias teórico-analíticas como patriarcado, sistema sexo-gênero, mulher, gênero, etc — sobre as quais discutiremos em breve. Essas concepções eram pensadas, sobretudo, a partir de uma noção de “diferença” entre homens e mulheres, “diferença” essa que estaria assentada e marcada sobre uma base biológica (o sexo), representada pelo corpo e sobre a qual o gênero seria socialmente construído. Nessa perspectiva, “mulher” era ainda uma noção imbuída de determinismo biológico, universalizante e que pretendia abarcar todas as mulheres, sem considerar as diferenças e singularidades existentes entre elas, ou as considerando de modo naturalizado (NICHOLSON, 2000; PISCITELLI in ALGRANTI, 2002).

Em meados da década de 1980, nota-se que o feminismo vai ganhando novos contornos e novas inflexões. Passam a ser incorporadas novas visões relacionadas ao gênero — não mais marcado por diferenças entre homem e mulher, mas socialmente construído e performatizado no discurso — e às mulheres — considerando-se suas diferentes posições em diferentes espaços sócio-culturais, étnico-raciais, geográficos, políticos e econômicos. O debate teórico-analítico e político-social se aprofunda, abrindo espaço para novas e diversas perspectivas e vertentes, que se confrontam em caminhos por vezes convergentes, por vezes divergentes (NICHOLSON, 2000; MARIANO, 2005; SCOTT, 2008).

Nesse sentido, o percurso do feminismo — aqui sumariamente visitado — nos remete às compreensões teóricas nele desenvolvidas, que se formulam e reformulam, se complementam e contestam de modo dinâmico. Sob as perspectivas de suas diversas vertentes, o pensamento feminista tem como pontos nodais comuns a percepção e o questionamento acerca da subordinação histórica da mulher e do “suposto caráter natural dessa subordinação”. Embora de modos distintos, as diversas vertentes compreendem a subordinação como socialmente construída, e, se construída, inscrita em espaços sociais que podem fomentar tanto sua reprodução, como sua modificação (PISCITELLI in ALGRANTI, 2002). No esforço comum de investigar, analisar e contestar a subordinação feminina, esta foi observada e teorizada sob diferentes perspectivas, em diferentes áreas do

conhecimento, o que levou a desenvolvimentos e reformulações de diferentes categorias analíticas, que pudessem oferecer modos de olhar conceitualmente para o fenômeno. Dentre essas categorias, buscaremos refletir e debater sobre “sistema sexo/gênero”, “gênero” e “mulher”.

Na década de 1970, a antropóloga estadunidense Gayle Rubin analisa o fenômeno da subordinação da mulher remontando às origens do parentesco e aos modos de elaboração das relações por ele definidas, a partir do masculino, em que a mulher figurava como objeto de troca — assim como os eram os produtos agrícolas e pecuários — entre clãs e grupos étnicos. Escapando-se ao tabu do incesto e estabelecendo-se relações sociais entre clãs, as mulheres eram trocadas entre grupos distintos, o que garantia uniões exogâmicas e uma linha parental vinculada ao homem (RUBIN, 1993). Para Rubin (1993), a forma de realização dessas trocas varia em diferentes sociedades estabelecendo diferentes sistemas de parentesco e envolvendo, de acordo com Piscitelli in Algranti (2002, p. 09), “a criação social de dois gêneros dicotômicos, a partir do sexo biológico”. Para a estudiosa estadunidense:

(...) qualquer sociedade dispõe de mecanismos sistemáticos para lidar com o sexo, o gênero, os bebês. Tal sistema pode ser sexualmente igualitário, pelo menos em teoria, ou pode ser “estratificado de acordo com o gênero”, como parece acontecer com a maioria dos sistemas conhecidos. Mas é importante — mesmo diante de uma história deprimente — manter a distinção entre a capacidade e a necessidade humanas de criar um mundo sexual e as formas empíricas opressivas nas quais os mundos sexuais têm se organizado. (RUBIN, 1993, p. 06)

Nessa perspectiva, Rubin (1993) desvincula sua análise da noção de “modo de reprodução” e de “patriarcado” — operando, segundo Piscitelli in Algranti (2002), deslocamentos em relação às concepções correntes no pensamento feminista daquele momento. A noção de patriarcado seria vaga e imprecisa, pois abarcaria, na mesma concepção, tanto a noção geral de sistema, quanto a forma específica de um dos possíveis sistemas (o sistema hierarquizado, no qual o gênero feminino é tido como subordinado ao masculino). Já a noção de “modo de reprodução”, contrastaria com a noção usual de “modo de produção econômica”. Pondera-se, contudo, que tanto nos sistemas econômicos, como nos sistemas sexuais ocorrem produções e reproduções em diversos níveis, sendo lacunar a tentativa de vincular estes à “reprodução” e aqueles à “produção”, como se ambos os processos não

fossem multifacetados e mutuamente intrincados (RUBIN, 1993; PISCITELLI in ALGRANTI, 2002).

No conjunto de suas análises, Rubin (1993) apresenta então o conceito de “sistema de sexo/gênero”, considerado como “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humanas é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional” (RUBIN, 1993, p. 05). Nessa concepção, o “sexo” e o “gênero” são compreendidos de forma dualista, concebendo-se o “sexo” enquanto dado material (biológico), que determinaria e sobre o qual se construiria socialmente o “gênero”, entendido assim como substância para essa matéria sexual (NICHOLSON, 2000; PISCITELLI in ALGRANTI, 2002). A proposição do “sistema de sexo/gênero” percebia o que Rubin (1993) chamou de “eu fisiológico”<sup>26</sup> ou o corpo sexuado como um “dado”, como um fato natural, ou dito de outro modo, como “provedor do lugar onde o gênero seria supostamente ‘construído’” (NICHOLSON, 2000, p. 11).

Compreensões posteriores à proposição de Rubin (1993) tecem críticas à sua formulação, considerando, como argumenta Piscitelli in Algranti (2002), que a antropóloga estadunidense “pensa em termos de universais e opera com uma série de dualismos — sexo/gênero, natureza/cultura” (p. 09). Contudo, a singularidade do pensamento de Rubin (1993) é compreendida como uma inflexão marcante nas concepções até então desenvolvidas pelo pensamento feminista. Nesse sentido, Piscitelli in Algranti (2002) nota que a concepção de “sistema de sexo e gênero” realiza descolamentos importantes, sobretudo, em dois aspectos, a saber: as condições sociais da mulher podem ser pensadas “em termos de sistemas culturais”; esses sistemas culturais se efetivam em “realidades empíricas diversas”, sendo fundamental considerar-se “os contextos específicos nos quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder” (PISCITELLI in ALGRANTI, 2002, p. 10). Apesar das críticas que lhe podem ser direcionadas, o pensamento de Rubin (1993) traz, nesse sentido, a compreensão fundamental de que o gênero foi (e é) sistematicamente construído em cada sociedade, de acordo tanto com as relações sociais e de poder nela vigentes, como com seus contextos culturais específicos.

---

<sup>26</sup> Vale lembrar que, na Seção 2, discutimos a compreensão lacaniana do “eu”, não como dado fisiológico/biológico, mas como função psíquica estabelecida através de processos de interação entre “eu” e “outro” por meio da linguagem.

Essas compreensões, desenvolvidas a partir de estudos e pesquisas no campo do pensamento feminista, se tornam pontos para um diálogo impulsionador de outras reflexões e novas compreensões — envolvendo possibilidades de debate, convergência, divergência e síntese. Desse diálogo teórico-analítico, o conceito de “gênero” emerge “como um forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais” (SCOTT, 1995, p. 85), considerando-se a predominância — pelo menos em grande parte desses sistemas — de relações desiguais e opressivas baseadas nas diferenças atribuídas entre homens e mulheres.

Em sua perspectiva histórica, Scott (1995) analisa os usos da palavra/noção “gênero” no âmbito de estudos desenvolvidos sobre a mulher na segunda metade do século XX. Segundo a historiadora estadunidense, o termo “gênero” começa a ser usado como sinônimo de “mulheres” no cerne dos estudos sobre questões relacionadas à mulher (Women’s Studies), desenvolvidos nas décadas 1970 e 1980. Por um lado, buscava-se um status científico aos estudos sobre mulheres e o novo termo parecia contribuir para isto, imprimindo-lhe certo ar de objetividade. Por outro lado, o termo “gênero” abria espaço para observar de forma mais ampla a noção de subordinação feminina no âmbito de relações sociais desiguais entre homens e mulheres. Desse modo, o termo “gênero” passava também a indicar que o estudo das relações desiguais entre os sexos não diz respeito apenas ao estudo sobre as mulheres em si mesmas consideradas, o que implicava na rejeição de um estudo isolado, que não articulasse as relações entre homens e mulheres na construção das desigualdades de gênero (SCOTT, 1995).

O termo “gênero”, na medida em que não remetia explicitamente a uma figura corporificada — como ocorre com o termo “mulher” —, permitia maior distanciamento de distinções pautadas na biologia, que buscavam sustentar as diversas formas de dominação masculina em situações corporais como as de que “as mulheres têm a capacidade para dar à luz e que o homem tem uma força muscular superior” (SCOTT, 1995, p. 75), assim como exemplificamos no primeiro tópico desta seção. Refutando argumentações como essas, o termo “gênero” vem sinalizar que os papéis socialmente designados para homens e mulheres, são produtos de “construções culturais” e não fatos naturais imutáveis (SCOTT, 1995). Nesse sentido, o termo “gênero” abre novas perspectivas de entendimento,

compreendendo-se que esses papéis não são únicos e universais, que eles mudam e mudaram, ao longo da história, em diversos sistemas culturais e políticos. Considerando esse ângulo de visão, a noção de “gênero” alarga a compreensão de que ser homem ou ser mulher é mais que um atributo corporal, se constituindo também como processo social, cultural e político, engendrado por sistemas nos quais os papéis sociais de “homens” e “mulheres” são construídos, difundidos e legitimados/deslegitimados. O “gênero” é compreendido, nessa dimensão, como uma categoria que incide sobre o corpo de pessoas, na tentativa de defini-las, nos termos dos sistemas culturais, enquanto homens e mulheres (SCOTT, 1995). Diante desses entendimentos, Scott (1995) pondera que mesmo enfatizando a construção de relações desiguais entre homens e mulheres, o termo “gênero”, por si só, não explica o que leva à construção dessas relações e os modos pelos quais elas se produzem/reproduzem, funcionam ou se transformam.

Analizando assim os usos e implicações do termo “gênero”, Scott (1995) elabora e propõe sua compreensão de “gênero” tanto como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86) quanto como “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88). Para a autora, esses dois aspectos imbricados no conceito de “gênero” se articulam em torno de quatro elementos, a saber: símbolos que evocam representações universalizantes dos papéis masculinos e femininos; interpretações desses símbolos cristalizadas em conceitos normativos que restringem seu potencial metafórico e tentam fixar uma oposição binária entre masculino e feminino; possibilidades de questionamento e reformulação desses símbolos; possibilidades de compreensão das “formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas” (SCOTT, 1995, p. 88). Para articular esses elementos, resgatemos o exemplo pinçado anteriormente a respeito da possibilidade biológica da mulher de vir a ser mãe. Se pensarmos em termos de símbolos, temos que este aspecto da constituição biológica da mulher (a possibilidade materna) foi tomado como seu elemento e função principal ao longo do processo histórico. Isso ao ponto de, por si só, representar a mulher como um todo e desenhar “a figura” de mulher socialmente validada, de modo que “mãe” tornou-se seu símbolo, sua representação, seu sinônimo social, se podemos assim dizer. Nessa cisão, um aspecto da mulher



tornou-se símbolo da mulher, cristalizando-se em uma interpretação pretensamente fixa, fruto de um olhar específico, cujos efeitos refutavam outras possibilidades de interpretação. No entanto, hoje há possibilidades culturais, morais, médicas, científicas, tecnológicas, econômicas, jurídicas etc, que concretamente viabilizam por-se em questão o papel de mãe como símbolo último da mulher. Essas possibilidades ensejam modos de compreensão das condições e motivos pelos quais esse aspecto do corpo feminino foi substantivado como o próprio feminino, articulando “diferença” e relações de poder.

Assinalando, em suas proposições, a necessidade epistemológica de se indagar “como o gênero funciona nas relações sociais humanas” (SCOTT, 1995, p. 74), a historiadora estadunidense propõe o “gênero” como categoria analítica. Por outro lado, a pesquisadora vai além e não apenas propõe o “gênero” como categoria de análise, mas compreende a necessidade e o compromisso analíticos de “encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica” (SCOTT, 1995, p. 84). Nessa perspectiva, a análise do “gênero” — enquanto categoria na qual os sujeitos são “organizados” e “compreendidos” em estruturas sociais de funcionamento sistemático — requer o olhar apurado e reflexivo da/do analista e sua abertura constante para a instabilidade das categorizações.

Exercitando suas próprias recomendações, a partir de uma análise de interpretações psicanalíticas<sup>27</sup>, Scott (1995) pondera que as “identidades subjetivas” de homens e mulheres se dão em meio a “processos de diferenciação” que supostamente suprimiriam ambiguidades entre papéis sociais e desejos inconscientes. Esses “processos de diferenciação” de homens e mulheres colocam os sujeitos entre os conteúdos reprimidos no inconsciente e as injunções conscientes, ambos afetados pelos sistemas de significação, dos quais as próprias identidades são representantes. Nesse sentido, a pesquisadora compreende que “a identificação de gênero, mesmo que pareça coerente e fixa, é, de fato, extremamente instável (SCOTT, 1995, p. 82), visto que o sujeito se move entre conteúdos inconscientes (desejos e repressões), símbolos, estruturas e representações sociais. Desse modo:

---

<sup>27</sup> Scott (1995) observa, sobretudo, interpretações psicanalíticas de base lacaniana, que consideram a linguagem como ponto central da constituição subjetiva e de acesso à ordem simbólica.

Sempre existe um conflito, pois, entre a necessidade que tem o sujeito de uma experiência de totalidade e a imprecisão da terminologia, seu significado relativo, sua dependência da repressão. Este tipo de interpretação torna problemáticas as categorias de “homem” e “mulher”, ao sugerir que o masculino e o feminino não são categorias inerentes, mas constructos [sic] subjetivos (ficcionais). Essa interpretação implica também que o sujeito se acha em um processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, ao destacar a linguagem como objeto apropriado de análise. Enquanto tal eu a considero instrutiva. (SCOTT, 1995, p. 82)

No entanto, Scott (1995) considera que as compreensões psicanalíticas, mesmo fornecendo um meio de compreensão dos processos subjetivos, deixam lacunas uma vez que se fixam no sujeito individual e se inclinam a “universalizar as categorias e as relações entre masculino e feminino” (SCOTT, 1995, p. 83). Para a historiadora, o gênero não se restringe a processos subjetivos de identificação, mas se configura como uma categoria que “legitima e constroi as relações sociais”. Através dessa categoria, podem-se encontrar modos de analisar e compreender as maneiras pelas quais se desenvolvem reciprocamente as relações entre gênero e sociedade, ou como, formulado pela autora, a categoria “gênero” permite compreender o “vínculo complexo entre a sociedade e uma estrutura psíquica persistente” (SCOTT, 1995, p. 79).

O complexo vínculo entre as estruturas psíquicas e as estruturas sociais nos processos de identificação de gênero, apontados por Scott (1995), não se dá apenas numa esfera puramente pessoal ou subjetiva, mas no âmbito do “gênero” enquanto espaço de articulação de poder — sendo este entendido, em sentido foucaultiano, como “constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente construídas em ‘campos de forças’ sociais” (SCOTT, 1995, p. 85). Nessa perspectiva, o gênero envolve processos culturais, simbólicos, políticos, econômicos estabelecidos em meio aos sistemas, às estruturas sociais nas quais os sujeitos se relacionam, se movimentam, se articulam e se identificam. O caráter e a forma de tais processos podem ser determinados, segundo a autora, em seus contextos sócio-históricos específicos. Nesse sentido, ela considera:

Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar

fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas. (SCOTT, 1995, p. 93)

Essa compreensão das categorias “homem” e “mulher” como “categorias vazias e transbordantes” condiz com a percepção de que os “símbolos” — elementos semióticos — estão intrincados na construção do gênero, conforme vimos antes. Nesse sentido, as próprias categorias do gênero (homem e mulher) poderiam figurar como símbolos de sua construção? Essas reflexões nos remetem, em termos linguísticos, para os signos como categorias vazias da língua, assim como vimos com Benveniste (1976; 1999) e Bakhtin (2014 [1929]) no tópico 2.1. Nessa perspectiva, poderíamos pensar em “homem” e “mulher” como signos sociais que envolvem significantes e significados — psíquicos, sociais, culturais, políticos — de forma preenchível e plenificável? Essa indagação é um exercício de pensar o gênero no conjunto das articulações que ele possa suscitar entre sujeito, linguagem, relações, eventos, processos e estruturas sociais. No âmbito dessas reflexões, estamos direcionando o olhar para o gênero como categoria, ou seja, como espaço de classificação das pessoas no quadro de processos e estruturas que as abarcam e aglutinam. Nesse sentido, note-se a observação da pesquisadora de que:

No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana, concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem — uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretção e permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação. (SCOTT, 1995, p. 85)

O conceito de “agência humana” trazido por Scott (1995) nos reporta a e dialoga com a compreensão de Giddens (2003) sobre “agência e agentes”, conforme tocamos no Tópico 2.3. Os agentes são, assim, compreendidos como pessoas capazes de fazer, de agir e de monitorar reflexivamente a própria ação no fluxo contínuo da vida social (GIDDENS, 2003), ou para usar os termos de Scott (1995), no interior dos processos e estruturas sociais. A “agência humana” em relação ao gênero se associa, nessa perspectiva, à possibilidade permanente das pessoas agirem em relação a si mesmas, enquanto sujeitos

corporificados/generificados no interior dos processos e estruturas sociais que estabelecem padrões e normas de gênero. As mulheres, por exemplo, agem no interior das estruturas que definem, universal e previamente, aspectos que são particulares à experiência e mutáveis de acordo com a ação de cada pessoa que se “enquadre” na categoria de “mulher”. Desse modo, é nítido — embora processos e estruturas sociais pretendam a uniformidade — que cada mulher (em última instância, cada pessoa) fala, interage, se interessa, pensa, trabalha, se veste, aprende, se percebe, anda, se desenvolve, ensina, vive e convive por sua ação (singular e coletiva). Sendo, cada pessoa generificada, potencialmente capaz de recriar e de acompanhar reflexivamente a própria ação no conjunto das relações intersubjetivas, sociais, culturais, econômicas, políticas, etc, que envolvem o gênero.

Como podemos então perceber, as compreensões de Scott (1995; 2008) questionam a noção de oposição binária entre homem e mulher como distintiva da noção de gênero, ou dito de outro modo, se distanciam da compreensão de gênero como categoria relacional fincada na oposição masculino/feminino, homem/mulher (COSTA, 1998). Numa perspectiva pós-estruturalista, as proposições da historiadora estadunidense acerca do gênero apontam, de acordo com Costa (1998), para a contradição epistemológica de uma suposta essência de mulher. Nesse sentido, o pensamento de Scott (1995; 1998; 2008) se inscreve no conjunto mais amplo das compreensões pós-estruturalistas que — conforme analisa Mariano (2005) — declinam “os esquemas dicotômicos de pensamento” e as formulações essencialistas, assumem as possibilidades de crítica às próprias categorias e articulam o pensamento considerando as pluralidades relacionadas ao gênero enquanto categoria analítica.

### 3.2 Gênero: efeito de processos de interação?

Tais compreensões, aqui sintetizadas, se movimentam em diferentes espaços teóricos e analíticos que possibilitam a mirada para as categorias (“sistema”, “gênero”, “mulher”, “homem”, etc) sob diversas perspectivas, com possibilidades de visualizar e desenvolver seus pontos fortes, seus espaços lacunares, seus círculos de tensão. Nesse sentido, categorias como “sistema

sexo/gênero” e “gênero” surgiam como conjunções que articulavam novos investimentos teórico-metodológicos e políticos sobre a situação de submissão da mulher. Por outro lado, pareciam — sobretudo a categoria “gênero” — deslocar a “mulher” da posição de sujeito do feminismo. As concepções sobre gênero, pensadas entre as décadas de 1960 e meados da década de 1980, o entendiam como construção social, a partir de dado corpo sexuado, questionando a universalidade do sujeito masculino. Sob essa ótica, pensar o sujeito de gênero como construção social implicava refutar a suposta universalidade do sujeito “homem”, situando a “mulher” na categoria de sujeito socialmente construído, mas mantendo a noção de “diferença” como distintiva do gênero, assim concebido como categoria relacional. No entanto, como vimos, concebia-se o sujeito como construção social a partir de uma (ou sobre uma) base material, biológica, corporal. Dito de outro modo, mesmo construído socialmente, o sujeito do gênero seria biologicamente determinado, permanecendo como uma categoria prévia à própria construção social e prévia ao discurso que agora — no caso da mulher — lhe designava como sujeito. Assim revista por esses deslocamentos teóricos, emergia uma ambiguidade conceitual em relação a essa noção de sujeito, pois ela mantinha o fundamento da imanência, remetendo a uma substância fixa e anterior àquilo mesmo que a construía. Nessa perspectiva, surgindo como sujeito destacado do sujeito masculino, a categoria “mulher”, a seu turno, era também tomada como categoria una, universal e estável. (PISCITELLI in ALGRANTI, 2002; MARIANO, 2005). Como efeito, gera-se uma identidade social de “mulher” supostamente única, uniforme e global, que se torna, também, “normativa e excludente e ignora outras dimensões que marcam privilégios, como de classe e de raça” (MARIANO, 2005, p. 487).

Nesse sentido, o olhar sobre as mulheres, naquele momento, focava em uma configuração de mulher específica: anglo-europeia, branca, de classe média. Nesse ponto, os esforços de compreensão sobre a categoria “mulher” — a partir dessa mulher específica, universalizada e invariável — deixava de perceber e articular epistemológica e analiticamente a existência concreta de mulheres de diversas outras origens geográficas, étnico-raciais e econômicas, as diversas mulheres negras, latino-americanas, indígenas, africanas e asiáticas; as mulheres lésbicas e bissexuais; mulheres trabalhadoras, camponesas; etc. Toda essa gama

de mulheres e suas diversas atividades e posições sociais já denotavam que uma perspectiva universalista e substancializadora não seria capaz de dar conta da multiplicidade de realidades e experiências que envolviam o sujeito social “mulher” (PISCITELLI in ALGRANTI, 2002; MARIANO, 2005).

É nesse sentido que pensar a categoria “mulher” de modo universalizado — enquanto identidade e representação única de todas as mulheres — esbarrava em uma questão tanto política quanto linguística: a questão da representação (BUTLER, 2003). Tem-se aí um ponto de entrave. Por um lado, um sujeito prévio, corporificado, já dado, tomado como único e universal, por isso mesmo incapaz de representar a multiplicidade de existências e realidades empíricas relativas às mulheres. Por outro, o discurso tomado como representação de um sujeito infalivelmente dado antes do próprio discurso que o representaria (BUTLER, 2003). Tem-se assim um amplo problema epistemológico, teórico e analítico.

Quando tecemos considerações acerca da linguagem e do discurso, na Seção 2, partimos da concepção de linguagem não como representação de uma realidade dada e “já-posta”, mas como espaço de (inter)ação entre<sup>28</sup> pessoas, que aí se constituem como sujeitos, constituindo mutuamente um ao outro, o discurso e a própria realidade (BAKHTIN, 2014 [1929]). Nessa perspectiva, o discurso não representa, mas constitui a realidade, ou dito de outra maneira, a realidade acontece no momento mesmo em que os sujeitos interagem socialmente por meio do discurso (BAKHTIN, 2014 [1929]; FOUCAULT, 2014a). Discurso é, portanto, ação (prática) de constituição da realidade, assim como sujeito é aquele que age para construí-la, portanto uma categoria que não tem existência, enquanto tal, antes (ou fora) da ação (FAIRCLOUGH, 2001). Partindo dessas concepções, a ideia de sujeito e discurso, como representação, se confronta com seus próprios limites, ao defrontar-se com sujeitos concretos que estejam para além das possibilidades de representação que o sujeito pré-discursivo e universalizado, assim como o próprio discurso “universalizante”, possam ou pretendam representar (BUTLER, 2003).

Desenvolve-se, portanto, a crítica pós-estruturalista à noção de um sujeito “já-dado”, interiorizado, apenas pinçado e externalizado no curso das relações

---

<sup>28</sup> A redundância na formulação “interação entre pessoas” é particularmente difícil de ser evitada e singularmente significativa, como modo de ratificar a concepção de que a ação (social e discursiva) se dá sempre e reiteradamente a partir da relação eu/outros.

sociais (BUTLER, 2003; MARIANO, 2005). A subjetividade não é, nessa perspectiva, uma essência interior e substancial, ela se constitui junto com o próprio sujeito, no momento em que este interage com o mundo (BUTLER, 2003). Não havendo uma subjetividade pronta e prévia à linguagem, há processos subjetivos que se dão e se verificam na materialidade discursiva mobilizada pela prática, pela ação. Entende-se, nesse sentido, que no momento em que age, o sujeito constitui a si mesmo e ao outro (corporal, discursiva e subjetivamente), constroi o discurso e a própria ação, pondo em perspectiva todas essas dimensões que lhes são constitutivas e, por ele, constituídas. O sujeito se materializa e se faz presente na e durante a ação, o que (re)quer o ato de pensar a própria ação. De acordo com essa óptica, se o sujeito se constitui na ação, na interação, ele se constitui no diálogo com o mundo, no momento em que o mundo histórico e social o interpela, o toca, o questiona, o (re)quer (FAIRCLOUGH, 2001; GIDDENS, 1991; 2003; BAKHTIN, 2014 [1929]; FOUCAULT, 2014a). Essa concepção dialoga com uma mudança epistemológica em relação ao sujeito, abrindo-se a possibilidade teórico-analítica de...

(...) conceber o sujeito social e as relações da subjetividade com a socialidade de uma outra forma: um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos lingüísticos [sic] e representações culturais; um sujeito “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único<sup>29</sup>, e contraditório em vez de simplesmente dividido<sup>30</sup>. (LAURETIS in HOLLANDA, 1994, p. 208)

Desse modo, se redimensiona a noção de gênero observando-se aspectos que lhe constitui não de modo restrito ao biológico e ao corporal, mas situando o próprio corporal em meio às relações (inter)subjetivas e sociais. E, de acordo com o que vimos, essas relações se dão na (inter)ação social mediada pela linguagem, ou pela linguagem materializada no discurso, onde os sujeitos agem para construir-se subjetiva e socialmente.

<sup>29</sup> Temos já aí uma angulação em relação ao sujeito ontológico uno, único e estável, desenvolvida por pesquisadores/as pós-estruturalistas.

<sup>30</sup> Junto com a crítica ao sujeito ontológico, questiona-se também a concepção psicanalista (lacaniana) do sujeito cindido entre “espaços” dicotômicos — o consciente e o inconsciente, o mundo exterior e o mundo interior.

Nessa perspectiva, a filósofa estadunidense Judith Butler tece uma crítica à noção ontológica de gênero postulada na segunda metade do século XX, analisando sua concepção por teóricas do gênero, algumas das quais vinculadas ao pensamento psicanalítico — freudiano ou lacaniano (BUTLER, 2003). Ao considerar o gênero, Butler (2002; 2003) repensa a relação deste com o corpo. Refutando a concepção de que a construção social do gênero se dá a partir das diferenças sexuais/corporais entre homens e mulheres, a autora compreende que o corpo é socialmente significado por meio da linguagem e tomado como anterior, ou prévio, à própria linguagem que o significa. Assim, o próprio ato linguístico de significar o corpo produz o corpo como efeito dessa significação. Partindo-se do princípio de que o signo não se traduz em mera representação da realidade — mas promove a (inter)ação de sujeitos que a constituem —, a linguagem não representaria um corpo que lhe seja prévio, mas produziria o corpo através dos significados a ele atribuídos. Ou dito de outro modo, nessa concepção, a linguagem não reproduz mimeticamente um corpo anterior ao discurso — ou pré-discursivo —, mas o produz por meio de atos performativos.

Nessa perspectiva, Butler (2002; 2003) considera não que o gênero seja construído a partir do corpo, mas que tanto corpo quanto gênero sejam produções, contínuas e performáticas, realizadas por meio de atos de significação. A autora rejeita, assim, a distinção entre sexo e gênero e a noção de gênero como “interpretação cultural do sexo” — ou seja, do corpo sexuado, enquanto base material (MARIANO, 2005). Nesse sentido, são questionadas as próprias distinções dualistas que vinham compondo o pensamento feminista sobre gênero, como natureza/cultura, sexo/gênero, homem/mulher. As proposições da pesquisadora traziam uma nova inflexão sobre as concepções de gênero, uma vez que não o considera como atributo substantivo inerente a corpos masculinos e femininos, ou como uma identidade categorizável em expressões próprias (e prévias) a cada corpo sexuado. Para a autora, essas expressões seriam o efeito substantivo de uma repetição estilizada do corpo — previamente concebido por “práticas reguladoras da coerência do gênero” (BUTLER, 2003, p. 48).

Para pensarmos concretamente, podemos logicamente compreender que o uso de um tipo de roupa, a preferência por certas coisas e não outras, os gestos, a escolha de um certo conjunto de palavras, as habilidades e os interesses



esportivos e artísticos, etc, não são aspectos determinados pelo corpo sexuado feminino, por exemplo. Não há uma determinação que emane biologicamente do corpo e defina a cor ou o corte das roupas e adereços que uma pessoa poderá usar, assim como não o há para atividades e comportamentos, conforme sinalizamos já no início dessa terceira seção. Esses elementos, no entanto, na medida em que são definidos, repetidos e interpretados socialmente como femininos produzem o que uma pessoa precisaria ter para ser identificada como sendo do sexo e do gênero feminino. A identidade “mulher”, desse modo, não seria algo já dado a cada pessoa que possui um corpo feminino — e a todas elas — mas seria performativamente constituída pela repetição e estilização de aspectos estabelecidos e interpretados como femininos. Nesse sentido, para a autora, “o ‘ser’ de um gênero é um efeito” (BUTLER, 2003, p. 57, *italico da autora*) e não uma substância. Além disso, esses atos performatizados, com o corpo e com o discurso, se realizariam em meio a eventos de interação, que envolvem relações discursivas, sociais e políticas, tocando as pessoas não apenas em relação ao corpo de gênero, mas, simultaneamente, ao corpo de raça, de etnia, de classe, de idade, etc, se podemos assim dizer. Não haveria, desse modo, uma identidade subjetivamente pronta (junto com o corpo), sobre a qual se construiria uma identidade de gênero. Isso porque as identidades seriam múltiplas, multifacetadas e dinâmicas, constituídas por gênero, classe, raça, etnia, faixa etária, etc. É nesse sentido que, “na perspectiva de Butler, gênero poderia ser considerado como um ‘ato’ intencional e, ao mesmo tempo, ‘performático’ no sentido de construção dramática e contingente de significado (PISCITELLI in ALGRANTI, 2002, p. 16).

Sob essa perspectiva, o gênero não se manifesta, necessariamente, em marcas corporais, pois não haveria atributos específicos imanentes a um corpo e a um gênero. Os “atributos corporais” vinculáveis a um gênero seriam efeito de interpretações que diferenciam os sujeitos e marcam suas posições sociais e as relações destas com as hierarquias e o poder, tanto no que diz respeito ao sexo e ao gênero, como no que se refere à interseção destes com outras posições sociais, de classe, de raça, de etnia, etc. Esses atributos seriam, nesse sentido, marcas não do corpo ou do gênero, mas dos sistemas culturais que os produzem. Analisando a concepção butleriana no conjunto das concepções sobre gênero — produzidas a partir da década de 1990 —, Mariano (2008) considera que para a

filósofa estadunidense “é o discurso cultural hegemônico que normatiza as estruturas binárias de sexo e gênero, estabelecendo limites para as possibilidades de configurações do gênero na cultura” (MARIANO, 2005, p. 492). Mariano (2005) analisa ainda que, para as formulações butlerianas, o fato de os sistemas culturais (e suas relações de poder) fixarem a “dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas” (MARIANO, 2005, p. 492).

Nesse sentido, sistemas culturais produziram não só o gênero binário, mas certa coerência de gênero firmada por meio de um “acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais” (BUTLER, 2003, p. 199). Tal coerência definiria os limites do gênero socialmente inteligível, em corpos que respondam ou não — e em maior ou menor grau — às normas de gênero produzidas e performadas por meio do discurso, através do qual a própria “inteligibilidade é insistentemente criada e contestada” (BUTLER, 2003, p. 208). Sob essa perspectiva, as pessoas estilizariam o corpo (e uma identidade generificada) por meio de atos performáticos, ou, dito de outro modo, por meio de uma “prática significante”, de “atos disseminados e corriqueiros da vida lingüística [sic]”, que produziram “sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso marcado por regras” (BUTLER, 2003, p. 208). No entanto, a linguagem é considerada um conjunto aberto de signos, ou seja, uma possibilidade permanente de múltiplas e imprevisíveis significações. Por outro lado, vimos com Scott (1995) que as categorias do gênero (homem e mulher) podem ser consideradas como categorias “vazias e transbordantes”, assim como o próprio signo (BENVENISTE, 1976; 1999; BAKHTIN, 2014 [1929]). Diante dessas compreensões, poderíamos então nos indagar acerca da possibilidade discursiva de, ao se produzir coerências de gênero, produzir-se também a possibilidade de não-coerências e ao se produzir corpos inteligíveis, produzir-se, em sua companhia, corpos mais, menos ou não inteligíveis.

### 3.3 Gênero: processo reflexivo?

As concepções sobre gênero, aqui dialogadas, nos lançam a perspectiva reflexiva de pensar analiticamente os modos pelos quais as pessoas

compreendem, em sua vida cotidiana, sua relação consigo mesmas enquanto sujeitos generificados. Nesse sentido, como as pessoas compreendem, em sua experiência concreta, os processos de constituição de uma identidade atravessada pela categoria social de gênero e pelos discursos que a constituem?

No espaço teórico aqui percorrido — tanto em relação à linguagem e ao discurso, quanto em relação ao gênero e à mulher —, temos um sujeito que não pré-existe em essência, porque não corresponde a um modelo de pessoa substantiva e imanente, definida antes de si mesma por regras e categorizações universalizantes. Temos, contudo, um sujeito que age em relação a si, aos outros, ao mundo social e histórico através de práticas sociais e discursivas se constituindo nesse, com esse e durante esse conjunto de relações. Portanto, dizer que o sujeito é constituído na (inter)ação com o mundo, não equivale a afirmar que tal constituição seja determinada pelas regras que o significam e o interpretam. Corresponde a dizer que a interação social e discursiva gera efeitos (sociais e discursivos) constantemente (re)significados e (re)interpretados pelos sujeitos em processo ativo de identificação por meio do discurso (BUTLER, 2003). Nesse sentido, Scott (1998) reitera que o discurso é um “instrumento de organização do mundo”, assim seu poder constitutivo vai para além da mera constatação de uma realidade corporal, construindo os possíveis sentidos desta realidade. Louro (in LOURO, 2000, p. 09), à sua vez, argumenta:

É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe, etc). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades.

Nesse modo de compreensão, a identidade social — ou antes, as identidades sociais — se constituem junto com o próprio sujeito, aí incluindo o corpo e o gênero em suas experiências e contextos singulares. Experiências concretas, como veremos na Seção 4, apontam para a compreensão de que os aspectos que pretendem caracterizar socialmente o gênero na identidade social de

mulher não são vivenciados por todas as pessoas de uma única maneira, mas de modos múltiplos e distintos.

Para além do e em consonância ao que as perspectivas teóricas aqui relacionadas percebem e analisam, as diversas estruturas e convenções sociais mobilizam cotidianamente diversas “expressões” do que é “ser mulher”. Tanto a teoria quanto a realidade empírica, por sua vez, atestam o fato de que algumas dessas “expressões” são socialmente legitimadas e prestigiadas enquanto outras são refutadas, combatidas e silenciadas por meio do discurso (JESUS, 2010; BENTO in COLLING, 2011; CAVALCANTI, 2016). No contexto histórico atual, as identidades relacionadas à categoria de gênero vêm sendo vivenciadas de modo diverso, se reconfigurando e se reestruturando contiguamente com um processo de reconfiguração e reestruturação de discursos. Assim, a categoria de gênero e a identidade social de “mulher” vêm sendo vivenciadas, no cotidiano, como espaços de muitas possibilidades para além das normas e discursos socialmente dominantes (MARIANO, 2005; LIVIA, HALL in OSTERMANN, FONTANA, 2010).

No entanto, com base na compreensão do gênero, não como constatação de diferenças entre sujeitos fixos e anteriores à ação, mas como efeito da ação, das práticas sociais e do discurso, é possível observar concretamente que uma suposta essencialidade do gênero vem sendo (re)pensada e questionada no desenvolvimento dos processos sócio-históricos. Conjuntamente a isto, surge a possibilidade social e discursiva de observação e de enunciação de categorias existentes, mas até então não delineadas teórica e analiticamente, como as de “transgeneridade” e “cisgeneridade”. Tais categorias surgem como conceitos em construção a partir de uma perspectiva que considera a historicidade, a singularidade e a concretude das múltiplas experiências relacionadas ao gênero. Nesse ponto, cabe notar que a possibilidade de problematização para a qual essas categorias apontam ocorre de modo processual, conflituoso e contingente, uma vez que a identificação de gênero se relaciona à sua vivência singular “tal como cada pessoa a sente” (ICJ, 2007).

Nessa perspectiva, Jesus (2010, p. 23) compreende o que se denomina por identidade de gênero como “a forma pela qual os sujeitos se identificam com um gênero, nos seus mais diversos aspectos e implicações pessoais e sociais”. Transgeneridade e cisgeneridade vêm se constituindo como categorias (ou

marcadores) relacionadas aos processos de identificação de gênero, que se dão no âmbito de práticas sociais e discursivas. Para Jesus (2010) e Vergueiro (2015) as transgeneridades se relacionam a processos de identificação de pessoas que vivem seu gênero de modo inconforme ao sexo que lhes foi “atribuído” no nascimento. Assim, essa categoria se afigura por afirmar a realidade de vivências distintas e divergentes em relação ao que é socialmente considerado regular e normal no que se refere ao gênero tomado como substância fixa correspondente a um sexo. Tais divergências se expressam (subjativa e socialmente) em atitudes/comportamentos/discursos num embate entre as normas/estruturas/convenções sociais e os modos pelos quais estas atravessam as vivências concretas e singulares de cada sujeito. Desse modo, as transgeneridades — que envolvem múltiplas e distintas experiências de pessoas trans — se configuram como categoria, e enquanto tal, como elemento analítico que permite a observação concreta e concretizada de modos diversos de problematização do gênero enquanto substância.

A percepção conceitual das transgeneridades entrecorta inescapavelmente o que é considerado normal e regular, ou seja, a identificação de gênero relacionada a pessoas que se percebem no e se adéquam ao gênero que lhes foi atribuído ao nascerem, mediante o sexo (JESUS, 2010; VERGUEIRO, 2015). A apreensão desse conceito vem nomear e por em perspectiva o que era compreendido como única forma ou possibilidade de vivência do gênero, nos pondo, assim, diante da noção de cisgeneridade, como categoria e não apenas como imanência ou como substância que não se nomeia. Esse conceito remete, assim, a uma emergente compreensão de que essa forma de vivência do gênero foi histórica e socialmente definida como regra e padrão, sem margens para questionamentos, nem fora, nem dentro de seus limites. Assim, o que se conceitua hoje por cisnormatividade se refere ao conjunto de normas e padrões de gênero que estabelecem a relação direta, compulsória, universal e inquestionada entre sexo e gênero. Desse modo, a cisnormatividade é percebida como a regra abstratamente aplicável a todas as pessoas, independentemente de a relação entre sexo e gênero — singular de cada sujeito — se processar concretamente de forma mais ou menos afirmativa (JESUS, 2010; CAVALCANTI, 2016).

Vale considerarmos, aqui, que a relação compulsória entre sexo e gênero, estabelecida a partir de um critério biológico, pré-define posicionamentos sociais para os sujeitos, instaurando um status jurídico generificado com e para o qual as pessoas são compelidas a situar-se no mundo, antes de sua constituição e percepção biopsicossocial de si mesmas. Nessa perspectiva, as identidades “homem” e “mulher” estão definidas a partir do critério da adequação biológica (prévia e compulsória) que gera um efeito de consonância jurídica, sem a qual o sujeito não adquire legitimidade social, ou, com base nela, adquire maior ou menor grau de validação social. Esse status jurídico valida não só a equivalência binária da relação de gênero (homem/mulher – masculino/feminino), mas também a hierarquia no interior dessa relação, na qual os status “homem” e “mulher” são social e politicamente valorados, (re)conhecidos e legitimados de modo desigual (SCOTT, 2008; BUTLER, 2002; 2003).

Considerando a categoria “mulher”, numa perspectiva cisnormativa, ela se afiguraria como uma identidade fixa, a ser vivenciada do mesmo modo apenas e por todas as pessoas que ao nascerem são designadas como mulheres e, desse modo, jurídica e socialmente validadas enquanto tal. No entanto, é empiricamente observável que há diversas formas de vivenciar a experiência concreta de ser mulher — como veremos na Seção 4 — e que nem todas elas correspondem de modo inequívoco aos padrões socialmente definidos e aceitos como femininos. As noções de transgeneridade e de cisgeneridade vêm evidenciar que essas diversas formas de vivenciar a identidade “mulher” não são necessária e invariavelmente condizentes com as normas, padrões e critérios socialmente aplicados ao gênero. Nesse ponto, não é supérfluo considerar que tais categorias — enquanto tal — se constituem como modos discursivos e sociais de compreensão de fenômenos relacionados ao gênero e não como essências do gênero. Assim, entendemos que transgeneridade e cisgeneridade se configuram como processos incessantes de identificação e não como uma identidade ontologizada que abrigue, em si mesma, traços e atributos exclusivamente característicos e substancializadores.

Nessa perspectiva e no âmbito do fenômeno em análise, vale nos questionar acerca dos modos pelos quais as mulheres percebem a constituição (subjetiva e social) da identidade de “mulher” na categoria de cisgênera. Diferentemente de mulheres trans, as pessoas que podem ser categorizadas como mulheres cis se

encontrariam, a princípio, num espaço de adequação aos aspectos corporais, subjetivos e comportamentais definidos como femininos. Desse modo, estando em conformidade com o que se demanda biológica, social e juridicamente das pessoas consideradas mulheres, seria de se esperar que elas contassem com a aprovação e o reconhecimento de sua identidade tanto do ponto de vista pessoal e subjetivo, como do ponto de vista social, cultural, político, etc. No entanto, uma mirada sob a perspectiva histórica, antropológica ou psicológica para a constituição do feminino, demonstra algo diverso disto, como vimos observando desde o início desta seção.

Diante de todos esses aspectos, é que indagamos uma pretendida uniformidade de atributos e comportamentos relacionados às mulheres localizáveis na categoria cisgênera. Todas as mulheres cisgêneras vivenciam a chamada “feminilidade” de um modo único ou semelhante? A suposta adequação de uma mulher a essa identidade é capaz de aí fixá-la sem que a mesma perceba o que aí a situa? As mulheres cisgêneras consideram natural sua identidade de mulher ou percebem elementos sócio-culturais a ela vinculados? É possível a uma mulher cis perceber processos e elementos vinculados à constituição social da identidade “mulher”, apesar de sua pressuposta conformação às normas do gênero? Como, ou de que maneiras, o discurso participa dessa constituição e dessa percepção? De que formas e através de que elementos a mulher cisgênera apresenta e se relaciona discursivamente com a identidade social de “mulher”? Essas indagações remetem à vivência singular e concreta de mulheres cis, relatadas em seu discurso, como poderemos ver no trajeto textual que nos leva à próxima seção.

#### 4. MULHER, CISGENERIDADE E DISCURSO: UMA POSSIBILIDADE CRÍTICA DE ANÁLISE

Na Seção 1 desta dissertação, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para abordar o fenômeno em análise. Além das concepções teóricas que buscamos compreender e fazer dialogar na Seção 2 e na Seção 3, dispomos agora do discurso de mulheres cisgêneras sobre modos pelos quais compreendem sua identidade. Diante desse conjunto, passamos ao movimento analítico a que nos propomos, lembrando nosso objetivo geral de “investigar como a mulher cisgênero percebe discursivamente a construção de sua identidade social de mulher”.

Compreendemos, de acordo com as propostas teóricas discutidas, que a identidade se constitui como um processo — realizável na interação das pessoas consigo mesmas, com os outros e com o mundo. Esse processo é, portanto, socialmente ativo e se dá por meio de práticas sociais e discursivas. Nessa perspectiva, o discurso é aqui nosso foco de análise. Este, por sua vez, constituído por sujeitos interpelados por processos ideológicos que permeiam as práticas sociais e o próprio discurso. Pontuamos assim, que na perspectiva teórico-analítica que aqui compartilhamos, esses sujeitos são potencialmente capazes de refletir acerca desses processos (identitários e ideológicos) produzindo-os, reproduzindo-os ou transformando-os, enquanto agentes reflexivos.

Desse modo, tendo o discurso como nosso ponto de investigação, cabe-nos então delimitar as categorias/tópicos de análise através dos quais abordaremos os relatos de mulheres cisgêneras sobre sua identidade. Nesse intuito, passemos ao primeiro tópico desta seção.

##### 4.1 Metáfora: tópico analítico a partir de uma perspectiva crítica

Antes de chegarmos às categorias linguísticas que nortearão nossa análise, relembremos os objetivos específicos estabelecidos para o nosso estudo, na Seção 1. Comprometemo-nos com três ações: analisar metáforas que possam marcar discursivamente uma possível problematização da identidade social de mulher; identificar elementos discursivos que surjam nos relatos de modo a relacionar (ou



não) a identidade “mulher” a características atribuídas à identidade de homem; reconhecer aspectos discursivos que surjam nos relatos de modo a apresentar (ou não) características atribuídas à identidade “mulher” como elementos naturalizados/essencializados ou problematizados. Na primeira das três ações, já temos uma categoria para a análise linguística previamente estabelecida, a metáfora. Para as outras duas ações, deixemos que o próprio discurso nos mostre, antes, as categorias que utiliza, para que possamos, então, abordá-las analiticamente.

Nesse momento, temos a metáfora como categoria analítica pré-definida. Para compreendê-la enquanto tal, notemos antes, que Fairclough (2001) propõe uma análise textual capaz de possibilitar compreensões acerca dos modos de construção de identidades sociais, relações sociais e conhecimentos, por meio do discurso. Para tanto, o linguista inglês marca quatro categorias analíticas, a saber: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Em termos de vocabulário, ele propõe três tópicos analíticos: o significado de palavras, a criação de palavras e a metáfora. Sendo esta última o nosso tópico inicial de análise, a abordaremos, de início, demorando um tanto mais em torno dela. Em relação às demais categorias (e tópicos), nos referiremos a elas no curso das análises, na medida em que figurarem como elementos significativos para a compreensão do fenômeno em análise.

Filiado teoricamente aos estudos de Lakoff e Johnson (2002) a respeito das metáforas e de suas funções na vida cotidiana, Fairclough (2001) as compreende como modos de construção e uso linguístico, que não estão restritos ao campo retórico e literário, mas que “penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os tipos de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 241, *itálicos meus*). Dessa forma, para o autor:

Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 241)

Partindo dessa perspectiva para compreender a metáfora como categoria linguística de análise, recorreremos às próprias formulações de Lakoff e Johnson

(2002). Para os pesquisadores estadunidenses, a metáfora não é apenas um recurso da linguagem poética, como ela é comumente compreendida. Nesse sentido usual, a metáfora é tomada como um elemento retórico restrito à palavra, em seu sentido literário, ficando fora do campo do pensamento e da ação. Em suas pesquisas, no entanto, os estudiosos descobriram que os sistemas conceituais que organizam e estruturam nosso pensamento e nossas ações cotidianas estão formulados em termos metafóricos, ou seja, se organizam de modo que nos levam a “compreender e experienciar uma coisa em termos de outra” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 48, *itálicos dos autores*). Nesse sentido, os conceitos que norteiam nosso pensamento e nossas ações influenciam fortemente o que percebemos e o modo como percebemos e agimos em relação ao mundo à nossa volta. Como os conceitos que temos sobre os eventos, práticas, ideias, sentimentos e ações estão, de acordo com os autores, elaborados em termos de metáfora, esta se configura como um modo de estruturação e organização de nosso sistema conceitual.

Mas nosso sistema conceitual não é algo de que normalmente temos consciência. Na maioria dos pequenos atos de nossa vida cotidiana, pensamos e agimos mais ou menos automaticamente, seguindo certas linhas de conduta, que não se deixam apreender facilmente. Um dos meios de descobri-la é considerar a linguagem. Já que a comunicação é baseada no mesmo sistema conceitual que usamos para pensar e agir, a linguagem é uma fonte de evidência importante de como é esse sistema. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 46)

Nessa perspectiva, compreendemos o mundo e agimos em relação a ele, a partir dos sistemas de conceitos que temos, sobre ele, metaforicamente estruturados e organizados. Quando dizemos que os sistemas conceituais são metaforicamente estruturados e organizados, estamos dizendo que isso acontece por meio de um recurso linguístico e discursivo singularmente refinado, que nos leva a entender uma coisa a partir de outra — como no caso, estudado pelos autores, da metáfora “discussão é guerra”. Os estudiosos pontuam, assim, que a metáfora é uma ação linguística — e também cognitiva — cotidiana, mas não trivial e que a realizamos frequentemente sem que nos apercebamos disto.

Adensando seus estudos, Lakoff e Johnson (2002) localizam e realizam formulações sobre três tipos de metáforas, a saber: metáforas estruturais, metáforas orientacionais e metáforas ontológicas. Nas metáforas estruturais, um

conceito é estruturado em termos de outro. Assim, o exemplo citado acima do conceito metaforicamente estruturado “discussão é guerra” nos leva não só a falarmos coisas que remetam às conversas e debates verbais como se fossem brigas ou lutas (e isso sem chegarmos a perceber conscientemente), mas também nos leva a agir em face de discussões verbais cotidianas (em relações familiares, de trabalho, de amizade, etc) como se estivéssemos lutando contra um inimigo. Já as metáforas orientacionais, elas não estruturam, mas organizam um sistema de conceitos em termos de ou em relação a um outro, como no caso das metáforas “feliz é para cima” e “triste é para baixo”. Assim, os sentimentos e emoções — como no caso destes exemplos — são compreendidos em termos de orientação/localização espacial, em que diferentes lugares/espços são hierarquicamente valorizados. Por fim, as metáforas ontológicas permitem compreender eventos imateriais (acontecimentos, atividades, emoções, ideias, etc) como entidades físicas ou substâncias, como no exemplo observado pelos autores, da metáfora “a mente é um objeto frágil”, o que influi no ou determina o modo como percebemos e agimos em relação à mente.

Essas compreensões sobre a metáfora — enquanto recurso linguístico de uso corrente em nossa vida cotidiana — oferecem embasamento para analisarmos as metáforas presentes nos relatos das mulheres entrevistadas a respeito de sua identidade. Assim, a metáfora é nossa primeira categoria linguística de análise. Demais aspectos são identificados e analisados à medida que surgem no discurso com base na perspectiva crítica da ACD, a que aqui nos vinculamos.

#### 4.2 Mulher e Identidade em Discurso

Tendo nossos objetivos ao norte, chegamos então, às entrevistas realizadas. Partimos de um roteiro semi-estruturado com perguntas relativas à compreensão que a mulher tem do seu gênero e a relação deste com os elementos que constituem sua vida (contexto social, religioso, familiar, afetivo, etc). O intuito foi de que as mulheres relatassem suas vivências e compreensões sobre si mesmas num espaço (da entrevista) em que pudessem falar livremente, com a possibilidade de pontuações com a entrevistadora. Assim, em nossa postura de pesquisa buscamos deixar o espaço aberto para as mulheres falarem de sua experiência, ponderando

entre a objetividade requerida ao estudo científico e a subjetividade que perfaz qualquer relação de interação entre sujeitos.

Iniciamos cada entrevista pedindo que as entrevistadas respondessem, a princípio, o questionário sócio-cultural com perguntas objetivas sobre gênero, idade, origem, raça, estado civil, etc. Com base nessas questões, realizamos as perguntas semi-estruturadas, sobre cujas respostas fomos realizando novas perguntas no sentido de aprofundar a compreensão das experiências e percepções ali compartilhadas por cada uma das mulheres cis entrevistadas.

#### 4.2.1 As compreensões básicas sobre o gênero e as metáforas

A princípio, conversar sobre gênero e sobre as próprias percepções em relação a si mesmas, enquanto mulheres, não se demonstrou como uma prática comum no dia a dia das mulheres entrevistadas. Assim, para algumas foi algo inusitado se verem perguntadas sobre essas questões. Pedimos inicialmente que as mulheres falassem um pouco sobre o porquê de terem, todas elas, respondido com a palavra “feminino” à questão “Qual o seu gênero?” (constante no questionário sócio-cultural). Vejamos algumas das respostas.

##### RELATO 1

Mulher B: ((levanta a cabeça, olha para cima, sorri levemente)) num se-i... e-u entendo como feminino as coisas que eu gosto... ehh... geralmente todo mundo diz neh... a cor rosa... ((rindo levemente)) de menina... eu amo essa cor e... tudo que é fe-minino... digamos assim... o que foi posto pra gente como feminino... como gostar de bonee-ca ou... ehh... vestido... essas coisas... feminino...

##### RELATO 2

Mulher C: assim... eh... de acordo com a criação na... na... como eu posso dizer... desde pequena... na concepção familiar... e tanto no colégio só existiam dois gêneros... o feminino e o masculino... então... me considero feminino...

P: o que você citaria como coisas que te fazem... se colocar=

Mulher C: [que a fem... a femin... femi-ni//eita o nome não vai sair...

P: feminilidade?

Mulher C: isso... feminilidade... eh... eh... a vaidade... eh... gostar das coisas mais femininas... apesar de que eu tenho um pouco da//maioria... coisas masculinas... que eu gosto... mas eh... acho que a feminilidade em si... ((balançando a cabeça e os ombros)) não sei...

P: sendo feminina... como você coloca... não te impede de ter ou de gostar de coisas=

Mulher C: [não... não tenho essa... essa limitação... eu gosto de qualquer coisa que me sinta bem... se for feminino ou não... ((balança a cabeça))... não influencia...

##### RELATO 3

Mulher D: primeiro... pelaa... ehh... me compreendo como uma mulher neh... me vejo como uma mulher... me sinto como uma mulher... ((movimenta as duas mãos em frente ao seu rosto)) dentre as minhas características fenotípicas... até pela minha//e... eh... outras questões neh... não só aqui//aquilo que eu exter//ehh... externalizo... mais... é aquilo que eu sinto... o que eu desejo... então... eu... eh... e também num é aquilo que a sociedade coloca... do que é ser mulher... do que é ser o feminino... e do que... e do que... isso é colocado... eu me vejo nessa... ehh... nessas características...

RELATO 4

Mulher I: como assim? porquêêê... assim... ((olha pra baixo, ri levemente))... é difícil essa pergunta... essa resposta... assim... eu nasci neh... como menina... eh... me comporto como mulher... me considero uma mulher... eh... feminina... ligada a tudo que diz respeito a moda... cabelo... maquiagem essas coisas que eu adoro... me considero... como diz na... na... na música... uma mulher feminina...

Vemos aqui que a postura de surpresa em relação à pergunta sobre por que se compreendem no feminino foi demonstrada no discurso em traços e atitudes linguisticamente marcadas. As mulheres demonstraram estarem ali, naquele momento, articulando suas próprias compreensões em relação ao seu gênero. Nesse aspecto, os relatos trazem traços relacionados à produção linguística, como extensões de som, hesitações/interrupções na fala, repetições, interrogações (diretas e indiretas), negações, pausas frequentes. Esses elementos apontam para a tentativa de articulação não só da produção acústica da fala, mas, junto com ela, da elaboração do conteúdo pensado no momento da fala, assim como dos sentidos que fala e conteúdo evocam, ou seja, no momento em que fala de si o sujeito articula o próprio discurso sobre si.

Nessa pergunta inicial, deparamos nos relatos acima com quatro percepções distintas e, em certa medida, dialogantes sobre a identificação das mulheres em seu gênero. No primeiro relato apresentado, a mulher começa dizendo não saber porque se compreende no feminino, mas vai articulando sua própria compreensão na identidade de mulher, a partir de elementos da realidade material ditos femininos. Assim, se manifesta uma percepção de que esses elementos são definidos como femininos através do discurso (“geralmente todo mundo diz neh... a cor rosa”) e socialmente realizados enquanto tal, por meio de práticas sociais e discursivas. O gênero é, assim, percebido em termos do que é socialmente/discursivamente posto como feminino (“gostar de bonee-ca ou... ehh... vesti-do... essas coisas... feminino...”). Essa percepção se formula no discurso da mulher de modo a aglutinar o vocábulo “feminino” aos sentidos anteriormente evocados, dispensando o uso de elementos coesivos, e assim estabelecendo uma coerência não marcada textualmente, mas subentendida numa relação de sentido que vincula diretamente os signos sociais (e linguísticos) “bonee-ca”, “vesti-do”, “essas coisas” e “feminino”. Nessa percepção não é explicitado, a princípio, por quem ou por que instâncias “essas coisas” seriam postas, ditas, significadas,

reconhecidas ou validadas como femininas, o que é notado pelo uso da expressão abrangente e indefinida “todo mundo diz”.

No relato seguinte, a mulher inicia numa postura de hesitação, mas vai relacionando a sua percepção do gênero a duas instituições sociais: a família e a escola. A família conceberia e criaria (“desde pequena”) a pessoa no feminino ou no masculino, o que se estenderia à escola onde também “só existiam dois gêneros”. No entanto, essa percepção não impede a mulher de se ver entre as duas possibilidades apresentadas pelas instituições de onde ela vem. Há uma compreensão de si no gênero feminino, ao mesmo tempo em que a mulher percebe que gosta — ou se vincula de algum modo — a coisas consideradas masculinas. Assim, ao formular discursivamente sua relação com a feminilidade em “eh... eh... a vaidade... eh... gostar das coisas mais femininas... apesar de que eu tenho um pouco da//maioria... coisas masculinas... que eu gosto...”, a mulher se refere a “coisas mais femininas”, o que evoca, em contraparte, a possibilidade significativa de coisas mais ou menos femininas, ou de coisas femininas em diferentes níveis. À oração “gostar das coisas mais femininas” segue-se uma relação coesiva, por meio da conjunção “apesar de”, que aí articula um sentido de oposição, ao tempo em que associa, numa mesma identificação, “coisas mais femininas” e “coisas masculinas”. Nesse aspecto, a relação coesiva de oposição remete a uma percepção de feminilidade, que na constituição de uma coerência discursiva não exclui dessa identificação coisas e elementos considerados masculinos, mas, antes, os envolve e abarca, extrapolando e (re)modulando o próprio sentido de oposição entre masculino e feminino. Desse modo, observamos aqui a coesão, como propôs Fairclough (2001), como categoria analítica, por meio da qual podemos perceber a combinação (e o conflito) de elementos conceituais, identitários e textuais.

No terceiro relato, a mulher diz se compreender, se ver, se sentir como mulher por aquilo que manifesta em suas “características fenotípicas”. Essa percepção apresenta um conceito da biologia relacionado à evidência/manifestação de caracteres genotípicos<sup>31</sup>. Evocando um conceito próprio de sua área de

---

<sup>31</sup> Segundo Hartl (2008), os conceitos de genótipo e fenótipo remetem à noção de gene como entidade física que influencia os caracteres hereditários de um indivíduo. Através do processo reprodutivo, tais caracteres são transmitidos da genitora e do genitor para os filhos. Definido assim o gene, o autor compreende genótipo como o “conjunto de genes presente em um indivíduo” (HARTL, 2008, p. 02), que ao interagir com o

formação/atuação, o sujeito elabora sua argumentação, a partir de um sistema de conhecimento específico no âmbito das ciências da vida. No desenvolvimento da argumentação, tal conceito vai sendo posto em relação com outros sistemas de conhecimento, se podemos assim dizer, no âmbito psíquico/psicanalítico (“aquilo que eu sinto... o que eu desejo”), cultural/social (“e também num é aquilo que a sociedade coloca”) e ideológico/discursivo (“do que é ser mulher... do que é ser o feminino... e do que... e do que... isso é colocado”). Desse modo, a partir de um sistema de conhecimento específico, o discurso mobiliza elementos que apontam uma compreensão do gênero para além do que é externalizado biologicamente no ambiente. Nesse sentido, evoca e relaciona aspectos biológicos com aspectos subjetivos como sentimentos e desejos, com base na percepção de que eles não coincidem necessariamente com o que a “sociedade coloca” em relação ao que é “ser mulher” e “ser feminino”, em última instância, em relação às normas e convenções acerca do gênero e à identidade social de “mulher”.

No último dos quatro relatos, a mulher questiona (“como assim?”) o questionamento sobre sua compreensão do gênero. Apontando para uma dificuldade com a pergunta e com a resposta, ela vincula sua própria compreensão enquanto mulher ao fato de ter nascido “como menina” e se comportar “como mulher”, ou seja, de estar ajustada à norma que a vincula socialmente a essa identidade. Observamos que o vocábulo (advérbio) “como” remete tanto a uma “noção de estado/condição” (na forma de menina), quanto a uma “noção de modo” (à maneira de mulher). Ao observar aqui o uso do vocábulo “como” reportamos ao “significado das palavras” enquanto tópico analítico na categoria “vocabulário”, como propõe Fairclough (2001) alertando que “a relação das palavras com o significado é de muitos-para-um e não de um-para-um” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230). Ao mesmo tempo, uma vez que assume a classe de advérbio, o vocábulo pode ser analisado também na categoria “gramática”, uma vez que o advérbio “como”, abarcando aqui diferentes possibilidades de sentido, estabelece diferentes relações entre os termos que encadeia sintaticamente. No caso presente, a

---

ambiente se manifesta em características físicas observáveis, ou em outras palavras, no fenótipo. Desse modo, o fenótipo se constitui como a manifestação física resultante da interação do genótipo com o ambiente (HARTL, 2008; WOLPERT et alii, 2008). Nesse sentido, Hartl (2008, p. 02) afirma que “existe uma distinção fundamental entre genótipo e fenótipo pois, em geral, não existe uma correspondência um-para-um entre os genes e os caracteres” e “grande parte dos caracteres também é influenciada em maior ou menor grau pelo ambiente”.

escolha e o uso desse vocábulo (advérbio) e de seus possíveis significados remetem à compreensão de que há um modo de nascer para o qual corresponderia “naturalmente” um modo de se comportar. Tais modos expressariam um estado prévio ao próprio sujeito que atrelaria ou condicionaria a relação da pessoa com aspectos culturalmente sistematizados (como moda, cabelo, maquiagem) aos quais ela mesma passa discursivamente a se vincular (“coisas que eu adoro”). O vínculo entre os aspectos biológicos (de nascimento) e os aspectos culturais e psicossociais (de comportamento) aponta para uma compreensão do mesmo como algo prévio e natural, levando a mulher a considerar-se mulher e a estranhar uma pergunta sobre isso que seria naturalmente evidente. Ora, se o vínculo é prévio e natural, ele seria único e inquestionável. No entanto, ela não apenas se percebe na identidade de mulher, mas se considera também uma “mulher feminina”. Paradoxalmente, a noção de “mulher feminina” remete, em contraparte, à possibilidade social e linguística de outros modos ou outras maneiras de ser mulher, diferentes daquela com a qual a entrevistada se identifica, como por exemplo, uma mulher não feminina, ou uma mulher muito/pouco feminina, ou ainda uma mulher masculina.

Diante dessas quatro respostas apresentadas, podemos considerar — no conjunto das entrevistas —, quatro modos de compreensão do gênero, que as mulheres cisgênero entrevistadas atribuem discursivamente a si mesmas, conforme sintetizamos abaixo:

- a) Gênero compreendido a partir do que é definido e performatizado no discurso e nas práticas sociais.
- b) Gênero compreendido a partir de localizações institucionalizadas em duas alternativas pré-definidas (homem e mulher), mas com possibilidades de algumas formas de “intercâmbio”.
- c) Gênero compreendido em meio a uma relação do sujeito com aspectos internos e externos, nos quais perpassam elementos biológicos, ambientais, emocionais e sociais.
- d) Gênero compreendido a partir de uma definição prévia, em que o mesmo é estabelecido no momento do nascimento e define ou condiciona o comportamento (psicossocial) do sujeito.



No conjunto dos relatos apresentados, encontramos esses quatro modos de compreensão do gênero por mulheres cisgênero, os quais consideramos modos básicos, não estanques e não excludentes em si mesmos. No exame dos demais relatos, podemos observar que esses modos básicos de compreensão podem fundamentar — e deles podem derivar — outras formas de compreensão do gênero. Os relatos seguintes demonstram que esses quatro modos de compreensão podem — de formas distintas — se agrupar, se adensar ou se condensar em um único sujeito.

RELATO 5

Mulher A: a construção... do que dizem ser mulher... eee... da caixinha que a gente tem... de menino e de menina... eee... o dia a dia... da gente... como mulher...

P: esse dia a dia... o quê que faz parte desse dia a dia de ser mulher?

Mulher A: acho quee... a roupa que a gente veste... o que a gente fala... o que a gente pensa... o que a gente passa... o que a gente vê a outra mulher passando... o que a gente consegue enxergar... eh... sendo dentro da caixinha... até fora da caixinha... na desconstrução neh... e tudo isso influencia... o que a gente constrói pra o que a gente sente ser mulher...

P: essa construção e essa desconstrução que você colocou... como isso se processa... em algo específico no dia a dia?

Mulher A: bom... quando eu jogo futebol com menino... isso é desconstruir o que eu sou de mulher... mas eu e eles tivemos que desconstruir isso... pra que... eles entendessem e eu entendesse que fazer uma coisa que... numa caixinha que tecnicamente... socialmente é de menino... não vai me fazer ser menos ou mais mulher... apenas é o que eu sou... eu também jogo... é só um acréscimo... um hobby digamos assim...

Temos aqui uma compreensão do gênero como uma construção social estabelecida no discurso (“a construção... do que dizem ser mulher”) e performatizada em signos. Tais signos se constituem, ao mesmo tempo, como elaborações linguísticas, discursivas e sociais (“a roupa que a gente veste... o que a gente fala... o que a gente pensa... o que a gente passa... o que a gente vê a outra mulher passando”). Do ponto de vista discursivo, eles são produzidos pelos sujeitos, relacionando-os aos demais aspectos que os constituem e, assim, influenciando a mencionada “construção” do próprio sentimento de “ser mulher”.

Refletimos aqui, a partir das formulações de Lakoff e Johnson (2002), que a noção de “construção do gênero” pode ser compreendida enquanto metáfora ontológica, que possibilita a percepção da experiência imaterial do gênero como uma entidade substancializada, ontologizada e materialmente “construída”. O gênero (imaterial) é, nessa perspectiva, percebido como algo construído a partir de elementos materiais (as roupas que se veste, o que se fala, o hobby que se escolhe), ou, dito de outro modo, aquilo que é construído ganha existência material enquanto entidade a partir do próprio ato/processo de construção, que se dá

(também) via discurso. Em termos de metáfora, estamos falando de um recurso linguístico que não apenas substancializa, mas permite perceber elementos que remetem a um processo de substancialização de uma experiência imaterial, subjetiva e social. Perceber o gênero em termos de “construção” possibilita pensá-lo e agir em relação a ele de modo a não só “construí-lo” com base nos elementos que lhe são atribuídos, mas também a “desconstruí-lo”, a perceber de outros modos os elementos que o “constroem” (“quando eu jogo futebol com menino... isso é desconstruir o que eu sou de mulher... mas eu e eles tivemos que desconstruir isso...” / “não vai me fazer ser menos ou mais mulher...”). É importante notar ainda, como possibilidade metafórica, as especificidades de uma “construção” enquanto entidade material e substantiva. Conceituar o gênero como substância construída, possibilita compreendê-lo em termos de: lugar específico; espaço delimitado; conjunto de elementos organizados/articulados; projeto, processo e produto decorrentes da ação de agentes construtores.

Além dessa primeira, encontramos no relato outra metáfora ontológica, a “metáfora da caixa”. Nesse sentido, o gênero é mais uma vez percebido em termos de substancialização da experiência imaterial, e compreendido tanto como invólucro ou recipiente no qual se deposita e do qual se retira certo conteúdo, assim como espaço restrito e delimitado para mulheres e homens, e ainda como artefato ou objeto construído por agentes construtores.

Vale notar que a metáfora da caixa aparece, de outro modo, em mais um relato. Assim, vejamos:

#### RELATO 6

Mulher J: eu talvez tenha botado o feminino... mais culturalmente formado o feminino... pelo que a gente neh... eh inserido... do que mesmo... talvez meus filhos... meus netos... já tenham uma outra forma de colocar... num eh... feminino foi o... dentro desse... eu tenho cinquenta e cinco anos hoje neh... ee... como eu tava dizendo... estranhei o último (questionário) que tinha ((ruído)) seu afeto neh... assim... isso tudo começa a ser novo... neh... essa forma de você parar pra pensar de fato neh... isso é tão automático neh... gênero... neh... marque aqui... sexo... oh... tem lugar que diz até sexo neh... outras já... gênero... já amplia neh... mas assim... eu sou de uma geração que não se conversava muito... neh... com pai e mãe... a escola tratava de forma muito mais também... na hora duma aula de biologia e tudo... os filhos já vem com outras// já vieram com outras demandas neh... e hoje o universo da literatura... das redes sociais neh... dos avanços sociais neh... das brigas dos movimentos neh... todos eles... l g t b... que hoje já... que já tem... num sei... mais outras letras... cada dia vai se incorporando uma nova... neh... sigla... e tá fazendo a gente parar pra estudar ma//assim pelo menos pra dizer... eu sou ignorante nisso ainda neh... não estudei o suficiente... nem adentrei o suficiente... para hoje me sentir neh... mais especialista... ou especialista ou pelo menos com mais... neh... fundamentos sobre a questão gênero... ainda é uma caixinha preta na formação da geração da gente...

Aqui temos a metáfora da caixa, mas com uma configuração específica. Não se trata de qualquer caixa, mas de uma “caixa preta”, ou seja, de um dispositivo automático que coleta, memoriza e armazena informações do ambiente, as quais

serão acessadas apenas em casos extraordinários (de ter-se de investigar uma fatalidade, por exemplo). Conceituar o gênero em termos de “caixa preta” aponta para sua percepção como um artefato construído capaz de registrar automaticamente dados que permanecem desconhecidos, ocultos, secretos, latentes, em difícil acesso. Essa conceituação vai sendo desenvolvida ao longo do processo argumentativo, apontando para a falta de conversa/diálogo/conhecimento sobre as questões de gênero na família e na escola, sobretudo para a geração na qual a entrevistada se situa. Assim, a falta de conhecimento seria um dos fatores responsáveis pela permanência do gênero como algo automático, oculto ou latente. Essa percepção aparece textualmente tanto em “a questão gênero... ainda é uma caixinha preta”, quanto em “isso é tão automático neh... gênero”.

Em conjunto com a metáfora, podemos recorrer mais uma vez ao vocabulário como categoria de análise, singularmente no que toca ao tópico “significado das palavras”, anteriormente mencionado. Em consonância com a ideia que pode ser expressa pela “metáfora da caixa preta”, podemos notar uma escolha vocabular que remete também à noção de gênero como espaço delimitado e construído ou recipiente em que se coloca/guarda/deposita algo. A escolha e o uso das palavras “formado”, “inserido” e “dentro” criam um ambiente vocabular que ressoam para um significado comum e similar ao que se expressa na “metáfora da caixa preta”. Desse modo, a formulação do conceito de gênero enquanto dispositivo ou modelo automático aponta para sua percepção não em um único modo de compreensão, conforme sintetizado anteriormente, mas de maneira a condensar compreensões básicas. Desperta, assim, uma visão sobre o gênero que, ao percebê-lo, aciona e põe em relação as compreensões de: “localização institucionalizada” (na família, nas relações entre as gerações); noção “culturalmente formada”, com possibilidades distintas de entendimento através do discurso e do que se formula a respeito do gênero — o que é percebido, não como estanque, mas como mutável.

De modo diverso a esta percepção, o gênero pode ser compreendido, nos relatos a seguir, enquanto elemento que, definido previamente, norteia o comportamento psicossocial do sujeito, mas o põe, todavia, em relação com aspectos tanto internos quanto externos, que envolvem elementos biológicos, ambientais, emocionais e sociais.

**RELATO 7**

Mulher E: nas minhas atitudes neh... eu sou... casada... me casei... tive meu primeiro casamento neh... convivi com o pai das minhas filhas... dezesseis anos... não deu certo... separamos... casei de novo... vai fazer seis anos... são duas filhas neh... uma de vint/uma que vai fazer vinte e dois... agora para o mês em setembro... e uma de dezoito... então... eu me sinto feminina... (risos) neh...

O perceber-se feminina aqui se relaciona a uma informação prévia que norteia o comportamento (“atitudes”) do sujeito. Ao ser perguntada sobre porque identifica seu gênero como feminino, a mulher o associa ao seu estado civil e social, à sua sexualidade e ao fato de ser mãe. Retomando o “significado das palavras”, podemos perceber que ao descrever os elementos aos quais associa sua identidade, a mulher finaliza utilizando a palavra “então” em uma relação que envolve as noções de “modo”, “conclusão” e “consequência” (podendo equivaler a: assim, desse modo, dessa maneira, logo, diante disso, conseqüentemente, etc). Esses significados remetem a uma compreensão de que, se o sujeito é do sexo feminino e se vê numa relação com os elementos descritos (casamentos, convivência conjugal com homem, marido, filhas), é natural a conclusão cisnormativa de que “eu me sinto feminina”. Desse modo, os possíveis significados evocados nesse uso da palavra “então” apontam discursivamente para uma percepção naturalizada do gênero. Podemos perceber aí a suposição de e a adesão a um consenso sobre o que define o gênero: se a pessoa nasceu “mulher”, é casada com um homem, tem filhas, então isso a faria naturalmente se perceber e se sentir no gênero feminino ou se sentir mulher.

No entanto, no decorrer desse relato essa percepção naturalizada vai se investindo de outras possibilidades de percepção não totalmente refletidas/assimiladas pela mulher, como podemos ver no trecho a seguir:

RELATO 8

P: você pensa ou reflete sobre ser mulher... você se pergunta ou se perguntou o que significa pra você... ser mulher...

Mulher E: não... não... desde que eu me entendo de criança... assim... sempre tive essa visão... de mim mesmo... não me reflito... gosto ((risos)) de ser o que eu sou... difícil... mas gosto ((risos))

P: por que difícil...

Mulher E: porque enfim... mulher é um sexo mais frágil e mais forte também... neh... mulher sofre muito... neh... às vezes eu digo... Jesus... queria ter nascido homem... porque acho que eles sofrem menos... neh... eu queria ter nascido homem porque eles sofrem menos... mas fazer o quê...

P: por que você acha que homem sofre menos?

Mulher E: porque a mulher sofre com tudo... desde da... começo da sua... pré-menstruação... de... perder virgindade... e... engravidar... de ter bebê//ter filhos neh... o homem também... é um sexo assim... um sexo muito masculino... a mulher... sei lá se sente um pouco... rivalidade a ele neh... acho que eles se//é difícil...

P: você coloca que é como se tivesse uma rivalidade entre homem=

Mulher E: [eh... (balançando afirmativamente a cabeça)=

P: [e mulher por essa questão de...=

Mulher E: [eles achar que tem mais direito que as mulheres... num é... isso já vem de antigamente... então a gente se torna um pouco mais frágil... neh...

P: na sua resposta... você colocou essa questão neh... de fragilidade feminina e de força também...[

Mulher E: [uhumm (balançando afirmativamente a cabeça)

P: como você vê essa... esses dois aspectos... a fragilidade e a força... o que caracterizaria essa fragilidade... o que caracterizaria essa força...

Mulher E: no ponto de vista dos homens... neh... pra mulheres... nós temos assim... tanto os direitos... como... eh... forças também... que a gente não tem comparável ao homem... neh... então assim se você se torna assim// de espancar não... porque graças a Deus eu nunca me permitir apanhar neh... mas você se sente... você se sente assim... de sofrimento... você sofre mais neh... você... sempre sofre a mais do que o homem... porque eles sempre levantam mais a cabeça mais rápido... a mulher é mais sofrida em tudo... no amor... na convivência...

Neste trecho do relato, a mulher afirma não refletir sobre o fato de ser mulher, mantendo sobre si a mesma visão que tem “desde que se entende de criança”. No entanto, à medida que vai tecendo seus comentários sobre a questão, a mulher vai articulando compreensões sobre si e afirma gostar de ser o que é, mesmo que isso seja difícil, segundo ela. A dificuldade, porém, aparece relacionada, na sequência do discurso, a uma percepção que sinaliza um modo próprio de olhar para a mulher: “mulher é um sexo mais frágil e mais forte também”. Em termos de vocabulário, a palavra “mais” aponta para uma comparação, cujo termo a que se compara não se encontra textualmente explícito. A mulher é mais frágil do que quem? A mulher é mais forte do que quem? Essas questões vão se revelando, aos poucos, ao longo do relato, até o ponto de a mulher dizer “nós temos assim... tanto os direitos... como... eh... forças também... que a gente não tem comparável ao homem”. Realizando linguisticamente a comparação — que relata as práticas sociais por ela vivenciadas —, a mulher entende que o homem se encontra em posição de vantagem. Por outro lado, a partícula comparativa de superioridade “mais” aponta, nos dois casos, para uma comparação em que um termo não exclui, mas abarca o outro: ao mesmo tempo em que é posta discursivamente como mais frágil, a mulher é posta também como mais forte em relação ao homem.

Acompanhando as formulações da entrevistada, a mesma afirma, na sequência, que a mulher “se torna um pouco mais frágil” pelo fato de os homens acharem “que tem mais direito que as mulheres”, algo que viria desde “antigamente”, algo prévio, anterior à própria mulher que tece aqui suas considerações a respeito de si mesma. No decorrer do discurso, outras comparações são realizadas, como a de que a mulher sofre mais do que o homem. Aqui, o elemento a que se compara a mulher é não só imediatamente explícito, mas também posto como rival. Essa rivalidade envolve aspectos da vida comum, experienciada nos relacionamentos, como a possibilidade de violência, o amor, etc, nos quais a mulher se vê como “mais sofrida em tudo”. Essa percepção de sofrimento supostamente natural se adensa ao ponto de a mulher afirmar querer, em alguns momentos, ter nascido homem (“queria ter nascido homem... porque acho que eles sofrem menos... neh... eu queria ter nascido homem porque eles sofrem menos... mas fazer o quê...”). Nesse sentido, há uma percepção de que sofrer mais e sofrer menos seja algo inerente à condição de mulher ou à condição de homem, assim definidos pelo sexo com que nascem, só sendo possível à mulher sofrer menos caso tivesse nascido não na “condição” que a põe na categoria de mulher, mas sim na “condição” oposta que lhe colocaria na categoria de homem. No relato, os termos comparativos entre homem e mulher põem ambos em uma condição naturalizada e supostamente imutável definida pelo sexo de nascimento, que seria capaz de estabelecer por si só, quem sofre mais e quem sofre menos. Essas formulações discursivas apontam para a compreensão de que a discrepância entre a identidade de homem e de mulher, na vivência e nas relações (sociais e afetivas) de ambos, não deixa de ser percebida, mesmo a mulher afirmando uma compreensão naturalizada do gênero e afirmando não refletir sobre ele. Embora afirme gostar de ser mulher e naturalize a posição da mulher, o discurso marca a percepção de elementos indesejáveis como as dificuldades e os sofrimentos. Tais elementos, em comparação ao homem, remontam a uma (não refletida) percepção de si numa situação de inferioridade, a ponto de a mulher desejar ter nascido homem, “porque eles sofrem menos... mas fazer o quê”, se não nasceu homem o que caberia então ao sujeito “mulher” seria se sujeitar ao sofrimento percebido como natural para a “condição feminina”, ou para a identidade social de “mulher”. As identidades homem e mulher são assim

ideologicamente marcadas, percebidas como prévias e comparativamente distintas, em termos não permutáveis, mantendo-se uma posição de desvantagem feminina.

Em outra perspectiva, podemos observar nova compreensão sobre o gênero nos relatos a seguir.

**RELATO 9**

Mulher F: assim... se... se perguntasse se eu me sinto... homem... se eu acho que eu sou do gênero masculino... aí eu vou dizer a você que eu não... não me sinto... neh... ao mesmo tempo... eu não... eu//ah... dizendo e achando que eu sou do sexo feminino... eu também não me vejo... eh... num... em comportamentos... ou atendendo ao que... socialmente... se tá acostumado a perceber no jeito de ser... no jeito de se comportar... no jeito de falar... no jeito de... de se vestir... de tratar... mas... eu me considero do gênero feminino mesmo... nesse sentido...

P: se você pudesse citar coisas que...[

Mulher F: [faz com eu me sinta...=

P: [sim...=

Mulher F: [uma das coisas que pra mim são... interessantes... e assim... eu acho que eu ouço e eu também percebo... é o... o jeito de ser... o modo de ser... enfim... ainda tem aquela coisa de você achar assim que a mulher é mais delicada... é mais sutil... é mais sensível... ela tem uma coisa assim... eh... mais... não é nem de fragilidade... mais é de sensibilidade mesmo... de... de percepção... de intuição... de cuidado... no trato que é como se da natureza... do... do... de quem se sente homem... de quem se sente mulher... você percebe que existe um... um modo diferente de... de ser... então com todas essas categorias que eu citei... com tudo isso... eu... eu sinto que a minha forma de ser ela se enquadraria... assim... eu me sinto mais natural dizendo que eu sou... feminina... nesse modo de se... de ser de se comportar... sentir... de agir... de perceber e eh// o... o que eu conheço do ((inaudível)) masculino... eu percebo que... que essas coisas... são esses comportamentos... essas percepções... essas formas... são... são diferentes... são menos... menos delicadas... mais objetivas... mais práticas... então assim... é a percepção que eu tenho...

Este relato perpassa pelos modos de compreensão do gênero que pontuamos anteriormente. Interpelada sobre por que se compreende no gênero feminino, a mulher inicia sua resposta vislumbrando e remetendo a uma contraparte linguisticamente implícita na pergunta<sup>32</sup>. Para responder por que se percebe no feminino, ela resgata um masculino não proferido para negá-lo, mas ao negá-lo também o afirma. Assim, ela se percebe em uma relação não excludente entre masculino e feminino, em que um não só não oculta, mas pode revelar o outro. Desse modo, os elementos postos como femininos, por exemplo, estão relacionados a modos de ser, sentir e se comportar (que envolvem aspectos psicossociais), sempre em correlação com elementos considerados masculinos (feminino: “mais delicada... é mais sutil... é mais sensível” / masculino: “essas formas... são... são diferentes... são menos... menos delicadas... mais objetivas... mais práticas”).

Nesse sentido, localizamos a ocorrência de uma metáfora orientacional como aspecto discursivo, que relaciona a identidade “mulher” a características atribuídas à identidade “homem”. Como afirmam Lakoff e Johnson (2001), as

<sup>32</sup> Considerando-se o plano paradigmático da língua, o sintagma nominal “no feminino” — presente na oração “por que você se compreende no feminino?” — pode ser realizado de inúmeras maneiras, alterando-se um de seus termos. Desse modo, como sugere e evoca a entrevistada, a pergunta poderia (linguisticamente) ter sido realizada do seguinte modo: “por que você se compreende no masculino?”.

metáforas orientacionais organizam um sistema de conceitos em relação a outro. A relação entre elementos masculinos e femininos é assim percebida enquanto correlação (mais/menos), em que além da comparação evocada, um atributo como a “delicadeza”, por exemplo, é percebido em termos de quantificação e de proporção para ambos os gêneros, assumindo socialmente um sentido “para cima ou positivo” na mulher e “para baixo ou negativo” no homem. No entanto, a percepção proporcional desses atributos remete a uma compreensão de que eles não estão estanques apenas em homens ou apenas em mulheres, assim como não estão estanques no próprio sujeito que aqui se identifica como mulher. A noção de proporção remete à noção de um inteiro composto ou, de coexistência entre partes. Embora se perceba e se afirme no gênero feminino, essa mulher não se vê “atendendo ao que... socialmente... se tá acostumado a perceber no jeito de ser” tido como feminino. Desse modo, atributos — ou, como dito pela própria entrevistada, “categorias” —, como a delicadeza, a força, a praticidade, a objetividade são percebidos em termos de proporção/orientação (mais/menos - para cima/para baixo). Essas “categorias” são percebidas, como socialmente delimitadas e afastadas em homens e mulheres. No entanto, sob uma óptica pessoal e subjetiva, elas se afastam e se aproximam a ponto de o sujeito se perceber “flutuando” entre elas. Essas percepções da mulher sobre si mesma vão se apurando no discurso, conforme podemos observar no próximo relato.

#### RELATO 10

P: de acordo com isso que você citou... você pensa ou reflete sobre ser mulher? você se pergunta ou se perguntou em algum momento o que significa pra você ser mulher?

Mulher F: eh... não.. ehh... realmente assim essa reflexão... profunda... e parar... pra fazer essa reflexão... acho que eu nunca... nunca fiz... neh... o que é eu me sentir como mulher... ehh... tentando entender... ou tentando me colocar o que é que é ser mulher pra mim... porque... embora eu me veja dentro do gênero feminino... eu... eu não me percebo como... ehh... não é como se fosse o comum... no modo de ser mulher... ehh... se eu tenho feminilidade, mas não é totalmente... se eu tenho sensi//ehh... se eu tenho uma masculinidade não é totalmente... então... eu nunca me//nunca parei não... pra fazer esse mergulho de me ver como é... eu... como é que eu me sinto mulher... como é que é o ser mulher pra mim... então... essa... esse questionamento... essa reflexão... na verdade... nunca fiz... assim...

P: você colocou agora na sua fala... ehh... “se eu me sinto mulher não é totalmente”... “se eu me sinto na masculinidade também não é totalmente”... essas duas instâncias passam em você?

Mulher F: ((confirma balançando a cabeça))

P: como seria isso, assim...

Mulher F: ehh... ehh... como se eu flutuasse entre um jeito de ser e outro jeito de ser... aí... eu acho que a confusão pras pessoas mais se dá... porque existe confusão... existe os questionamentos... existe... neh... as interrogações... justamente porque eu não atendo cem por cento a um... um modo de ser... um modo de se comportar ou de se sentir... não... de sentir não... mas de ser... aos olhos... neh... nem a outro... mais aí quando você num... num... num... preenche... neh... todo aquele/tudo aquilo que se criou ((ruído))... então... ehh... aquilo gera um questionamento... uma dúvida uma interrogação... uma curiosidade... então... eu... eu sinto que eu nem me enquadro neh... no... no modo masculino... nem atendo totalmente ao que se... se... idealizou... ou... se idealizou não... mais se tem... neh... se padroniza no... feminino... então eu... eu acho que eu flutuo... assim... de uma certa forma... eee, ao mesmo tempo isso me confunde... porque quando eu sei... eh... o que é que me atrai, eu também me percebo atraindo... pessoas... do gênero masculino... aihh... isso faz com que eu... isso... isso às vezes faz com que eu me... me... me freie em alguns momentos em algumas relações... e ao mesmo tempo isso é uma curiosidade... uma curiosidade não... mas é interessante... assim... bem instigante pra mim porque... eu... assim... pra mim eu acharia que eu não... não causaria nenhum tipo de atração... nem de interesse... nem de curiosidade... eee... acho que é aí que percebo que existe uma feminilidade... que ela é diferente... porque see... assim... senão... eu acho que não causaria nenhum tipo de interesse... de expectativa...



Quando perguntada se pensa ou reflete sobre o que significa ser mulher para ela, a entrevistada diz que nunca “parou” para fazer essa reflexão “profunda”. A palavra “profunda” é usada para caracterizar o ato/processo de pensar/refletir, ou seja, a “reflexão” é investida em termos de uma substância na qual se pode “entrar”. Em princípio, essa metáfora ontológica pode remeter a várias possibilidades de significação, envolvendo a ideia de “estar em” de “fluir para”. Uma “reflexão profunda” sugere a possibilidade de se acessar diferentes níveis de reflexão e pensamento sobre ser mulher, o que, nesses sentidos, contrapõe “profundo” ao “que é raso” ou ao “que se encontra na superfície”. Na sequência do discurso da entrevistada, aparecem novas formulações relacionadas à reflexão (ou à falta dela), como em: “nunca parei não... pra fazer esse mergulho de me ver como é... eu... como é que eu me sinto mulher”; e “ehh... como se eu flutuasse entre um jeito de ser e outro jeito de ser; e ainda “então eu... eu acho que eu flutuo... assim... de uma certa forma”. Esses modos de se referir à reflexão sobre ser mulher e sobre o próprio “ser mulher” remete à compreensão dos mesmos em termos de “mergulho”. Nessa perspectiva, compreender o gênero é percebido como algo que requer ainda um contra-movimento, uma vez que seria necessário “parar” (refrear o movimento que ora se realiza; chegar a um nível zero) para assim realizar o “mergulho”, o movimento em direção ao profundo, onde se situaria a percepção do gênero<sup>33</sup>. Desse modo, o sujeito que carece de “mergulho” para compreender o gênero se vê “flutuando” numa oscilação ou — numa deriva no nível da superfície — entre um gênero e outro. Essas percepções metafóricas do gênero em termos de “mergulho”, de “profundidade” e de “flutuação” entram em consonância com o sentido orientacional pontuado em relação ao Relato 9 (dessa mesma entrevistada). Por outro lado, a noção de proporção, ali presente, também se reforça neste Relato 10, no qual são escolhidas palavras e expressões num uso que evoca a noção de integralidades e de totalidades que não chegam, todavia, a se completar (“se eu tenho feminilidade, mas não é totalmente”/ “eu não atendo cem por cento a um... um modo de ser”/ “nem atendo totalmente ao que se... se... idealizou”). Nos modos proporcionais postos nesse discurso, a percepção do

<sup>33</sup> Note-se que na “metáfora da caixa preta”, presente no RELATO 6, o gênero é também percebido como algo que se situa num nível profundo, num lugar de difícil acesso.

gênero se dá em termos de um inteiro fracionado, no qual o sujeito busca se situar, muito embora se veja ali numa deriva.

Essa compreensão segue se elaborando, no discurso, conforme podemos observar no trecho a seguir:

RELATO 11

P: você falando disso agora... você tocou também... eh... diz que se sente meio flutuando...

Mulher F: eu acho que por não atender a um padrão... nem um padrão de gene//de comportamento masculino e nem atender a um padrão de comportamento feminino... isso precisa ser cortado... a visã// eh cortado neh... quebrado... a visão.. eh eu entendo que é pra ser uma coisa assim mais sem caixinhas... neh... sem rótulos... um e outro... porque isso existe ainda... existe na nossa cultura... existe o que se espera de comportameeeento... de atitude... disso... daquilo outro... e eu não me vejo atendendo nem a um... nem a outro... também... eh... nessa questão assim de dizer que... ah eu amo ser mulher... não não amo ser mulher... eu sou o que eu sou... não tenho vontade de ser... assim... hoje em dia eu não tenho vontade de ser outra coisa... como a gente tem algumas fantasias neh... na infância... algumas coisas assim... não... mas também... não acho algo assim maraviLHOso... fanTÁstico... sabe... de se AMAR assim sendo como eh... nãoo (balançando a cabeça em gesto de negação)... de se perceber com seios... com genitália... com coisas que ehh... que não são o físico (faz um movimento de mãos de cima para baixo, no ar)... não é ISSO... no meu caso eu sinto como se fosse mais uma coisa espiritual mesmo... de sentimento... de sentir-se assim... então eu numm... fisicamente não é o invólucro que me apaixona... ee... mas eu sinto que eu sou mulher... eu sinto que eu não sou homem... eu sou... eu sou mulher...]

P: [apesar de... como você mencionou... fantasias de infância...

Mulher F: ter desejado já ser homem... de eh... criado situações em que essa fantasia... ela foi fortalecida neh... com alguns... alguns comportamentos... com uns utensílios e indumentárias... ee... viver esse momento... dessa fantasia... e isso ser muito... muito forte neh... (...) isso foi há um tempo... então assim... existia mesmo uma vontade de estar em um outro corpo... de ser um outro corpo... hoje em dia essa vontade não tem... mas ao mesmo tempo... ehh... oo corpo que se tem hoje não é algo que seja uma adoração ou amar... ah eu amo ser assim... ou eu gosto de ser exatamente assim... eu gosto de estar// de ter essas características neh... femininas... NÃO...

Embora afirme não se perceber em uma compreensão “profunda” do gênero, o discurso assinala uma percepção de ser mulher/ser homem que envolve: padrões culturalmente estabelecidos para comportamentos, atitudes e atributos definidos como masculinos ou femininos; sentimentos internos e pessoais sobre a relação entre corpo e subjetividade. Apesar de definido por regras sociais/culturais que estabelecem padrões e modos de se comportar e de agir, o gênero é percebido pelo sujeito como algo com o qual tem de oscilar, considerando as próprias divergências sinalizadas entre os padrões, as convenções (e “idealizações”) sociais e seus sentimentos pessoais. Desse modo, o sujeito não se vê identificado totalmente nem em um gênero nem em outro, mas passando, atravessando, “flutuando” entre os dois. Considerando a “metáfora ontológica do mergulho”, o gênero é não apenas substancializado, mas substancializado na forma fluida, líquida. Pensar a própria reflexão sobre o gênero em termos de mergulho permite assimilá-lo como algo fluido e correção, e assim, como algo que permite diferentes níveis de acesso, algo que tem direção de profundidade, ou, ainda, como algo (in)sondável. As percepções presentes nesse relato apontam também para a metáfora da caixa, de modo diverso do que o observado em relatos anteriores. A

“metáfora da caixa” aparece já de modo a afirmar a compreensão da entrevistada de que não há espaço delimitado e restrito para o gênero. Associada a essa metáfora, surge a “metáfora do rótulo”, que lhe é similar em termos de estruturação conceitual.

A relação da mulher com seu gênero se apresenta como algo situado em uma identidade, mas que ao mesmo tempo flui ou se move para outra, sendo assim problematizada a um ponto que a faz perceber e admitir que “existia mesmo uma vontade de estar em um outro corpo... de ser um outro corpo... hoje em dia essa vontade não tem... mas ao mesmo tempo... ehh... o corpo que se tem hoje não é algo que seja uma adoração ou amar”. Essa relatada vontade de ter outro corpo, de ser de outro gênero tem aqui contornos diferentes daquela mencionada no Relato 8, conforme vimos anteriormente, assim como se diferencia também da vontade relatada a seguir:

RELATO 12

P: você pensa ou reflete sobre ser mulher... você se pergunta em algum momento o que significa pra você ser mulher...

Mulher D: não...

P: nunca chegou a refletir... a pensar... um pouco sobre isso...

Mulher D: ((com a mão no queixo e um movimento repentino com todo o corpo)) não... tem umas situações na vida... que a gente... que eu penso... se eu fosse homem... seria melhor... neh...

P: como exemplo...

Mulher D: na estrada... dirigindo... deu vontade de ir no banheiro... tudo é mais complicado pra mulher... pra homem tudo é mais fácil... neh... então tem umas questões... assim que... que às vezes... por ser mulher fica difícil... eu sei que isso é uma besteirinha... mas... assim... eu... muito... muito cedo... saí de casa... fui enfrentando as coisas... mesmo sendo mulher numa sociedade tão machista que a gente tem... e assim... eu fui fazendo as coisas...

Neste Relato 12, a mulher afirma não se perguntar sobre “ser mulher” e sobre o significado desta identidade para ela. Instigada, no entanto, o faz na medida em que vai articulando seu discurso e relatando situações da sua experiência de vida nas quais pensa na possibilidade de que seria melhor ser homem. Essas situações são relacionadas a aspectos de caráter prático e objetivo, não chegando a se mostrar discursivamente como algo que envolva elementos mais internos e subjetivos de sua percepção identitária de si mesma. No entanto, essa vontade mais pragmática de “ser homem” ecoa, à sua maneira, a percepção assinalada e pontuada no Relato 8 de que “tudo é mais complicado pra mulher... pra homem tudo é mais fácil”.

Nos relatos 12 e 8, as mulheres apresentam, de modos discursivamente distintos, a percepção de que poderiam vivenciar experiências menos difíceis e/ou sofridas se fossem ou tivessem nascido homens. Dessa maneira, apesar de se

identificarem com o sexo com que nasceram e de, por meio do discurso, se afirmarem como mulheres, essa identidade social perpassa suas compreensões e vivências em contraponto com a identidade “homem”, entre as quais são percebidas vantagens e desvantagens discursivamente comparadas. Embora haja, no Relato 8, uma percepção naturalizada da identidade de mulher, isso não impede que essa mulher defronte e problematize aquilo que para ela mesma se configura como natural, ainda que ela não perceba ou admita que assim o faz. Ou, uma vez que apresenta uma percepção do gênero relacionada a aspectos internos e externos, que envolvem elementos biológicos, ambientais, emocionais e sociais, a Mulher D não deixa de perceber, defrontar e problematizar, no Relato 12, a sua própria identidade, no conjunto das experiências biopsicossociais que vivencia.

Já no Relato 11, a identidade é percebida de modo não só a por em termos proporcionais, portanto relativizados, os atributos e as “categorias” relacionadas ao masculino e ao feminino, expressamente compreendidas como padrões culturais que precisam, segundo a entrevistada, ser “cortados/quebrados”. Essa relativização atravessa todo o discurso e mostra seu impacto mais subjetivo e constitutivo da compreensão que o sujeito tem de si mesmo. O anseio por outra experiência de gênero se caracteriza, aqui, como algo distinto daquele que almeja não viver situações cotidianas desconfortáveis ou sofridas. Nesse caso, o próprio corpo físico e os sentimentos/emoções são vistos e postos no discurso em uma relação flutuante, por vezes conflitiva e oscilante, entre perceber-se “mulher” e “gostar de si” em relação aos modos como se performatiza ou se constitui essa identidade.

#### 4.2.2 Aprofundando e problematizando as compreensões sobre “ser mulher”

Continuando em nosso movimento analítico de considerar os modos pelos quais as mulheres percebem (ou não) a reflexão sobre a própria identidade, observemos os próximos relatos.

RELATO 13

P: você pensa ou reflete sobre ser mulher em alguma medida... em algum momento você se perguntou... eh... o que significa pra você ser mulher...

Mulher H: então... eu... eu creio que eu nunca... que nunca chegou pra mim essa pergunta... essa indagação... num é... porque... eu nunca tive problema... com isso neh... eu pessoal... mas aí a gente sabe todo... o... o lado... que é ser mulher... neh... ser mulher... em um país como o nosso em um país machista... num estado neh... e neste momento... es-especialmente neh... que o feminicídio... tem... sido muito sério neh... tem aumentado muito... então... essa questão... TALVEZ eu também... e aí agora... eu... eh... me lembro uma coisa... eu... eu... eu me percebo... mulher... isso... foi legal essa pe//eu me percebo mulher... e o peso de ser mulher... se eu precisar sair a noite... se eu precisar... passar em algum lugar... eee... e aí eu vou me sentir muito vulnerável porque... ser mulher... ehh... determinados homens acham que as mulheres estão ali para servir... eee... e aí a gente sabe dos estupros e tal... então... nesse momento eu acho que aí é quando me chega o peso de ser mulher... eu não poder... andar por onde eu quero... sair a hora que eu quero... e nesses momentos... a gente se sente... realmente muito... tolhida na nossa liberdade de ir e vir... num é... então... ((balançando afirmativamente a cabeça)) o gênero pesa...

Aqui a mulher diz explicitamente que essa pergunta nunca “chegou” para ela, porque nunca teve problema com “isso”, do ponto de vista pessoal. Nesse sentido, o ato de refletir é mais uma vez, e de modo diverso, investido como metáfora ontológica. Se no Relato 10, faltava uma reflexão “profunda”, aqui a reflexão “não chega”. Em ambos os casos, a reflexão — de modo específico a reflexão sobre o gênero — é compreendida como algo que se move e que está distante ou ausente. Chegar ou não chegar é uma ação (positiva ou negativa) que surge como efeito de outra ação, a ação de mover-se ou de não mover-se, dito de outro modo, de sair de um ponto até outro, ou de permanecer em um mesmo ponto. Nesse caso, a reflexão sobre o gênero — substancializada pela metáfora — é tida como algo que realiza a ação de não se mover, de permanecer no mesmo ponto, o que se atribui à ausência de problemas com “isso”. Linguisticamente, “isso” é uma partícula demonstrativa, portanto mostra ou aponta para outro elemento do discurso, ou seja, “isso” é um elemento linguístico que, para significar, requer um referente textualmente localizável. Ao responder se reflete sobre ser mulher, a entrevistada diz que essa pergunta nunca lhe chegou porque “eu nunca tive problema... com isso neh... eu pessoal”, o que equivale a dizer “eu nunca tive problema... com ser mulher neh... eu pessoal”. Assim, textualmente, “isso” realiza uma referência anafórica à expressão já mencionada “ser mulher”. De modo implícito, a ausência de problemas pessoais em relação a ser/sentir-se mulher corresponde à ausência de perguntas/questionamentos pessoais (para si mesma) sobre “isso”. Embora diga não refletir pessoalmente sobre “ser mulher” por não ter problemas com “isso”, a entrevistada vai refletindo, no próprio discurso, sobre problemas sociais relacionados a “ser mulher” (país machista, aumento do feminicídio, estupros, etc). “Ser mulher”, numa dimensão social, passa a ser

discursivamente compreendido, pela entrevistada, como algo que pode significar: não poder ir a determinados locais em determinados horários; estar sujeita à violência especificamente direcionada à mulher; ser “tolhida” da “liberdade de ir e vir”. À medida que a mulher reflete e articula o discurso, ela vê, sob uma ótica social, que o fato de ser mulher pode colocá-la em situação de vulnerabilidade, o que atribuiria um “peso” socialmente negativo a essa identidade, ou, a “isso”. A formulação “o gênero pesa”, aponta para uma compreensão do gênero, conceituado mais uma vez por meio de uma metáfora ontológica, e assim, percebido em termos de matéria palpável e mensurável, ou ainda, como carga ou fardo que se tem de carregar.

De outro modo, observemos o relato a seguir:

RELATO 14

Mulher I: eu nunca... eh... cheguei a pensar nessa questão de ser mulher... porque... pelo fato de eu ter nascido mulher... então... se eu nasci mulher... me considero como já disse uma mulher feminina... meu comportamento é esse... gosto de tudo que diz respeito à mulher em si... então... em nenhum momento eu me questioneei sobre isso... então... eu acho que eu sou uma mulher... como já disse... uma mulher feminina, gosto de tudo que... que... eh... que abrange... essa... esse mundo feminino... neh...

(...)

ser mulher é uma coisa e tal... e a part//a... a... a mulhehh... de uma certa forma assim... (faz sinal de aspas com os dedos) é um pouco... fragilizada... mas tem um//a partir do momento que ela é uma mulher caSAda... então... ah... se impõe um certo respeito... de você ser solteira... que todo mundo quer dar em cima... tal e tal... e quando você é casada... então existe um respeito maior... com relação a isso... eu... assim me vejo... se você me perguntar assim (pigarro)... se você é feliz sendo mulher... eu responderia que sim... independente dessas coisas que a gente passa... na vida da gente... de... de... de menstruação... de maternidade quem pariu... e... o processo da menopausa... isso são coisas que a gente sabe que... eh... modificam muito nosso corpo neh... como também a cabeça...

Nesse relato, a mulher diz nunca ter se questionado sobre o que significa, para ela, ser mulher, pelo fato de ter nascido mulher. Esse fato, juntamente com a percepção que a mulher tem de si mesma, é discursivizado como determinante da identidade, a que ela constata e realiza (“se eu nasci mulher... me considero como já disse uma mulher feminina... meu comportamento é esse...”). Na sequência do discurso, no entanto, ela caracteriza a mulher com a palavra “fragilizada” (as aspas aqui são da própria entrevistada). O sinal gráfico de aspas trazido para a composição da fala, através do gesto, aponta para uma percepção, da pessoa que fala, de que o sentido convencional que a palavra evoca é percebido como parcial, relativo, posto em perspectiva. Com essa operação, a palavra abarca um sentido e as aspas apontam para sua abertura a outros possíveis sentidos, o que é concreta e discursivamente reforçado com o uso dos modalizadores que apontam para “uma certa forma” de fragilização e para uma mulher que é “um pouco” (e não totalmente) “fragilizada”. A caracterização da mulher é feita não por meio do

adjetivo “frágil”, como ocorre no Relato 8, mas através do verbo “fragilizar” (tornar frágil) na forma nominal de particípio passado, evocando uma ação já substancializada e compondo uma oração na voz passiva [“a mulher, de uma certa forma assim, é um pouco fragilizada”]. Nessa construção, o sujeito (a mulher) é constituído discursivamente como aquele que sofre a ação, expressa pelo verbo, da qual o agente foi omitido. A base constitutiva da oração na voz passiva requer um sujeito (apassivado), uma locução verbal (verbo auxiliar + verbo no particípio passado) e um agente da passiva (preposição + nome). No discurso em análise, a oração na passiva [a mulher (de uma certa forma assim) é (um pouco) fragilizada (☉)] evoca o sentido de que a mulher não é frágil por si — ou de modo imanente —, mas é “tornada frágil” por um agente não nomeado, não reconhecido, oculto. Na sequência do discurso, a entrevistada realiza uma categorização da mulher, de modo complementar à caracterização antes efetuada. A mulher é compreendida como sendo fragilizada, mas “a partir do momento que ela é uma mulher caSAda”, novos sentidos são atribuídos à sua condição. São, assim, postas no discurso as categorias “mulher casada” e “mulher solteira”, em relação de oposição. O discurso da entrevistada mostra a compreensão de que enquanto “todo mundo quer dar em cima” de uma mulher solteira, a mulher casada “se impõe um certo respeito”. A presença do modalizador na oração (“se impõe um certo respeito”) relativiza essa noção de respeito que seria direcionado à mulher, na categoria de “mulher casada”, sendo, mesmo aí, discursivizado como um respeito não integral, um respeito em determinado sentido, até certo grau ou até um ponto específico. Apesar de para a “mulher casada” existir “um respeito maior”, este ainda não chega à condição de respeito total, uma vez que é discursivamente concebido com “um certo respeito”. A oposição entre as categorias “mulher casada” e “mulher solteira” indica uma diferenciação no modo social de olhar para a mulher e de tratá-la. A mulher solteira é uma mulher que está sem a companhia de alguém (de um homem), ou está sozinha na companhia de si mesma, o que socialmente a põe na condição de fragilizada, ou, de uma mulher “que todo mundo quer dar em cima... tal e tal”. Assim, a noção de “estar sozinha”/“estar solteira” remete à noção socialmente compartilhada de que a “mulher solteira” não está ligada ou vinculada à instituição do casamento, mas está fora desse status institucional e social. Desse modo, a “mulher solteira” vem se constituir, nessa formulação discursiva, como aquela que

está solta, fragilizada, suscetível e disponível ao ponto de “todo mundo querer dar em cima”. Por outro lado, a “mulher casada” tem a companhia de alguém (de um homem), pertence a um vínculo institucional, é socialmente reconhecida e, até certo ponto, respeitada.

No próximo relato, podemos observar outra perspectiva:

#### RELATO 15

Mulher J: eu acho que a gente reflete pouco... a gente entra numa dinâmica do viver a mulher... neh... mas não se reflete muito... eu acho... você provocando... vem a... vem esse sentimento que a gente reflete pouco... ((olhando para cima e movimentando levemente a cabeça))

P: como a gente vive essa experiência? de ser mulher=

Mulher J: [inclusive eu que sou mãe de um menino e uma menina neh... que num é mais menino e menina neh... já é um homem e uma mulher... porque ((o filho)) vai fazer 29... e ((a filha)) já fez 27... então já os dois... mais assim... eh... ((pensa e balança a cabeça para frente e para trás)) digo a//que tentei... ((sinal de aspas com os dedos)) tentei... não tra//na/não... ser aquela mãe que dá assim... o carro para o filho e a boneca pra filha... que a minha menina jogou bola de gude... empinou papagaio... ((o menino)) ah... música... vamo simhora... vamos pra o conservatório de música... até esse lado até mais sensível... mais que algumas pessoas... não... deixa ele ver o que ele quer... não... mas sempre quis que eles vivessem todas as//armar uma casinha de boneca... e ele era o pai... era o pediatra... e ela... lah... os//tudo brincando junto... num tentei muito padronizar... quartinho azul de homem... ao contrário... quando nasceu... vai ser um verdinho... porque... cores diferenciadas... tentei não criar... padronizando muito... neh... o que é o masculino e o feminino neh... mas... devo ter no percurso... introjetado algumas coisas... do que a gente//como a gente foi criada e ter... em alguns momentos... ter... ar//sido confrontada... pudesse fazer uma retrospectiva de como criei ((o filho))... como criei ((a filha))... acho que ((a filha)) até foi muito mais do mundo... como menina... mais livre... mais solta... ((o filho)) ficou muito em casa... e eu empurrando ele pra ser da rua... pra ser do mundo... ((risos)) achando que... até a própria escola disse oh... ele é muito perfeccionista... se cobra muito... eh e pequenininho... que foi o mais velho neh... deixa ele pegar em sujeira... solta... tira a minha dele... deixa ele mais livre... então... até por ter sido o primeiro... talvez tenha sido mais... ((faz um círculo com as mãos)) a mãe... superprotegeu mais... a menina ficou mais do mundo... e ele ficou mais pra dentro... ((recolhe as duas mãos no peito)) uma coisa que na sociedade ((faz sinal de aspas com os dedos)) o homem é mais do mundo neh... a mulher é mais de//mas lá em casa... a... a... a menina teve mais até o que... ((faz sinal de aspas com os dedos)) socialmente chamam características de menino... e o menino é mais pra casa... do lar... mais romântico... encontrou uma namorada... disse... mamãe essa é a mulher que eu quero terminar meus dias//apaixonadíssimo... aquele amor romântico... e ela é mais namoradeira... acaba uma relação começa outra... assim... os papéis... ((faz sinal de aspas com os dedos)) eh... colocados para o feminino e para o masculino//até ficou um pouco (inaudível) em casa... e assim... eu como mulher era aquela mulher que também chamava o pedreiro dizia... oh faz isso tira aquilo... de chegar o final do trabalho... o marido entra sai... eu fazendo as coisas... e o pedreiro olhar pra mim e dizer... parece até que o homem da casa é a senhora ((risos))... enTÃO... eu fui ter uma mãe muito forte também... criada... ficou viúva... com quatro anos... a figura do pai HOMem... foi mãe... minha mãe foi pai e mãe... então eu acho que eu assumi um pouco na minha identidade um pouco da função paterna e materna juntos neh... o lado masculino e feminino o do sim e do não... que na psicanálise diz que pai é o que dá o limite... a mãe é que/ ((levanta a cabeça, respira fundo e abre os braços))... eu precisei fazer as duas coisas então ficou muito misturado isso dentro de mim... essa coisa do fem/... ((risos))... embora me botei ali feminina... mas eu acho que minha vida foi muito feminino e masculino nessa coisa de ocupar os... os espaços dois... três... sei lá quantos precisasse...

Neste relato, a entrevistada considera que “a gente entra numa dinâmica do viver a mulher... neh... mas não se reflete muito...”. Essa compreensão é expressa sintaticamente por um período composto por duas orações, numa relação coordenada que evoca uma noção de oposição. Se, de um lado (primeira oração), a mulher se encontra numa dinâmica, num movimento, num fluxo de atividades relacionadas a viver e a ser mulher, a conjunção “mas” apresenta outra ideia associada a esta (segunda oração), expressando a percepção de que, ao mesmo tempo e de modo oposto, essa dinâmica consiste em movimentos não (ou pouco) acompanhados de reflexão sobre a própria vivência. Nesse sentido, a entrevistada



caracteriza a pergunta como uma provocação a partir da qual, ela vai elaborando discursivamente sua reflexão. Para isso, a mulher recorre à sua experiência com o filho e a filha, a qual passa a relatar de modo a por em perspectiva elementos socialmente considerados masculinos e femininos. Ela vai, então, pontuando uma série de posturas e atitudes frente a atributos, características, comportamentos e sentimentos associados ao masculino ou ao feminino, confrontando-os em dupla perspectiva: a das convenções sociais abstratas e a das experiências singulares concretas. Dessa forma, são relatados fatos que, na medida com que se relatam, vão fazendo a mulher articular e perceber as diferenças entre o que é socialmente definido para homens e mulheres e a experiência concreta que ela teve ao criar um homem e uma mulher, conforme sintetizamos na Tabela 3.

PADRÕES SOCIAIS		EXPERIÊNCIA CONCRETA	
Meninos/Homens	Meninas/Mulheres	Filho	Filha
Carro Quartinho azul	Boneca Quartinho rosa		<input type="checkbox"/> Jogou bola de gude <input type="checkbox"/> Empinou papagaio
		<input type="checkbox"/> Casinha de boneca / “tudo brincando junto”	
		<input type="checkbox"/> Quartinho verde/ cores diferenciadas	
Mais racional	Mais emocional	<input type="checkbox"/> Música no conservatório	
		<input type="checkbox"/> Perfeccionista	<input type="checkbox"/> Mais livre <input type="checkbox"/> Mais solta
		<input type="checkbox"/> Mais romântico <input type="checkbox"/> Apaixonadíssimo	<input type="checkbox"/> Mais namoradeira <input type="checkbox"/> Termina uma relação começa outra
Mais do mundo	Mais de casa	<input type="checkbox"/> Mais pra dentro <input type="checkbox"/> Mais pra casa <input type="checkbox"/> Mais do lar	<input type="checkbox"/> Mais do mundo

Tabela 3: Aspectos atribuídos ao gênero considerando-se os padrões sociais e a experiência concreta.

Ao relatar sua experiência — ou usando as palavras da entrevistada, ao fazer uma retrospectiva de como criou o filho e a filha — a mulher diz ter tentado não “padronizar” muito, ou não seguir exatamente os padrões estabelecidos para o masculino e o feminino. Nesse movimento reflexivo por meio do discurso, ela se apercebe que, embora não seguindo os padrões, deve ter — no “percurso” de criar os filhos — “introjetado algumas coisas... do que a gente//como a gente foi criada e ter... em alguns momentos... ter... ar//sido confrontada...”. A mulher observa, assim, que pode ter sido confrontada com os padrões sociais, com a maneira pela qual foi criada, com sua postura em relação à criação dos filhos e com o modo de ser dos próprios filhos. Todos esses aspectos vão sendo articulados na medida em que a mulher vai se dando conta de que essa mulher e esse homem — que se

desenvolvem discursivamente diante dela — têm características próprias e singulares, que são concreta e diametralmente diferentes do que os padrões sociais definem de modo universal e abstrato para todos os homens e todas as mulheres. Por meio da enumeração e da confrontação de padrões e experiências, a mulher constrói uma relação discursiva em que atributos socialmente considerados masculinos e femininos são explicitamente defrontados com a realidade concreta, em que tais atributos são percebidos como permeáveis entre homens e mulheres e não estanques nesta ou naquela identidade.

A relação discursiva — que se elabora nesse relato — se estabelece textualmente por meio de uma tipologia narrativa, na qual a mulher reconstitui discursivamente aspectos de sua vivência na categoria de mulher de modo a envolver as diversas posições nas quais ela atua: como mãe, como esposa, como filha, como mulher. Nessas distintas posições, esse sujeito concreto se percebe numa identidade que não se delimita aos papéis determinados para homens e mulheres, mas os envolve e condensa (“eu acho que eu assumi um pouco na minha identidade um pouco da função paterna e materna juntos neh... o lado masculino e feminino o do sim e do não... eu precisei fazer as duas coisas então ficou muito misturado isso dentro de mim...”). A experiência concreta é narrada como algo que defronta o sujeito com as estruturas, convenções e padrões socialmente definidos, assim como com o que e a forma pela qual cada um “precisa” realizar sua experiência singular e concreta diante desses elementos. Assim, o discurso dessa mulher aponta para sua necessidade real de ir além do limite fixado para a identidade “feminina”, de ultrapassar convenções, padrões e regras pré-definidas, a fim de dar conta das demandas concretas de sua experiência como mulher, nas diversas posições com as quais o sujeito dessa categoria se defronta na vida cotidiana (“embora me botei ali feminina... mas eu acho que minha vida foi muito feminino e masculino nessa coisa de ocupar os... os espaços dois... três... sei lá quantos precisasse”).

No relato seguinte, podemos observar uma postura discursiva diferente das demais, no que toca à questão da percepção da mulher sobre si mesma. Vejamos então.

RELATO 16

P: você pensa ou reflete sobre ser mulher... você pergunta... ou se perguntou em algum momento o que significa pra você ser mulher...

Mulher G: ((balançando afirmativamente a cabeça)) sim... em alguns momentos... eu me lembro bem... na adolescência neh... tem aquela pior fase... pelo menos que eu achei na vi-da... eh a adolescência porque ela não tem definição... eu sempre disse que a adolescência pra mim ((indaudível))... inclusive eu tenho certaa... assim... dificuldade de entender... de entender enquanto adolescente e de entender hoje a adolescência... porque a minha fase de fato ela é de indefinição... então naquele momento ali... não com essa sistematização... mas de algum modo eu pensava... o que era ser mulher neste mundo... que mulher eu queria ser neh... principalmente porque eu vivia numa crise... sem saber que era uma crise... e no meio social em que eu vivia... ainda era aquela ideia de que a mulher... ela não podia ter relação antes... ela tinha que casar... ela tinha que ter FI-lhos... neh... e eu sempre tive a ideia de não casar... de não ter filhos... nunca me atraiu um vestido de NOIva... certo... essa coisa... embora mulher estava associado a tudo isso... e eu sempre tive a ideia de que não... num eh... inclusive... brigava muito com a ideia de que eu podia fazer tudo... menos ter um filho... tah entendendo... porque era uma vida... que eu ia botar no mundo... e que era com a minha responsabilidade... de ser mãe... e isso eu precisava ter claro... se eu queria ou não... então mesmo sem ter a maturida- de... sem ter... mas já pensava o que realmente me constituía como uma mulher... e ser mulher não é ser mãe... ser mulher não é casar... ter filhos... convencionalmente... ser mulher é viver... feminino é viver sua feminilidade...

Dentre o grupo das entrevistadas, essa foi a única mulher a afirmar, explicitamente, que pensa e reflete sobre ser mulher. Remontando essa reflexão a fases como a adolescência, o discurso da mulher vai a constituindo como uma prática que se realiza em “alguns momentos” e lhe acompanha no decorrer da vida. Dessa maneira, a mulher diz que “naquele momento”, mesmo sem a “sistematização” agora percebida, pensava “de algum modo”: “o que era ser mulher neste mundo... que mulher eu queria ser”. Esse pensamento fazia parte do que a entrevistada nomeia como uma “crise” que ela vivia “sem saber que era uma crise”. Assim, o discurso aponta para uma reflexão atual acerca da própria reflexão passada, pondo em relação de confrontação as concepções que circundavam o meio social da mulher na adolescência e as ideias e percepções que ela tinha a respeito de si mesma.

Nesse sentido, as ideias e os conteúdos ideológicos circulantes em seu meio social, são relatados por meio das expressões: A) “ela não podia ter relação antes”; B) “ela tinha que casar”; C) “ela tinha que ter filhos”. Essas formulações linguísticas/discursivas/ideológicas apresentam características comuns entre si, conforme sintetizamos a seguir:

- I. o sujeito é o mesmo nas três sequências discursivas — “ela”, dêitico usado para realizar uma referência anafórica que replica o sintagma nominal “a mulher”;
- II. os verbos (concordando com o dêitico em terceira pessoa) expressam um sentido injuntivo, remetendo a regras e determinações sociais direcionadas

ao sujeito social “mulher”, tanto em relação ao que ela “não pode” quanto ao que ela “tem que” realizar;

- III. os objetos verbais se referem a ações determinadas para todos os indivíduos que se encontrem na mesma categoria social, ou seja, na categoria de “mulher”, na qual a entrevistada se situa.

Por outro lado, as ideias da própria mulher são expressas por meio de formulações linguísticas em sentido oposto, como as que aqui pinçamos: D) “nunca me atraiu um vestido de noiva”; E) “sempre tive a ideia de não casar... de não ter filhos”. Diante dessas formulações, podemos observar que:

- IV. na sequência D, há um deslocamento sintático em que aparece, primeiro, o marcador temporal topicalizado (nunca), depois o objeto verbal (me), o verbo (atraiu) e o sujeito sintático (um vestido de noiva) — que não corresponde ao sujeito discursivo (o sintagma nominal “a mulher”), nem ao sujeito empírico (a pessoa entrevistada), nem ao sujeito social (a categoria “mulher”);
- V. na sequência E, ocorre mais uma vez a topicalização do marcador temporal (sempre), a ele se seguindo o sujeito sintático (eu) oculto no verbo (tive) e os objetos verbais (a ideia de não casar/ de não ter filhos). Note-se que, nesse caso, o sujeito sintático (eu) corresponde ao sujeito discursivo (a “mulher”), ao sujeito empírico (a pessoa entrevistada) e ao sujeito social (a categoria “mulher”).

Esses diferentes modos de formulação discursiva apontam para modos distintos de compreender a mulher e de perceber como ela é socialmente compreendida. Em relação às ideias e ideologias circulantes em seu meio social, o discurso da entrevistada aponta um sentido que evoca a replicação social do sujeito “mulher” por meio dos papéis e funções socialmente definidos para todas as mulheres, sem considerar o que cada mulher quer ou escolhe realizar. Em relação às próprias ideias, a entrevistada se contrapõe aos papéis e funções que lhe são socialmente designados — pelo fato de ela estar situada enquanto mulher. Nesse movimento de contrapor-se a tais padrões, ela nega um signo convencional da feminilidade e da mulher enquanto identidade ou sujeito social institucionalizado: o

vestido de noiva. Destaca-se, na sequência discursiva correspondente (D), o marcador temporal “nunca” topicalizado, ou seja, como elemento que recebe ênfase, que põe em evidência não só a negação do signo, mas uma afirmação reiterada dessa negação no decorrer do tempo, ao passo em que o signo (linguístico) “vestido de noiva” é sintaticamente deslocado para a posição de menor destaque, à semelhança do signo (social) ao qual o discurso reporta. Além de negar um dos signos sociais da feminilidade, a mulher nega também as práticas que lhe são socialmente destinadas e vinculadas, como casar e ter filhos. Observando também a sequência E, mais uma vez o marcador temporal (sempre) aparece topicalizado, mas nesse caso, ele expressa um sentido positivo de reiteração das próprias compreensões, ideias e escolhas em relação a si mesma.

Nessa perspectiva, a formulação do discurso assinala uma postura refletida da mulher, em contraposição às pretendidas imposições sociais sobre suas compreensões e escolhas pessoais. Esse percurso reflexivo de contrapor-se e de negar as convenções e “ideias” de seu meio circundante conduz a mulher a outros entendimentos sobre essa identidade. Considerando as próprias concepções sobre si, ela refaz as compreensões que nega, expondo que “então mesmo sem ter a maturida-de... sem ter... mas já pensava o que realmente me constituía como uma mulher”. Voltando ao “significado das palavras”, como tópico analítico, observamos que, para finalizar suas considerações, a mulher usa o vocábulo “então” (utilizado também em outros relatos analisados). Esse vocábulo é empregado de modo a sintetizar o fato, por ela referido, de que sempre realizou suas próprias reflexões sobre ser mulher, mesmo nos momentos em que o critério da maturidade não se aplicava a ela, e mesmo assim, percebendo o ser mulher não como imanência, mas como categoria social na qual as pessoas vêm a se constituir. De modo complementar ao sentido de síntese, o vocábulo “então” apresenta também uma sistematização discursiva das reflexões que, em outros momentos, estiveram não sistematizadas ou em crise, como a entrevistada menciona. Diante de suas reflexões, a mulher conclui para si mesma que “ser mulher não é ser mãe... ser mulher não é casar... ter filhos... convencionalmente... ser mulher é viver... feminino é viver sua feminilidade”. Assim, ela evoca a concepção de que ser mulher não é algo relativo a corresponder às convenções, ideologias e determinações socialmente circulantes, ser mulher se relaciona, nessa concepção, à experiência

singular de cada pessoa, às suas compreensões e concepções sobre si mesma, do ponto de vista pessoal e coletivo.

#### 4.3 Mulher Cisgênera: caminhos para uma compreensão?

Para finalizar o movimento analítico que aqui vimos realizando, relembremos as maneiras pelas quais chegamos metodologicamente às mulheres cisgêneras entrevistadas. Havíamos já decidido que seriam entrevistadas mulheres cisgêneras, maiores de dezoito anos, socialmente ativas e vinculadas à UFPE. Tais critérios colocavam, em nosso horizonte investigativo, um significativo número de mulheres cisgêneras — e um ainda restrito número de mulheres transgêneras — vinculadas à instituição. Mesmo diante de um número muito maior de mulheres cis do que de mulheres trans, precisávamos validar nosso critério, convidando mulheres cis para participar da pesquisa. Porém, perguntar às possíveis entrevistadas se elas se consideravam cisgêneras não se mostrava como um recurso viável, uma vez que sendo a “cisgeneridade” um conceito ainda novo, admitimos que as mulheres poderiam não conhecê-lo a ponto de nele e com ele se identificar. Essas observações nos levaram a desenvolver, no decorrer de nossas decisões metodológicas, as hipóteses apresentadas na Seção 1.

Norteadas, então, por essas hipóteses que orientavam o estudo, fizemos contato com mulheres socialmente identificadas como “do sexo feminino”, ou seja, convidamos mulheres a partir de uma pressuposição social de sua cisgeneridade. Para confirmarmos, ou não, esse critério e o defrontarmos com nossas hipóteses, perguntamos no questionário, a princípio, qual o gênero da convidada. A essa pergunta todas responderam que se consideravam do gênero feminino, confirmando a identificação de gênero a elas socialmente atribuída. Restava, então, verificar a correspondência entre sexo e gênero, o que não fizemos a partir de uma pergunta direta, a fim de evitar possíveis constrangimentos às entrevistadas, mas com perguntas que levassem, indiretamente, a tal informação. Assim, dentre o grupo de mulheres entrevistadas, demonstrou-se que: a) todas as mulheres identificadas como cisgêneras apresentavam, de fato, correspondência entre sexo e gênero, embora apresentando variações em relação aos processos identitários a eles relacionados, como vimos observando nos relatos; b) a maioria

(80%) não conhecia o conceito e/ou a palavra “cisgeneridade”, o que sinaliza para o caráter inicial desta categoria; c) todas conheciam a palavra “transgeneridade”, sendo que algumas conheciam seu significado e outras não, o que aponta tanto para o caráter inicial da categoria, quanto para o fato de que esta, em particular, já se encontra em um estado de maior abrangência social em relação à categoria da “cisgeneridade”.

Considerando, assim, o grupo de mulheres que fizeram parte do estudo, passamos a observar alguns relatos, no que toca especificamente à noção das entrevistadas sobre “transgeneridade” e “cisgeneridade”. Vejamos, então, os próximos relatos:

RELATO 17

P: a gente perguntou também se você conhece as expressões cisgênero e transgênero... neh... e você respondeu que já ouviu essas expressões... mas não sabe o que significam...=

Mulher B: [já ouvi mas...]

P: [ouvindo agora essas expressões... no contexto do que a gente tá conversando... o que você pensa que poderia significar...]

Mulher B: vamos lá... transgênero é quando... deixa eu ver... quando você... é porque... não sei... eu já ouvi falar... mas eu não consigo botar um...]

P: [assim... articular uma compreensão=

Mulher B: [uma definição]

P: [uma definição sobre isso... sobre essa questão do gênero...]

Mulher B: [sim... isso... tem muita coisa ainda que eu preciso... aprender ((risos))... sobre esse mundo... ((risos))]

P: certo...

Mulher B: me explique ((risos))... me diz o que é...

P: transgênero... a pessoa que não se identifica com o próprio sexo biológico... a pessoa que nasce com o... o sexo femin=

Mulher B: [os órgãos...]

P: [é...=

Mulher B: [mas não se identifica]

P: [e cisgênero... é a pessoa que se identifica...]

Mulher B: era esse que eu tava a maior dúvida... era esse... cisgênero... ohoh... ((olhando para cima com as duas mãos abertas e balançando o corpo))

P: no fim das contas... o que seria cisgênero...

Mulher B: eu... ((risos))

Apesar de dizer que já ouviu as expressões “transgênero” e “cisgênero”, essas palavras não chegam a evocar uma significação acessível para a entrevistada. Nesse caso, observamos de início uma defrontação entre palavra (enquanto forma, matéria acústica/expressão escrita) e sentido (enquanto efeito dos processos de interação através da palavra, e não como substância inerente à palavra). Interpelada no processo interativo e solicitada a articular possíveis sentidos para as duas palavras — no conjunto das compreensões pensadas e relatadas ao longo da entrevista —, a mulher reconhece discursivamente que elas não lhe remetem a um (ou a algum) sentido ou conceito. Enquanto forma realizável no sistema da língua, a palavra (o signo) chega aqui ao sujeito sem ainda lhe dizer

nada, uma vez que esse sujeito não dispõe de uma rede discursiva — se podemos assim dizer, ou de conhecimentos prévios, ou mesmo de uma história significativa com tais palavras —, que lhe permita agir em relação a elas, na condição de agente que constitui sentidos.

De acordo com a perspectiva discursiva que vimos discutindo nesta dissertação, essa mulher, no entanto, se mostra consciente do seu “não saber” (“tem muita coisa ainda que eu preciso... aprender”) e assume a posição de sujeito capaz de agir e de se constituir de forma dialógica através do discurso. Enquanto sujeito ativo, ela devolve a pergunta que lhe foi feita, requerendo os sentidos que lhe foram demandados (“me explique ((risos))... me diz o que é”). Ao conhecer, então, possíveis sentidos para as palavras em questão, ela sintetiza sua compreensão do conceito de “cisgeneridade”, a partir de sua identificação imediata com o mesmo, utilizando, a seu turno, a palavra (o signo) enquanto “forma vazia” da língua, preenchível e significável no espaço e no tempo da interação. Assim, quando interpelada “no fim das contas... o que seria cisgênero...”, a mulher responde simplesmente com o signo “eu”, forma que adquire e expressa novo sentido, por meio da ação discursiva. Nesse momento, o signo é reinvestido e ressignificado — o que é próprio de seu caráter vazio e potencialmente plenificável —, passando a significar algo novo por meio de um processo de reconhecimento e de identificação materializados no e com o processo de interação que constitui o discurso e o sujeito. Nessa mirada, vemos que o “eu” discursivo não é prévio ao discurso, mas nele se constitui e se elabora (juntamente com o signo), envolvendo processos de interação, de conhecimento, de reconhecimento e de identificação.

De forma semelhante, no próximo relato, a mulher afirma saber “mais ou menos” o que significa a palavra “transgênero” e não conhecer sentidos para a palavra “cisgênero”, como podemos observar, a seguir:



**RELATO 18**

P: a gente perguntou... aqui no questionário... se você conhece as expressões cisgênero e transgênero... você disse que já ouviu neh... essas expressões... mas não sabe o que significam...

Mulher C: eu sei mais ou menos o que é transgênero... mas cisgênero ((balança negativamente a cabeça))...

P: então... tu poderia dizer...

Mulher C: assim... pelo o que eu já li e ouvi... transgênero seria aquela pessoa que... nasceu num corpo diferente do que quer... e faz uma cirurgia pra ficar com o órgão que gostaria de ter... seria esse... tipo... ele nasceu homem... mas se... percebe mulher... e faz cirurgia pra poder se transformar em uma mulher...

P: a gente poderia dizer que o transgênero é... aquela pessoa que não... não se identifica... ou não se adequa... ao sexo biológico... ao sexo com que ela nasceu... essa... essa não adequação... ela pode acontecer de várias maneiras... então a pessoa pode não... não... realmente não se dá bem com o próprio corpo... assim... e querer fazer a cirurgia... mas não necessariamente... a pessoa pode ser transgênero... não se identificar com o sexo biológico... mas não necessariamente fazer a cirurgia... neh... então a cirurgia é um aspecto aí... não é o... não é o determinante... o determinante na verdade pra essa questão do gênero... é como a pessoa... se...=

Mulher C: [se percebe=

P: [se percebe... como ela se vê... ..e cisgênero... pensando no que a gente falou... a respeito de... de transgênero... se a gente pudesse pensar... ou refletir... o que seria cisgênero...

Mulher C: ...não me vem nada à mente...

P: a gente tem aí uma noção neh... um conceito... que transgênero é a pessoa que não se identifica com seu sexo biológico... cisgênero... é a pessoa que se identifica com seu sexo...

Mulher C: humm... ((sorrindo)) então eu sou uma pessoa cisgênera...

A partir de discursos outros que concorrem constitutivamente para o seu discurso (“pelo que já li e ouvi”), a mulher chega a articular um conceito para a palavra “transgênero”, acionando uma rede de conceitos ou mobilizando um “sistema de conhecimento” — se podemos assim dizer, utilizando uma expressão de Fairclough (2001). Por um lado, o conceito aqui acionado reporta a discursos socialmente circulantes sobre a identidade “transgênera”, o que não condiz necessariamente com a realidade observável na experiência de todas ou de cada pessoa transgênera singularmente considerada. Ao apresentar a cirurgia (de redesignação sexual) como objetivo da pessoa que “nasceu num corpo diferente do que quer” para “transformar-se” no outro gênero, a mulher remete conceitualmente o seu discurso, ao discurso socialmente constituído de que a relação entre corpo e identidade de gênero deve ser binária (ou masculino ou feminino) e inequívoca, mesmo nos casos de não conformação entre sexo biológico e gênero. Por outro lado, no entanto, em partes anteriores da entrevista (**RELATO 2**), essa mulher demonstra a percepção pessoal de que aquilo que é socialmente considerado ou masculino ou feminino não é exclusivo para aqueles que nasceram ou homens ou mulheres, pois, se considerando mulher, ela afirma gostar tanto de “coisas femininas” quanto de “coisas masculinas” e que isto não interfere na sua identidade de mulher. Articulando estes dois aspectos aqui observados, o discurso aponta para uma compreensão pessoal do gênero que — num sentido crítico e reflexivo — conflita com e diverge dos discursos socialmente circulantes acessados e

enunciados pela mulher neste Relato 18. Nessa perspectiva, o sujeito não enuncia sozinho o seu discurso, mas o faz a partir de uma rede que interliga o seu “dizer” a “outros dizeres”, relacionados a aspectos conceituais e ideológicos, constitutivos das normas, convenções e estruturas relacionadas ao gênero. Nessa rede, se percebem relações discursivas ora convergentes, ora divergentes e conflituosas, que interligam — de modo problemático — o ponto de vista pessoal/singular ao ponto de vista coletivo/social.

De modo distinto, a mulher afirma, desde o início, não saber o que significa a palavra “cisgênero”. O próprio “não saber”, assim afirmado, suscita o questionamento sobre um possível sentido para essa palavra, a partir do conjunto das discussões postas até ali no próprio espaço interacional da entrevista. A tal questionamento, a mulher responde: “não me vem nada à mente”. Semelhante constatação aponta para uma falta de “outros discursos” que constituam um saber (FOUCAULT, 2014a) sobre a cisgeneridade, um saber que a leve a articular um conceito e constituir seu próprio discurso sobre ele. Enfim, nem a palavra (o signo) nem o questionamento sobre ela, por si sós, chegam a mobilizar uma rede de conceitos ou um “sistema de conhecimento”, que circundem o sujeito (ou que cheguem à sua mente). Nessa perspectiva, falta ao sujeito uma rede dialógica na qual possa acionar uma possibilidade de compreensão e de constituição de sentidos a partir de outros discursos. Ao conhecer, no espaço dialógico da entrevista, um enunciado que conceitua a palavra “cisgênero” — dentre as infinitas enunciações que podem fazê-lo —, a mulher se reconhece e se identifica nesta palavra que agora entra na rede de conceitos que constituem um certo “saber”. Discursivamente, esse reconhecimento e essa identificação se expressam através de uma formulação que pode ter valor conclusivo, consecutivo ou constatativo, articulando o uso de elementos linguísticos como a interjeição (hum) e a conjunção (então). A interjeição não só anuncia a surpresa e a apreensão de algo novo, como liga o discurso do próprio sujeito ao discurso do outro, extrapolando sua função convencional e adquirindo, em acréscimo, um valor também conjuntivo. A seu turno, a conjunção “então” — já mencionada no curso destas análises — transborda, aqui, sua função e seu valor sintáticos, unindo não partes de uma mesma oração, mas conectando ideias entre construções discursivas distintas.

Esses usos linguísticos apontam para um processo ativo de (re)constituição de conhecimento, de subjetividade e de discurso.

Em perspectiva semelhante, podemos observar o próximo relato.

RELATO 19

P: a gente perguntou também no questionário... neh... se você conhece as expressões... cisgênero e transgênero... você disse que conhece uma... delas... que é a transgênero... e não conhece=

Mulher D: [cisgênero... e talvez pode ser que seja até equivocada em relação ao transgênero neh...]

P: o que seria então...=

Mulher D: [pra mim?]

P: [como você compreende...=

Mulher D: [eu compreendo o transgênero aquela pessoa que tem uma... que nasce... genotipicamente... sob uma... eh... uma/um sexo neh... feminino ou masculino... e ela não se vê... fenotipicamente... ela não se vê daquele jeito... então ela tem o genótipo... sei lah... feminino... mas aí ela não se vê como mulher... eh o fenótipo dela... ((desce uma das mãos em frente ao seu rosto)) não tá de acordo com... seu genótipo neh... então existe uma... aih... uma coisa que não tá be//que não se casa... neh... e aí tem pessoas que... eh... se... se mostram aquilo... de fato como se vêem... e não aquilo que a gente ((descendo as duas mãos em frente ao corpo)) representa neh... exteriormente...]

P: é interessante você colocar essa questão assim eh... nesses termos neh... que você traz o genótipo como registro=

Mulher D: [registro=

P: [biológico=

Mulher D: [isso=

P: [e o... e o... fenótipo como uma=

Mulher D: [questão social=

P: [uma representação...=

Mulher D: ((balançando afirmativamente a cabeça)) [social...=

P: [uma questão social... e aih... você coloca que pode... que nesse caso... no caso das pessoas transgênero... não há essa...=

Mulher D: [compatibilidade...]

P: dentro disso assim... do que você trouxe tão dentro da sua área... como você veria... assim... o cisgênero... você consegue pensar o que seria o cisgênero? dentro disso que a gente conversou aqui...]

Mulher D: ((olhando para cima apoiando o queixo com as mãos)) cisgênero é aquele que não é nem uma nem// não se vê nem sobre a óptica do masculino nem do feminino?

P: na verdade assim... como você traz a questão do genótipo... você caracteriza aí o transgênero como aquele em que não há uma compatibilidade...=

Mulher D: [compatibilidade]

P: [entre o genótipo e o fenótipo... cisgênero seria aquele em que há compatibilidade entre o genótipo e o fenótipo...]

Mulher D: ahh... ((volta o corpo para trás e coloca os dois polegares sobre o peito)) então eu sou cisgênero?

P: então você é cisgênero?

Mulher D: entendi...]

P: cisgênero seria então dentro dessa questão da identidade de gênero...=

Mulher D: [porque cis parece que é igual neh...]

P: [dentro dessa questão de gênero seria a identidade de gênero da pessoa que se... identifica...=

Mulher D: [identifica...]

P: com... com o sexo=

Mulher D: [com o sexo...]

P: [neh...=

Mulher D: eu nasço sob o sexo feminino e me vejo como... no gênero feminino...]

P: no gênero feminino...]

Mulher D: ahh... ((sorrindo)) besteira... aprendi ((fazendo gesto de bater palmas))

Neste relato, a mulher apresenta seu conhecimento e sua compreensão em relação à palavra “transgênero” e seu desconhecimento da palavra “cisgênero”. Para conceituar o primeiro termo, ela mobiliza outros conceitos, próprios das especificidades teóricas e epistemológicas que formam uma rede conceitual no campo das ciências da vida. A mulher aciona tais conceitos de modo a incorporar, na própria constituição/expressão biológica da pessoa, a interação entre aspectos hereditários e congênitos com aspectos ambientais e sociais. Assim, define as

pessoas transgêneras como aquelas que manifestam uma incompatibilidade entre seus traços genotípicos (em relação ao sexo<sup>34</sup>) e a expressão característica de tais traços em interação com o ambiente (neste caso, influenciado por fatores biopsicossociais). De outro modo, ao ser indagada sobre o conceito de cisgeneridade, a mulher tenta esboçar uma compreensão — numa postura discursivamente interrogativa. Para isso, ela mobiliza e relaciona os conhecimentos que pode acessar, num conjunto de conceitos já estabelecidos. Ao interagir com uma conceituação diversa da que ela mesma articulou, a mulher realiza uma nova ação sobre a palavra, recorrendo ao próprio processo de formação do vocábulo<sup>35</sup> e acionando o conhecimento do qual dispõe sobre o significado do prefixo “cis”<sup>36</sup>, como forma de atestação e apreensão do novo conceito (“porque cis parece que é igual neh”). Conjuntamente com a apreensão do sentido, a mulher opera o reconhecimento de seu conteúdo, relacionando-o com sua percepção identitária de si mesma — percepção esta já existente, mas ainda não nomeada. Assim, o reconhecimento e a identificação com o conceito são imediatos, sendo realizados aqui com o uso de uma conjunção (com valor conclusivo) e operados por meio de uma interrogação (“então eu sou cisgênero?”). Este ato interrogativo aponta para uma postura investigativa e reflexiva, que leva à conclusão, de fato. Tal conclusão é expressa linguisticamente por meio de uma afirmação realizada sem partículas conclusivas, mas diretamente por meio de um verbo, que traduz a ação realizada no exato momento em que se expressa (“entendiii”). A produção sonora desta afirmação traz um alongamento do som vogal final, o que também é significativo, podendo expressar a reiteração e a surpresa da mulher com o próprio entendimento, o que se reafirma na fala e no gesto final de seu relato (“ahh... ((sorrindo)) besteira... aprendi ((fazendo gesto de bater palmas)))”.

De modo diverso, o próximo relato nos leva a outras observações.

<sup>34</sup> Em relação à definição genética do sexo, Wolpert (2008) compreende que o desenvolvimento sexual embrionário segue uma rota neutra, exceto pela determinação genética das gônadas (testículos e ovários) por meio da presença de um cromossomo X ou Y, que se une ao cromossomo X já existente no óvulo. De acordo com o autor, “(...) todas as outras células do corpo de um mamífero são neutras, independentemente de seu sexo cromossômico. Não importa se elas são XX ou XY, uma vez que qualquer desenvolvimento sexo-específico futuro pela qual elas passarão será controlado por hormônios” (WOLPERT et alii, 2008, p. 464).

<sup>35</sup> A palavra “cisgênero” (assim como “transgênero”) é formada por um processo comum de formação de palavras e de renovação do léxico, conhecido como “derivação prefixal”. Este processo consiste no acréscimo de um prefixo a uma palavra primitiva, resultando assim em palavras derivadas (BECHARA, 2010).

<sup>36</sup> Originado do latim, o prefixo “cis” expressa um sentido básico relativo ao que se encontra “do lado de cá” ou “do mesmo lado” (VIARO, 2004).

**RELATO 20**

P: no questionário, a gente perguntou se você conhece as expressões cisgênero e transgênero... e você disse que já ouviu essas expressões... mas não sabe o que significam[

Mulher F: não//eu vi uma... que é a transgênero... e a outra eu nunca tinha ouvido falar... cisgênero eu nunca tinha ouvido falar... até quando eu li pra mim foi uma novidade... e também não pesquisei...

P: [então você disse que conhece a expressão transgênero=

Mulher F: [transgênero...

P: você sabe o que ela significa?

Mulher F: eu entendo... como... ehh... você nasce com um corpo... mas se identifica de outra forma... e ahhh... você nasce com um corpo FÍSICO... mas você tem uma outra IDENTIDADE... eu nasço como mulher mas eu não me vejo... não... eu não me sinto como mulher... eu vou me... me... me construindo... me percebendo... e me firmando como homem... é assim que eu entendo o transgênero...

P: e cisgênero... você não conhecia... não sabia a expressão=

Mulher F: [não e não quis procurar porque eu achei que eu... eu... seria interessante eu conhecer aqui...

P: e dentro do que a gente falou... disso... desse contexto que a gente tá discutindo... você conseguiria imaginar ou supor algo=

Mulher F: [do cisgênero...

P: sobre cisgênero... o que seria...

Mulher F: (põe a mão no queixo e olha para cima) ehh... são tantos termos novos... que eu disse assim... o que será... esse termo assim... o que que ele significa neh... o que que ele tá... ehh... definindo... ou... ou... contemplando... não... não...

P: como você disse em relação ao transgênero... aquela pessoa que nasce com um corpo e... e não se identifica naquele corpo... não se percebe daquela maneira... e se identifica com outro... então cisgênero... se a gente... fazendo um contraponto... se a gente puder conceituar... cisgênero seria=

Mulher F: [se identificar com o próprio corpo...

P: a pessoa que se identifica=

Mulher F: [agora... tá vendo você... agora...

P: se você pudesse se situar... da pessoa que nasce com um corpo e... não se identifica com ele... e procura se perceber de outra forma... ou se percebe de outra forma e vai no caminho disso... ou a pessoa que nasce com o corpo e se situa nele... se identifica com ele=

Mulher F: [tem um terceiro (risos)? vai ter neh...

P: [como você se colocaria nesse espaço... haveria um terceiro?

Mulher F: ehh... nesse momento... na adolescência... na infância... se eu pudesse assim me enquadrar... acho que eu seria o transgênero... neh... porque naquele... naquele momento eu não aceitava... não aceitava... não queria... não gostava... ehh... tanto é que eu// outras coisas... buscava... idealizava... um monte de coisa neh... me caracterizava também quando eu podia... a portas fechadas neh... ahh hoje se disser não... é a pessoa que tem um corpo se identifica... mas é como eu disse... num é uma// é assim... é mais uma aceitação do que uma identificação... eu acho... ..e... então... se eu disser... não... eu me identifico como mulher... eu sou mulher... (balança negativamente a cabeça) eu me aceito assim como eu sou... por isso que eu perguntei... eu já senti esse desejo pela transgeneridade... se a palavra for essa... eh... mas hoje a questão do cisgênero... nesse CONTEXTO assim... ah eu gosto... eu sou... me identifico... assim também não seria...

Nesse relato, a mulher afirma conhecer a expressão “transgênero”, mas nunca ter sequer ouvido a expressão “cisgênero”. Ao conceituar a palavra “transgênero”, ela remonta a uma percepção de que ao corpo físico não corresponde apenas uma identidade a ele necessariamente associada, já que para ela, na transgeneridade, “você nasce com um corpo FÍSICO... mas você tem uma outra IDENTIDADE”. A ênfase na emissão sonora das palavras FÍSICO e IDENTIDADE aponta para a distinção entre ambos, uma distinção entre aquilo com o qual “você nasce” e aquilo que “você tem”, ou seja, entre o corpo e aquilo que se vive socialmente por meio dele, a partir de como “você” se vê, se sente, se percebe, se constrói, conforme as palavras usadas pela entrevistada. Tal percepção remete, mais uma vez, à compreensão do gênero, em termos metafóricos, enquanto construção social, como sinalizamos em análises anteriores.

Em relação ao termo “cisgênero”, a própria mulher se depara com a novidade que ele lhe sinaliza, indagando-se previamente o que ele poderia “definir” ou “contemplar”. Ao dialogar sobre o conceito de cisgeneridade, no espaço interacional da entrevista, a mulher o apreende a partir não de uma identificação pessoal e direta com o conceito, como ocorreu em relatos anteriores, mas através de uma formulação ativa do conceito, por meio de um enunciado impessoal (“se identificar com o próprio corpo”). Conhecendo agora, por meio da interação, os dois conceitos e indagada sobre uma possível identificação em relação a ambos, a mulher responde levantando sua própria indagação e a ela juntando sua própria hipótese (“tem um terceiro (risos)? vai ter neh”). Sendo-lhe, então, devolvida a própria indagação, a mulher percorre sua própria hipótese, a partir de uma retomada narrativa de sua compreensão de si mesma. Ela afirma que, em momentos anteriores (infância e adolescência), poderia se “enquadrar” como transgênero, dada a relação de não identificação que mantinha com o corpo e o que construía “ficcionalmente” para o próprio corpo, longe do olhar social, que não validava o processo identitário pelo qual ela passava.

Vale destacar, aqui, o uso metafórico do verbo “enquadrar”, considerando a categoria analítica de vocabulário que vimos adotando durante a análise. De acordo com as conceituações de Lakoff e Johnson (2002), temos aí uma metáfora estrutural, em que um conceito é estruturado em termos de outro conceito. A mulher afirma que na adolescência passou um momento de questionamento mais intenso de seu gênero, a ponto de não querer o próprio corpo e de idealizá-lo de “outras formas”. Essas “outras formas” ganhavam materialidade nos momentos em que ela se caracterizava às escondidas — no espaço enquadrável de um cômodo de portas fechadas —, se olhando em uma perspectiva diferente da que seu corpo lhe apresentava. Na adolescência, se enquadraria como transgênero, porque era uma pessoa do sexo feminino que não se via no gênero feminino, que queria e idealizava outro corpo. Na idade atual, não se enquadraria também como “cisgênero”, por não haver uma identificação com o corpo, mas tão somente uma aceitação deste. Nesse sentido, a mulher remete a uma compreensão de si, enquanto pessoa generificada, como passível de ser “enquadrada” por si mesma, de ver-se (ou não) em quadros específicos, o que em termos metafóricos remete a uma representação imagética de si. Nessa perspectiva, pensando no conceito

evocado pelo verbo “enquadrar”, tomamos inicialmente a noção de quadro, ou seja, de plano quadrilátero no qual se capta uma imagem (paisagem ou retrato). Vale notar que, por semelhança, designamos por quadros também os objetos (quadrados ao não) que funcionem de modo a abrigar uma imagem (pictórica, fotográfica, etc.) Assim, o quadro está associado a uma captação física e ao mesmo tempo a uma representação/interpretação artística/ficcional de dado recorte da realidade. O enquadrar, como ação, se relaciona à fotografia e ao cinema, que utilizam a técnica do enquadramento para selecionar, de acordo com a narrativa, o espaço e o modo pelo qual o cenário e os atores ou modelos serão apresentados. Assim, a técnica do enquadramento requer a decisão do que fará parte da fotografia ou do filme, do que será mostrado, de como será mostrado e do que não será mostrado.

Considerando a ação de “enquadrar-se” numa dada identidade de gênero como uma metáfora estrutural, temos o gênero conceituado em termos de imagem captável num plano físico, representacional ou interpretativo. O ver-se e o perceber-se em um gênero surge como algo que passa, neste relato (e nos demais), não só por uma constatação fática do corpo ou do sexo biológico, mas um por um processo dinâmico que envolve um conjunto de aspectos relacionados ao corpo, à relação que o sujeito desenvolve com ele em interação com os outros e com o mundo, com os padrões, as convenções e as estruturas socialmente engendradas. Nesse sentido, o gênero é percebido não apenas como fato que se vê exteriormente no sujeito, mas como imagem que esse sujeito elabora, e projeta, de si em interação consigo e com o mundo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das perspectivas epistemológicas, teóricas e analíticas aqui dialogadas, assim como da materialidade discursiva presente nos relatos de mulheres cis sobre sua identidade social de mulher, chegamos ao momento de condensar nossas considerações a respeito do que vimos aqui sistematizando teoricamente e observando analiticamente. Partindo da hipótese de que mesmo estando em um espaço de “conformidade”, mulheres cisgênero percebem discursivamente sua identidade de “mulher” como construção social, realizamos nossa pesquisa com o objetivo de investigar como elas o fazem do ponto de vista discursivo, que elementos e categorias utilizam e de que maneiras o fazem.

Nesse sentido, identificamos nos relatos o “vocabulário” como aspecto singularmente relevante para a constituição do discurso, visto que a escolha das palavras e das formas de mobilização de seus possíveis sentidos são pontos primordiais para a constituição de novos sentidos durante o e a partir do processo interacional em que se tecem os discursos. Contudo, as palavras (os signos) sozinhas em si mesmas — ou simplesmente dispostas no interior do sistema linguístico — não constituem textualidades e discursos. Estes se elaboram e se materializam a partir das relações entre as palavras e as múltiplas possibilidades de sentidos que, ao usá-las no processo interacional, os sujeitos requerem e mobilizam, constituindo ação e conhecimento — sobre si mesmos e sobre o mundo. Nessa perspectiva, além do “vocabulário”, a “gramática” e a “coesão” se mostraram também como categorias linguísticas (e cognitivas) significativas, visto que através dos recursos nelas empenhados os sujeitos realizaram tanto a articulação linguística das palavras e orações, quanto a articulação discursiva de sentidos, conceitos, conhecimentos, ideologias e potencialidades reflexivas.

Com base nos elementos teórico-metodológicos que buscamos correlacionar durante o estudo, a análise dos dados possibilitou verificar e validar a hipótese de que mulheres cisgêneras percebem discursivamente sua identidade de “mulher” como construção social — apesar de se situarem/serem situadas em um espaço de (presumida) adequação e conformidade às normas e padrões relacionados ao gênero. Os relatos demonstram que a ação de perceber o gênero ocorre em um contorno discursivo que vai da naturalização à problematização, apresentando



quatro modos básicos de compreensão do gênero (e da identidade social de “mulher”) na e a partir da qual as pessoas entrevistadas se situam/são situadas. Mesmo nos relatos onde podemos observar elementos que apontam afirmativamente para a naturalização, podemos aí também observar a presença, um tanto velada, um tanto aparente de elementos que remetem à problematização de discursos, práticas sociais, normas e padrões relativos ao gênero e à identidade social de mulher.

Dentre esses elementos discursivos — no que toca à categoria de “vocabulário” —, localizamos dois tópicos que possibilitaram abordar o discurso de forma a evidenciar e compreender modos pelos quais os sujeitos agem (nele, com ele e a partir dele). Assim, as “metáforas” e o “significado de palavras” se fizeram notar como elementos discursivos (e cognitivos) capazes de velar/desvelar as maneiras pelas quais os sujeitos perceberam, conceituaram, refletiram e articularam discursivamente a sua identidade social de mulher. Esse “velar/desvelar” se realizou de modo integrado a uma rede discursiva e conceitual na qual os sujeitos interagem consigo mesmos, com os outros (discursivos e sociais) e com as práticas discursivas e sociais que os correlacionam. Nesse contexto, aspectos associados ao masculino e ao feminino, aos papéis sociais a eles designados, aos padrões, às convenções e às estruturas sociais relacionadas ao gênero (e à identidade social de mulher) se adensaram, convergiram e divergiram. Tal processo ocorreu de modos múltiplos e dialogantes apresentando metáforas, como elementos que operam não apenas sentidos, mas maneiras de conceituação da e de relacionamento com a realidade. Nesse movimento, os sujeitos foram interpelados por ideologias mais ou menos veladas, em práticas e discursos socialmente circulantes. A elas, esses sujeitos tanto aderiram quanto refutaram, de modos às vezes mais às vezes menos críticos e reflexivos, e também de maneira não estanque e monológica, mas conflitante e dialógica no interior do discurso de um mesmo sujeito e no conjunto dos discursos observados. A “reflexividade”, assim, se constatou como potencialidade de pessoas na categoria de sujeitos sociais (generificados) e na posição de agentes que se constituem de modo a vivenciar, perceber e articular aspectos biológicos, psíquicos, sociais, culturais, num embate constante por meio das práticas sociais e do discurso.

No transcorrer de nossas ações investigativas, objetivando compreender os modos pelos quais mulheres cisgêneras elaboram discursivamente sua identidade social, deparamos com uma realidade que nos requereu o levantamento de novas hipóteses durante a pesquisa. Diante de uma categoria social admitida como regra geral de identificação para todas as pessoas — e, considerando também seu caráter inicial —, levantamos duas hipóteses adicionais, verificadas no processo de análise dos dados. Assim, consideramos que, de uma maneira geral, as pessoas do gênero feminino, que podem ser socialmente identificáveis como do “sexo feminino”, não conhecem o conceito de “cisgeneridade” e que isto não anula a possibilidade de problematizarem seu gênero enquanto construção social. Os dados analisados validaram ambas as hipóteses, visto que todas as participantes, identificadas previamente como mulheres cisgêneras, se reconheceram e se identificaram no gênero feminino, revelando ao longo das entrevistas serem designadas também no sexo feminino. Além disto, oito das dez mulheres entrevistadas não conheciam o conceito de “cisgeneridade”, o que aponta também para o fato de que a discussão social sobre as categorias do gênero ainda se encontra em fase inicial de desenvolvimento. Aspecto que se evidencia, ainda, pela constatação de que, de modo geral, as entrevistadas se mostraram surpreendidas com perguntas sobre o gênero e a identidade de mulher, assim como revelaram não terem a prática de se indagarem a si mesmas sobre os significados de “ser mulher”, de se identificar neste gênero, ou, nesta categoria (adotando a formulação scottiana). Contudo, mesmo afirmando, em sua maioria, não terem a prática de refletir sobre o gênero, tal reflexão se fez notar no discurso, visto que esse se constitui não de modo sempre congruente e retilíneo, mas na tensão entre o que o sujeito vivencia e percebe e o que as práticas, convenções e estruturas sociais definem ou mobilizam em seu “discurso”.

Nesse sentido, a reflexão das mulheres cisgêneras sobre sua identidade de gênero — apesar de não percebida pelas mesmas como uma prática comum — despontou por meio de metáforas que sinalizam para uma conceituação do gênero de forma não naturalizada, mas como construção social, a partir de elementos materiais que se reiteram, ou se performatizam, em práticas sociais e no discurso. Acrescidos a isso, aspectos/elementos discursivos como o significado das palavras, as relações gramaticais (uso de advérbios, relações comparativas e

proporcionais, topicalização) e as articulações coesivas (referenciação, uso de modalizadores, uso da conjunção)<sup>37</sup> apontam para concepções sobre a identidade social de “mulher” num percurso discursivo que movimenta os sujeitos entre a naturalização e a problematização. Nesse percurso, a problematização se articula, a partir da naturalização, no momento mesmo em que se articula o discurso. Ela se faz notar nos pontos de tensão em que este se desenvolve, defrontando e confrontando concepções, práticas sociais e outros discursos (ou discursos outros) com as possibilidades reflexivas de cada sujeito, a partir de suas vivências singulares e da rede de conceitos que organizam seu conhecimento.

No que toca ao conhecimento, foi possível notar que a falta de uma rede de conceitos motivadores para uma compreensão mais refletida sobre a noção de cisgeneridade não extingue a possibilidade de mulheres cisgêneras articularem seu discurso de modo a corroborar, questionar ou problematizar uma dita conformidade quanto à sua identificação de gênero. Tal conformidade se demonstra, no conjunto dos dados analisados, não como aspecto invariavelmente atestado em todas as pessoas, que ao nascerem foram designadas no sexo feminino e se identificam no gênero feminino. A articulação do discurso por meio dos aspectos/elementos notados nos relatos e sinalizados no conjunto das análises aponta para a noção de “conformidade” não como dado inequívoco e invariável, mas como contingência, como possibilidade, mesmo no caso das mulheres identificadas na categoria cisgênera ou num espaço biopsicossocial de adequação do gênero.

Diante dessas considerações, nos encaminhamos ao momento de pausar nosso diálogo, ciente de que os aspectos observados no movimento teórico-analítico aqui realizado agregam possibilidades de outras e novas compreensões sobre as identidades já carimbadas, as concepções e os olhares cimentados e os por quês tanto silenciados quanto evocados ao longo das vivências relacionadas ao gênero e à identidade social de mulher. Nesse movimento, chega a hora de delinear-mos textualmente um ponto de parada no percurso aqui transcorrido. Sabendo, no entanto, que um caminho leva a outro — ou que ação gera/(re)quer

---

<sup>37</sup> Tanto as “relações gramaticais” quanto “as articulações coesivas” foram abordadas nas análises, de acordo com o que se propôs nos objetivos específicos. Assim, as ações analíticas em relação a eles não se debruçaram em teorizações já sistematizadas sobre os mesmos, mas se ativeram à proposta de identificá-los e reconhecê-los enquanto elementos/aspectos discursivos que possam estar relacionados a modos de naturalização/problematização do gênero (na categoria cisgênera).

ação — compreendemos que se encontram em aberto as possibilidades dialógicas em relação às concepções e análises suscitadas nessa abordagem do fenômeno em estudo.

Nessa trilha, consideramos que novos trajetos sobre suas propostas e efeitos podem fazê-lo avançar para além de suas sendas teórico-analíticas, focando aspectos vistos em planos mais gerais, ampliando miradas angulares e fortalecendo diálogos entre diferentes campos do conhecimento relacionados ao discurso, ao gênero e às identidades sociais. Nesses possíveis caminhos investigativos — em que este estudo tanto busca quanto lança as compreensões nele condensadas —, a interação e a reflexividade se apontam como bússolas epistemológicas e críticas para seguir palmilhando trajetos em direção às velhas paisagens discursivas feitas de tantos carimbos, cimentos e por quês.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. Revista Periódicus. n. 5, v. 1 maio-out. 2016. p. 87-100.

BAJTIN, Mijail. Hacia una filosofía del acto ético. De los boradores y otros escritos. Barcelona: Anthropos, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014 [1ª edição, 1929].

BARROS, Diana Pessoa de. A comunicação humana, in: FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à Linguística I: Objetos teóricos. 6. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 25-53.

BEAUVOIR, Simone de. Le deuxième sexe II. S/l: Gallimard, s/d.

BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro. (Org.). Stonewall 40 + o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011. p. 79 – 110.

BENVENISTE, Émile. Problemas de Lingüística Geral. Tradução (para o português) de Maria da Glória Novak e Luiza Neri, revisão de Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Ed. Nacional/EDUSP, 1976.

\_\_\_\_\_. Problemas de Lingüística General II. Tradução (para o espanhol) de Juan Almela. 15. ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1999.

BRANDÃO, Helena. Naganime. Da Língua ao Discurso, do Homogêneo ao Heterogêneo. In: BRAIT, Beth. (org.) Estudos Enunciativos no Brasil: Histórias e Perspectivas. Campinas: Pontes: São Paulo: Fapesp, 2001. p. 59 - 69.

BUTLER, Judith. Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2002.

\_\_\_\_\_. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. El género en disputa - El feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2007.

CASTRO, Júlio Cesar Lemes de. O inconsciente como linguagem: de Freud a Lacan. Cadernos de Semiótica Aplicada (CASA). Vol. 7, n.1, julho de 2009. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=casa>. Acesso em: 25. jul. 2015.

CAVALCANTI, Céu Silva. Sobre Nós des-organizados - Pesquisa-intervenção em psicologia e o processo de implementação de políticas para pessoas trans na UFPE. Dissertação de Mestrado, orientada por Karla Falcão Adrião. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Recife, 2016.

\_\_\_\_\_. Por uma Epistemologia do Invisível - Entre Circuitos Científicos e Políticas da Abjeção. [online]. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/273909823/Por-Uma-Epistemologia-Do-Invisivel>. Acesso em: 02. ago. 2017.

COSTA, Cláudia de Lima. O Tráfico do Gênero. Cadernos Pagu. vol. 11, 1998, pp.127-140. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/07/O-Tr%C3%A1fico-do-g%C3%AAnero-Claudia-Costa.pdf>>. Acesso em: 13. dez. 2017.

DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos). 10 ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

ECKERT, Penelope; McCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. (org.). Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos. Trad. Ana Cristina Ostermann, Beatriz Fontana et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 109 - 127.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Coordenação da tradução, revisão técnica e prefácio de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica. Tradução de Iran Ferreira de Melo. Linha d'Água, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. A Arqueologia do Saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

\_\_\_\_\_. História da Sexualidade 1: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. A constituição da sociedade. 2 ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. A Análise do Discurso – Conceitos e Aplicações. Alfa, São Paulo, 39: 13-21, 1995.

\_\_\_\_\_. Análise do Discurso com Michel Foucault. Ep. 1 - Quem Somos nós Hoje? Ep. 2 - Os Dispositivos. Ep. 3 - O Dispositivo. Vídeos produzidos por GEDAI/GEADA – Roteirizados e apresentados por Maria do Rosario Gregolin e dirigidos por Maurício Neves Corrêa. Online. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCM7OYEck1W89YTiGfU3q3UQ>>. Acesso em: 15. dez. 2017.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HARTL, Daniel L. Princípios de genética de população. Tradução de Iulo Feliciano Afonso. 3 ed. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2008.

(ICJ), I. C. of J. Yogyakarta Principles - Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. [S.l.], 2007. Disponível em: <<http://www.yogyakartaprinciples.org>>. Acesso em: 30. jul. 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho LGBT. Tese de Doutorado, orientada por Ana Lúcia Galinkin. Universidade de Brasília (UnB). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8042/1/2010\\_JaquelineGomesdeJesus.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8042/1/2010_JaquelineGomesdeJesus.pdf)>. Acesso em: 27. mar. 2017.

LACAN, Jacques. Escritos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. Metáforas da vida cotidiana. Coordenação de tradução de Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LIVIA, Anna; HALL, Kira. “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística, in: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. (org.). Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos. Trad. Ana Cristina Ostermann, Beatriz Fontana et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 109 - 127.

LOURO, Guacira Lopes. Uma Leitura da História da Educação sob a Perspectiva do Gênero. *Proj. História*, São Paulo, (11) nov. 1994. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11412/8317>>. Acesso em: 29. mar. 2018. ISSN 2176-2767.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O Corpo Educado - Pedagogias da sexualidade*. Traduções de Tomaz Tadeu da Silva. 2<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 07-34.

\_\_\_\_\_. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. pp. 17-23.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, Dec. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12. dez. 2017.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista de Estudos Feministas*, 2000, vol. 8, n2, p. 9-41. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.) *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa - Teorias e Abordagens*. Tradução de Sandra Regina Netz. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. pp. 220-257.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes. A alteridade e a construção de identidades pedagógicas: (re)visando teorias dialógicas. In: CORACINI, Maria José; GRIGOLETTO, Marisa; MAGALHÃES, Izabel (org.). *Práticas Identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 27-44.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher. In: ALGRANTI, Leila. *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. Disponível em: <<http://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>>. Acesso em: 12. dez. 2017.

POMIER, Gérard. *A Exceção Feminina – os impasses do gozo*. 2 ed. Trad. Dulce M. P. Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se – Feminismos, escritas de sie invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RAGO, Margareth. *Feminismos, artes do viver e invenções da subjetividade*. In: ROCHA, Marcos Antônio Monte (org.). *Feminismos Plurais*. Coleção Gênero, Cultura e Mudança. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.



RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Análise de Discurso Crítica, do Modelo Tridimensional à Articulação entre Práticas: Implicações Teórico-Metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sônia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Acesso em: 13. out. 2017.

SANTAELLA, Lúcia. Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. Processos de pesquisa em linguagem, gênero e sexualidade e (questões de) masculinidades. Recife: Pipa, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 11-27. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721/1705>. Acesso em: 20. set. 2015.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

\_\_\_\_\_. *La Citoyenne Paradoxale: les féministes françaises et les droits de l’homme*. Paris: Ed Albin Michel, 1998.

\_\_\_\_\_. *Género y Historia*. Trad. de Consól Vilà I. Boadas. - México : FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SIMÕES, Alexandre. Lacan e o Estádio do Espelho. Vídeo produzido/apresentado por Alexandre Simões e veiculado em canal digital. Online: 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jXIbm4agHgM>. Acesso em: 31. ago. 2017.

THOMPSON, John B. *Ideología y Cultura Moderna – Teoría Crítica Social en la Era de la Comunicación de Masas*. Coyocán: Universidad Autónoma Metropolitana, 2002.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de Mestrado, orientada por Djalma Thürler. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Salvador, 2015.

VIARO, Mário Eduardo. Por trás das palavras: manual de etimologia do português. São Paulo: Globo, 2004.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. 2. ed. Coleção Linguagem e Sociedade Vol. 1. Campinas: Pontes Editores, 2016.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – Um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004.

WOLPERT, Lewis (et ali). Princípios de Biologia do Desenvolvimento. Tradução de Sonia García e Casimiro García. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.